

Capítulo 3 – Legitimação local da Reforma Agrária: memória oral, ricos e pobres, comportamentos e imagens.

Depois da exposição sobre a questão agrária do ponto de vista dos teóricos e o seu reflexo na literatura, a busca dos antecedentes da Reforma Agrária no concelho de Avis levamos à análise da memória dos seus intervenientes, tanto activos como passivos¹. E leva-nos também à tentativa de estabelecer a existência ou não de uma memória colectiva, respectiva construção e capacidade estruturante em momentos de crise. Estes conceitos têm sido desenvolvidos na Antropologia e na Sociologia, sendo ainda difícil e pouco usual a sua utilização na História, pelo menos em Portugal². Um dos mais importantes clássicos da Sociologia é o estudo de Maurice Halbwachs sobre o enquadramento social da memória³, que tem sido usado como instrumento de investigadores de várias áreas das ciências sociais. A sua influência é nítida, por exemplo, na obra de Paula Godinho, que define memória colectiva como o produto de um grupo, em cujo interior ela é preservada e no qual detém um carácter estruturante. Se a autora apurou que “a memória de um acontecimento de luta serve à alimentação de outro, adquirindo o acto rememorativo um carácter estruturante, que converte um acontecimento marcante em algo activável”⁴, falta saber que memória foi activada ou estimulada em Avis nos momentos-chave do início das ocupações de terras para que o grupo actuasse realmente de forma coesa.

Ao reflectir sobre as memórias individuais dos avisenses entrevistados foi possível agrupar uma série de características comuns no grupo dos trabalhadores rurais que pode ser classificada como memória colectiva. Nos outros grupos sociais, apesar de também se

¹ “Literate or illiterate, we are our memories”, Elizabeth Tonkin – *Narrating Our Past. The Social Construction of Oral History*, Cambridge University Press, Cambridge, 1995, p. 1.

² Ao contrário do que se passa no Estados Unidos da América, onde, por exemplo na Universidade de Berkeley, foi criado ainda em 1948 um departamento de História Oral com o nome de *Regional Oral History Office*, actualmente dirigido pelo historiador Richard Cándida Smith, ver entrevista de Dulce Freire e Manuela Garcia – “História Oral: Dar voz a quem não a tem”, *História*, Setembro 2003, pp. 24-28. Este autor prefere a designação de “património discursivo comum a um determinado grupo” em vez de “memória colectiva”.

³ *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (1ª ed. 1925), Pref. François Châtelet, Archontes, Paris, 1976.

⁴ *Op. cit.*, pp. 3-8. Acrescenta ainda que “a retransformação dessa memória tem uma função activadora e potenciadora no desencadear de movimentos sociais”, p. 4. A autora fez uma importante síntese das ideias de Halbwachs em 4 pontos, ver pp. 10-11. Também Inês Fonseca remete a este autor a propósito das “narrativas produzidas pelos indivíduos sobre o grupo a que pertencem (...) transformação das memórias-identidades individuais numa memória colectiva, que produz como resultado a construção e reprodução de imagem sobre a aldeia”; define ainda a “dimensão social da memória” como “o discurso que os indivíduos constroem e transmitem sobre determinado acontecimento”, “Festejar é pertencer ao Povo dos Aivados! Memórias e Identidades numa Aldeia Alentejana – Análise de Dois Momentos Festivos”, *Arquivos da Memória*, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Edições Colibri, nº 4, 1998, pp. 49-50. Jean Poirer, *et. all.* definem Memória Colectiva como uma expressão vaga e inexacta que designa o património cultural tradicional partilhado pelos membros de um mesmo grupo, *Les récits de vie. Théorie et pratique*, Presses Universitaires de France, Paris, 1983, p. 221.

encontrarem vários elementos semelhantes, não tem sentido estabelecer uma memória colectiva uma vez que eles nunca actuaram em conjunto. O individualismo é uma das mais fortes características dos agricultores, fenómeno há muito lamentado e criticado⁵. Tal como o fez Paula Godinho, este trabalho também incluiu “um estudo intensivo dos mecanismos de transmissão da memória colectiva (...) no sentido de entender as condições que favorecem a cristalização do descontentamento em meio rural, transformando-o em numa acção colectiva”⁶. Isto é possível apenas se se tiver em atenção que a memória nos transmite um “passado incorporado, reactivado, construído e comemorado das sociedades”⁷. Trata-se principalmente da reconstrução de um passado⁸ ainda bastante recente, mas que no momento da entrevista já é condicionado pelo conhecimento do *depois*, dos resultados e consequências de uma acção que se transformou numa decepção para todos os grupos envolvidos. Por isso não podemos perder de vista as palavras de David Lowenthal:

“The past as we know it is partly a product of the present; we continually reshape memory, rewrite history, refashion relics” e transformamos o passado em pedagogia para ser utilizada sempre que necessário⁹.

A Reforma Agrária portuguesa tem menos de 30 anos, por isso é ainda (e será certamente para sempre na vida dos envolvidos) um tema particularmente difícil de libertar de toda a carga emocional e ideológica que lhe está ainda associada. Por isso, mesmo para os observadores externos, é recorrente a utilização e repetição insistente de expressões e de um conjunto de palavras que incluem: *roubo, ladrão, mentira, mentirosos*¹⁰. Consoante a tendência política do meu interlocutor, o seu opositor é necessariamente mentiroso e ladrão. Os comunistas (ou *comunas*) são *todos invejosos*; os *latifundiários*, então, eram os responsáveis por todos os males do povo, “os ricos são todos sovinas e maus”. As generalizações são inevitáveis e, é claro, as fontes orais são muito subjectivas. A simples utilização de termos como *proprietário, lavrador, latifundiário* ou *agrário* já identifica

⁵ Desde Francisco Soares Franco em 1804, ver capítulo 1 e anexo 2.

⁶ *Op. cit.*, p. 4.

⁷ José Manuel Sobral – *op. cit.*, p. 294.

⁸ Não esquecendo a frase fundamental de Halbwachs: “Reproduzir o passado é reconstruir o passado”, *op. cit.*, p. 92.

⁹ “pedagogy gave insight into today’s affairs by comparison with yesterday’s”, *The past is a foreign country*, Cambridge University Press, Cambridge, 1985, pp. 26, 371. O autor acrescenta ainda que as revisões de memória que se fazem ao longo da vida tornam o passado maleável e flexível: “what seems to have happened undergoes continual change. Heightening certain events in recall, we then reinterpret them in the light of subsequent experience and present need (...) Revision is often as unintentional as forgetting”, *ibidem*, pp. 206-207. Ver também Gerard Namer – *Mémoire et Société*, Méridiens Klincksieck, Paris, 1987, p. 224, onde se afirma que a memória social é uma virtualidade, que não passa do um discurso do presente sobre um tempo que passou.

politicamente o seu utilizador¹¹. Naturalmente que cada um tem o seu significado histórico: *Lavrador* era o termo mais usado no Alentejo para identificar o dono de uma *lavoura*, seja ela de sua propriedade ou arrendada¹²; *Proprietário*¹³ era a definição sócio-profissional encontrada nas mais variadas fontes ao longo dos séculos XIX e XX, por exemplo nos Recenseamentos Eleitorais ou nos Registos Paroquiais; o *Agricultor*¹⁴ nem existia até aos finais do século XIX, sendo usado muito raramente no Alentejo até que na conjuntura revolucionária posterior a 1974 passou a ter uma utilização pragmática por parte dos proprietários expropriados numa afirmação de identidade profissional¹⁵ como resposta à generalização do uso dos termos *Latifundiário* e/ou *Agrário absentista*¹⁶. Também o *Trabalhador Rural*, que já o era desde a idade média com as classificações de *obreiro das herdades* e *mancebo de soldada*¹⁷, evoluiu para *Jornaleiro* por importação do Norte e chegou a meados do século XX com as designações de *Operário*, *Operário não discriminado*, *Trabalhador Agrícola*, *Trabalhador agrícola não discriminado* e *Assalariado*¹⁸. António Barreto definiu de forma bastante poética e dramática esta profissão: “o assalariado rural, que o é por resignação e por miséria, que o é por condição e não por vontade...”¹⁹. Mas qualquer que seja o termo encontrado nas fontes escritas, quase nenhum dos meus entrevistados o usou para se auto-denominar ou para descrever a profissão dos pais. Era quase sempre: “andavam a trabalhar no campo”, ou então usavam uma das designações específicas incluídas na enorme diversidade de profissões encontradas no meio rural alentejano: *pastor*, *arrieiro* ou *mulateiro*, *seareiro* (ou “trazia aí umas searas” ou “umas terras de renda”), *moiral* (maioral de gado,

¹⁰ Para João Garin “os comunistas são todos uns mentirosos” e Cunhal é um “exímio manipulador da mentira”, além de “mestre na manipulação de massas”, *Reforma Agrária: Seara de Ódio*, Edições do Templo, Lisboa, 1977, p. 21. E Jorge Morais escreveu um capítulo intitulado “A mentira ao serviço dos interesses partidários”, *CAP. Recortes...*, p. 67.

¹¹ Assim como Elizabeth Tonkin afirma que é possível identificar géneros orais e distinguir testemunhos orais dos letrados e dos analfabetos, também nas entrevistas realizadas no Alentejo é imediata a percepção do entrevistador sobre a origem social e a filiação política do entrevistado, *op. cit.*, p. 5.

¹² José Vicente Serrão – “Lavrador”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 64-76.

¹³ Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro – “Proprietário”, *ibidem*, pp. 90-101.

¹⁴ A definição de “Pequeno e Médio Agricultor” foi institucionalizada com a Portaria n.º 726/75, de 8/12/1975. Em 1979 foi criada a categoria de “Jovem Agricultor” pelo Decreto-Lei n.º 513-E/79, de 24/12/1979.

¹⁵ “A profissão é, agora, uma arma de selecção daquele mundo, exigindo formação adequada e dedicação exclusiva. Simultaneamente, é uma forma de integração na sociedade envolvente, beneficiando das regalias sociais de outras profissões”, Laura L. Graça – *Propriedade e Agricultura...*, p. 339.

¹⁶ A designação de *Latifundiário* apenas aparece na literatura a partir dos anos 70 do séc. XX e foi consagrada nas obras de Júlio Silva Martins – *op. cit.*, vol. II, p. 451 e José Cutileiro – *op. cit.*, p. 62. Nem Soeiro Pereira Gomes, nem Blasco Hugo Bernandes em 1969, nem mesmo Cunhal na *Questão Agrária Portuguesa...* (1968) usam ainda esta designação...

¹⁷ Encontradas na freguesia da Figueira e Barros, concelho de Avis, em 1269, Maria Teresa Saraiva – *Figueira. Comenda da Ordem de Avis – Publicação de Fontes*, Edições Colibri, Lisboa, 1997.

¹⁸ *Recenseamentos Gerais da População*, INE, 1940, 1960.

¹⁹ *Diário da Assembleia da República*, 19/7/1977.

geralmente suíno ou ovino), *tractorista*...²⁰ A difusão do *Trabalhador Rural* na sua forma oral foi também uma das conquistas da Revolução, uma afirmação profissional e de grupo, assim como a recuperação das roupas das ceifeiras, encontradas na iconografia do Estado Novo e já há muito em desuso, mas que voltaram a ser usadas de forma ostensiva e bastante colorida pelas trabalhadoras das recém-formadas cooperativas, além de serem exibidas nas paredes e cartazes por todo o país.

A afirmação dos trabalhadores rurais alentejanos como um grupo coeso e unificado obedeceu ao objectivo político de incentivar uma acção comum. Serviu também para (tentar) eliminar as fortíssimas hierarquias que se encontravam no seu seio e sobre as quais os sociólogos tiveram uma certa dificuldade em tomar consciência, preferindo englobar toda esta população diversificada sob a categoria de “camponeses”²¹.

“Eng. Barrocas Dordio – Ao nível das comunidades rurais criam-se castas de trabalhadores: os bons trabalhadores, os maiores das parelhas, etc.; depois havia os porqueiros, que eram o escalão mais baixo ao nível destas comunidades rurais; depois havia os pastores. E os feitores eram o *top*. E eles faziam essa diferenciação”²².

Estas diferenças já tinham sido descritas ao pormenor no início do século XX por Silva Picão e Poisard. Em 1974 Villaverde Cabral ensaiou uma divisão dos camponeses em seis categorias, mas ainda numa perspectiva marxista, utilizando as nomenclaturas marxistas, e esquecendo, no grupo final dos assalariados rurais, a grande distinção entre os *justos* e os *eventuais*²³. Mais tarde, a abordagem pós-moderna da História desmembrou os grandes grupos e aboliu por completo o conceito de classe. A nova conceptualização dos agrupamentos humanos e a valorização dos indivíduos está ligada ao chamado *linguistic turn* dos finais dos anos 70: contra a História Social clássica, com vínculos à Sociologia e à Economia, surgiu a nova História Social, fortemente relacionada com a Antropologia e a

²⁰ Sobre a diversidade das ocupações agrícolas no Alentejo, posso afirmar que no total das fontes estudadas para o projecto PACO que deu origem ao já citado III volume da *História do Trabalho e das Ocupações*, foram apuradas, para o período de 1269 a 1979, 1.436 classificações profissionais. Só numa casa agrícola entre 1915 e 1919 foram encontradas 75 profissões, o que é significativo da enorme variedade de trabalhadores e de trabalhos realizados numa exploração agrícola nessa época, ver Maria Antónia Pires de Almeida – “Classificações ocupacionais...”, p. 243. Foi-me também descrito o cortejo de entrada dos trabalhadores no monte ao fim do dia de trabalho, o qual obedecia a uma hierarquia rígida, começando pelo *abegão* e acabando nos *ganhões*.

²¹ Este termo é inexistente no mundo rural português: não se encontra nas fontes escritas, nem orais e dificilmente um trabalhador rural o usa para se auto-denominar. O termo foi importado do francês *paysan* apenas no século XIX, ver Nuno G. Monteiro – “Camponês”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 27-29.

²² Entrevista no Ervedal, 21/11/1998. Podemos acrescentar as palavras de José Cutileiro: “As famílias de seareiros que possuem terras e os concertados que conseguem ascender a feitores estão mais perto dos pequenos proprietários do que dos trabalhadores sem terras, enquanto os pequenos proprietários se aproximam mais dos lavradores locais do que estes dos latifundiários”, *op. cit.*, p. 385.

Literatura, e que “procura detectar outro tipo de grupos, não necessariamente decorrentes de uma estrutura económica organizadora das relações sociais, construídos a partir de outros critérios, tais como a idade, o sexo, a cor, a etnia, a religião, a linhagem, o patrocínio, questionando, a partir daí, as lógicas e os limites dum dos conceitos que lhe era originário: a ‘classe’”²⁴. Foi precisamente a tomada de consciência da pluralidade das populações rurais que permitiu o desenquadramento dos indivíduos e o seu agrupamento por outros critérios. Isto também obedeceu a um objectivo político muito concreto: explicar a fragilidade da acção comum empreendida e a falência do processo pela pura inexistência de qualquer coisa parecida com “consciência de classe” ou objectivos comuns.

Todos os testemunhos que recolhi me pareceram bastante sinceros e sofridos. Cada entrevistado certamente me tentou passar a sua verdade. Mas neste caso, e sobre este tema (como em qualquer outro), as versões são muitas vezes divergentes, as verdades são muito pessoais, as memórias muito particulares. Cada um lembra o que mais o afectou e tenta transmitir as impressões mais fortes. Não nos podemos esquecer é que em todo o processo de recolha desta fonte é necessário ter presente algo muito óbvio, mas geralmente pouco lembrado: os *ricos* têm muito mais auxiliares de memória do que os *pobres*. Isto foi salientado por José Manuel Sobral quando afirmou:

“As famílias mais humildes – jornaleiros sem terra, proprietários que também eram assalariados, trabalhadores das obras públicas e da construção civil... – têm uma memória limitada dos seus ascendentes. Alcançam até duas gerações atrás, aos avós, e em alguns casos excepcionais recordam-se dos bisavós. Mas são recordações fragmentadas (...) O conhecimento dos colaterais limita-se aos graus de parentesco mais próximos. É uma recordação estruturada fundamentalmente no eixo da filiação e que se constrói no convívio entre os mais próximos, em primeiro lugar com aqueles com que houve laços de coabitação”²⁵. Os meus entrevistados lembram-se dos pais e às vezes mal... Isto porque “A memória destes grupos é estritamente oral. São escassos os objectos que possam servir como suportes da memória verbal (...) Não há geralmente documentos escritos que sirvam de apoio à memória oral. Poucos os objectos ou ouro que se herdou. Não há retratos que permitam reavivar com nitidez a imagem física dos desaparecidos (...) dada a escassez ou inexistência de suportes mnésicos, não é de estranhar que as memórias deles sejam restringidas em termos de projecção retrospectiva. Ao esquecimento involuntário há que juntar aquilo que se deseja ocultar...”. Em suma: “É uma memória dolorosa”²⁶. Do lado oposto, “o mundo dos proprietários é completamente distinto. Desde logo, porque a memória familiar – as

²³ Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 10. Também Maurice Halbwachs distinguiu 6 classes entre os assalariados, a partir de um trabalho que C. Booth fez em Londres em 1902, *Classes sociales et morphologie*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1972, p. 46.

²⁴ Ângela Barreto Xavier – “Tendências na Historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre os destinos da história social”, *Penélope*, nº 22, 2000, pp. 141-179, citando Nathalie Zemon Davis – “Las Formas de la Historia Social”, *Historia Social*, 10, 1991. Até na pobreza foram descritas hierarquias, ver Antony Giddens – *op. cit.*, pp. 236-237.

²⁵ José Manuel Sobral – *op. cit.*, p. 297.

²⁶ *Ibidem*, p. 299.

recordações reais ou imaginárias de antecessores – é parte fulcral da afirmação da sua proeminência social (...) depois, porque esta se apresenta objectivada em múltiplos suportes mnemónicos e, além da oralidade, passa pela escrita”.

Este autor salienta alguns traços comuns nas famílias dos proprietários e que os distinguem dos *pobres*: os *ricos* constituem *casas*, designação que “associa a ideia de grupo familiar à de propriedade”.

“Esta união entre família e propriedade tem vindo a ser mantida ao longo dos últimos séculos (...) A casa e a terra são um símbolo da família e uma parte fundamental da sua memória e da sua identidade. (...) São os depósitos da sua recordação, as fontes da sua posição social. Encontramos neste grupo uma relação indissociável entre memória e propriedade”²⁷.

Por causa desta diferença entre as memórias dos diferentes grupos sociais é que se torna tão importante realizar a recolha de narrações de vida, o que, segundo Paula Godinho,

“permite fazer escapar ao silêncio a cultura e a memória oral dos grupos subalternizados, detentores de um escasso capital simbólico e idêntico capital material. O seu alcance em relação ao passado é restrito, pois limita-se à memória dos vivos e remete para um olhar presente sobre acontecimentos ocorridos (...) À materialidade da memória dos grupos possidentes, a que se oporia a evanescência dos que são desprovidos de teres, corresponde um conjunto de dispositivos que facilitam a rememoração, e que constituem suportes físicos da memória. Estes alicerces materiais da memória sustentam igualmente as diferenças entre as classes sociais”²⁸.

Não há dúvida que os grupos sociais mais privilegiados possuem inúmeros bens materiais que transmitem às gerações seguintes. Qualquer família “que se preze” conhece, porque possui ainda, os objectos dos seus antepassados: as casas, as propriedades, as jóias e o mobiliário²⁹, para além de uma série de relíquias que transmitem imagens do passado e que estão associadas a histórias, eventos, momentos e ritos de passagem, como por exemplo as fotografias, as roupas usadas em ocasiões mais solenes, os lençóis de linho com rendas e bordados do enxoval da tia, a toalha do baptizado da criança, o casaco feito com as peles do gato bravo ou das raposas que o avô caçou, a colecção de espingardas e os troféus do concurso de tiro ao alvo realizado na *Barragem Velha*, a colecção de livros e as revistas da Segunda Guerra Mundial, a máquina de bordar da avó, a máquina de escrever do pai, a máquina fotográfica usada nas viagens a Sevilha para ver os touros, os tinteiros de prata e as

²⁷ *Ibidem*, pp. 301-302.

²⁸ Paula Godinho – *op. cit.*, pp. 24-25.

²⁹ “as casas e o seu recheio constituem suportes da memória destes grupos domésticos (...) são o repositório da memória familiar, a começar pelo próprio edifício (...) O recheio da casa é todo ele um dispositivo mnemónico. Há quem mantenha arquivos, com testamentos, escrituras várias, livros de contabilidade, correspondência particular. Dispõem de retratos a óleo e de fotografias”, José Manuel Sobral – *op. cit.*, p. 303.

primeiras canetas. Toda esta parafernália é ainda completada pelos documentos, os títulos de propriedade, as escrituras, os livros de contas das herdades, ou apenas as caixas com papéis soltos e facturas onde o avô lavrador anotava a sua vida. Salientam-se também os jazigos e sepulturas nos cemitérios, “parte fundamental do seu trabalho de representação”³⁰, nos quais os nomes e as datas também constituem preciosos auxiliares de memória. Para além deste capital material que preserva e transmite o passado e as memórias familiares e de grupo, as elites nos meios rurais possuem uma tradição de oralidade muito forte, estimulada nos momentos de sociabilidade que eram e continuam a ser praticados com toda a intensidade e nos quais os antepassados são sempre evocados. Estes momentos incluem os serões passados à lareira ou à volta da camilha com os pés perto do braseiro a contar histórias e a recordar eventos, nos quais os mais novos ouvem silenciosos e muitas vezes incrédulos as proezas dos caçadores e outras histórias afins, mas também os diversos almoços, lanches e jantares, oferecidos nas melhores baixelas e nos quais se saboreiam as iguarias tradicionais. E as caçadas, com os respectivos pequenos-almoços pantagruélicos, seguidas de almoçaradas às 5 da tarde, ainda mais exageradas, com o guarda-roupa apropriado e acompanhada dos melhores vinhos e, conseqüentemente, de histórias ainda mais recamboscas. E, para completar, as “festas”: desde as ceias de Natal e passagem-de-ano até aos aniversários, casamentos e baptizados, sem esquecer os rituais de passagem como a primeira comunhão, as “despedidas de solteiro”, e todas as outras situações que passam pela imaginação de quem tem tempo e dinheiro disponível para gastar.

Todos estes eventos têm objectivos muito concretos, além da celebração propriamente dita: preservam laços familiares, promovem o encontro de várias gerações dentro mesma família e as relações com parentes mais afastados e com as famílias vizinhas e amigas, e ainda exibem poder económico e social³¹. E sobretudo servem para serem recordados, com as inevitáveis fotografias que se somam aos relatos e comentários que se fazem nas semanas seguintes. Constrói-se assim um capital simbólico³² de memória sobre um suporte material muito forte. A sua conjugação permite transmitir e preservar um passado e uma

³⁰ *Ibidem*. Este aspecto da vida das elites foi desenvolvido por Hélder Fonseca – *op. cit.* Ver também Maria Antónia Pires de Almeida – *Família e Poder...*, sub-capítulo “A cidade dos mortos”, p. 149.

³¹ Fazem parte do “estilo de vida de grupo”, muito semelhante ao descrito por Antónia Pedrosa de Lima para as famílias da elite empresarial de Lisboa: “as pessoas deste grupo social formam uma rede estreita de relações, na qual é difícil um estranho entrar. Os membros destas famílias relacionam-se em situações diversas e sobrepostas: partilham relações de amizade, relações profissionais, andam nos mesmos colégios, têm amigos comuns, frequentam os mesmos clubes, são convidados para as mesmas festas, têm casas próximas uma das outras e, muito frequentemente, casam-se entre si”, “Relações familiares na elite empresarial de Lisboa”, in António Costa Pinto e André Freire (org.) – *op. cit.*, p. 158.

³² Segundo a expressão de Pierre Bourdieu – *op. cit.*

ancestralidade que são repetidos à exaustão e muitas vezes até retocados. E é claro que os retoques são intencionais³³: o avô foi sempre o melhor lavrador da freguesia, ou mesmo da região, o que mais emprego deu, mais infra-estruturas criou, mais obras sociais promoveu.

“Margarida – O patrão X era um homem compreensivo. E diziam muito mal dele. Eu nunca tive razão daquele homem, ele nunca me faltou ao respeito.

– Então ele tinha fama de se meter com as meninas?

Margarida – Com as mulheres, com as mulheres. Porque ele ainda teve duas amantes que eu conheci e saíram lá do rancho. Mas se elas não quisessem, ele não as obrigava”.

Ninguém (dentro das famílias) se “lembra” destes episódios das trabalhadoras rurais seduzidas, dos filhos bastardos, da verdadeira sovínice que caracterizava o lavrador alentejano ou da falta de respeito com que tratava a mulher, que passava o dia em casa à sua espera, quando ele aparecia para almoçar às 4 da tarde ou passava as noites todas no clube com os amigos a fumar, a beber e a jogar. O que é mencionado e o que é esquecido não altera propriamente o passado, mas molda-o segundo as conveniências. David Lowenthal chamou a isto recordações selectivas, justificadas pela subjectividade do emissor:

“subjectivity shapes historical insight (...) manipulating antiquities refashions their appearance and meaning. Interaction with a heritage continually alters its nature and context...”³⁴. Para o autor há três motivos para alterar a História e o passado em geral: “to improve the past itself or the lot of those who live in it; to better present circumstances by changing what has led up to them; and to ensure the stability of the present by altering (or protecting) the past against interference by others”³⁵.

Se no grupo dos *ricos* se pode de facto alterar ou seleccionar alguns pormenores de um passado tantas vezes repetido e lembrado, os *pobres* não têm muito que lembrar ou alterar, intencionalmente ou não. O suporte material é praticamente inexistente. A “casinha” que os pais tinham “de renda” ou já nem existe ou está nas mãos de outra pessoa, geralmente alterada de forma irreconhecível. Também não se encontram objectos transmissíveis, pois não eram suficientemente duráveis para passar de geração. Quanto às imagens, se nas últimas décadas se generalizou o uso e a posse de máquinas fotográficas, para não falar das câmaras de vídeo que registam à exaustão qualquer evento por mais insignificante que seja, até aos

³³ “O presente é selectivo. Lembra-se o antepassado como comerciante, mas nunca sob as vestes da agiotagem, por exemplo”, José Manuel Sobral – *op. cit.*, p. 305. Elizabeth Tonkin também salienta a necessidade de evocar a memória genealógica para legitimar a posição na sociedade: “People remember what they need to remember, and in some societies, genealogical knowledge is an important resource, used to support the legitimacy of a claim...”, *op. cit.*, p. 11. Por isso a selecção da memória faz-se de uma forma intencional: o verdadeiro, o falso e o que se esquece, tudo é seleccionado para se reconstruir o passado, *ibidem*, p. 113.

³⁴ David Lowenthal – *op. cit.*, p. 263.

³⁵ *Ibidem*, p. 26. Este autor tem ainda um capítulo com um título curioso e sugestivo: “Creative anachronism”, p. 363.

anos 70 do século XX os registos fotográficos estavam restringidos a um grupo de privilegiados. O retrato, geralmente tirado por um fotógrafo profissional, era preparado com todo o requinte e constituía um marco na vida do indivíduo. Os trabalhadores rurais não tinham acesso a tal luxo. Nem no dia do casamento. Nas suas casas, entre a exposição obrigatória das caras dos filhos e dos netos, dificilmente encontramos alguma fotografia dos próprios, ou dos pais e muito menos dos avós. Uma das minhas entrevistadas mostrou-me com orgulho a fotografia do pai, tirada por um estranho de passagem por Avis. Ao contrário das tentativas para embelezar o passado, comuns entre os *ricos*, neste caso verificou-se uma intenção de salientar os aspectos negativos, sem qualquer tipo de humilhação: a pobreza de um velhinho, sentado a uma soleira de uma porta com as calças remendadas, a fumar uma beata, tudo exposto e descrito com um enorme carinho por parte da filha. Nota-se até em alguns casos uma certa vaidade em falar sobre o tempo de miséria que se viveu: as pessoas que são declaradamente de origem humilde fazem questão de salientar o facto de terem trabalhado desde crianças e até de terem pedido esmola.

A um capital material tão ténue soma-se uma enorme falta de momentos de sociabilidade para além dos que eram proporcionados nas idas e vindas do trabalho³⁶ e nalgumas festas de final de colheitas, bailaricos de Carnaval, ou nas feiras. Se os casamentos³⁷ ainda reuniam alguma família mais próxima, os aniversários, o Natal, os baptizados, etc., eram simplesmente ignorados ou inexistentes. A ausência destas cerimónias que estimulam o contacto e a intimidade nas famílias constituía de facto uma falta de estímulo aos laços familiares, que acabavam por se diluir ou até desaparecer, sobretudo quando ao excesso de trabalho se juntava a distância provocada pela emigração. Por isso, quando inquiridos sobre outras gerações da sua família, ou até sobre primos e irmãos mais velhos, nota-se entre os meus entrevistados alguma hesitação. Os conhecimentos sobre os parentes que não viveram na mesma casa, no mesmo monte ou na mesma vila é muito escasso. Pudera: se nunca se encontravam! E se, ainda por cima, nada havia a transmitir de agradável sobre eles... Os serões à lareira não eram propriamente momentos de prazer, se é que se realizavam. O conforto que não se encontrava dentro de casa era muitas vezes procurado nas tabernas (caso vivessem na vila ou na aldeia), onde se estabeleciam relações por vezes mais fortes do que com os familiares. A oralidade também nunca foi o forte deste grupo. Encontramos, entre

³⁶ Giddens descreve o próprio trabalho como local de socialização, *op. cit.*, p. 79.

³⁷ “Estas idas aos cafés (...) são a única actividade social dos componentes das ‘maltas’, que por vezes atravessam a vida tendo ido a uma única festa: a do seu casamento”, Luís de Sttau Monteiro – *op. cit.*, p. 49.

os trabalhadores rurais, alguns que são autênticos poetas populares e contadores de histórias, mas pode dizer-se que são casos excepcionais. Em geral estes homens falam pouco, especialmente sobre algo que os aborrece. Como e para quê contar aos filhos a vida de miséria que o avô passou, se eles próprios conheciam a sua? Era algo sobre o qual não se falava. Mas não estava esquecido. Algures na memória estava guardado o sentimento. E o ressentimento...

Nitidamente, as mulheres conversavam e conversam mais. E transmitiam às filhas os dotes que elas próprias tinham aprendido com as mães e avós. No entanto os ensinamentos limitavam-se às artes da costura e da cozinha, eventualmente salientando as qualidades de trabalho da geração anterior. Nunca uma explicação sobre a vida, a feminilidade, nem sequer o básico sobre a menstruação ou a sexualidade.

“Maria Joana – A gente dantes também se envergonhava de dizer às pessoas mais velhas, *senhotôra*. Isto não é como agora. Eu até me envergonhava de dizer que estava de bebé. Isto era um atraso de vida! A gente íamos dizer qualquer coisa, a minha mãe, coitadinha, dizia logo: ‘Olha que estão a falar de baixo’. Pronto, a gente ficávamos logo ali sem saber nada”³⁸.

Com uma vida de trabalho intenso, as memórias ficam bastante condicionadas a um quotidiano de sofrimento, quebrado por alguns (poucos) momentos de alegria. Na entrevista que se segue conhecemos Júlia, filha de um *ganadeiro* (trabalhador permanente, *ajustado*), que vivia num monte com os pais e os irmãos. Aparentemente era mais privilegiada, pois tinha mais comida em casa do que as crianças que viviam nas vilas, filhas de trabalhadores eventuais, por causa das comedorias que o pai e os irmãos ganhavam. Nota-se mesmo assim uma grande amargura das recordações da infância, por ter tido que trabalhar muito cedo e por comer mal:

“Júlia – A *nha* mãe trabalhava no campo, e o meu pai era *ganadêro*. *Ganadêro* é *górdar* gado. Guardar vacas, guardar ovelhas, guardar porcos.

– E o que é que a sua mãe fazia?

Júlia – Então, ceifava, apanhava azeitona, mondava. Eram estes serviços que se faziam e hoje não se fazem. Outras vezes trabalhava lá em casa da senhora.

– Mas o seu pai estava fixo num monte, ou andava em vários?

Júlia – O *mê* pai às vezes tinha patrão por 2 e 3 anos, depois ia para outros.

– E porque é que mudava?

Júlia – Às vezes eles não lhe queriam dar mais dinheiro, os outros davam-lhe mais e ele, coitado, ia para onde lhe *davem* mais. O *mê* pai uma vez esteve 12 anos numa casa. À jorna nunca andou, foi sempre justo.

– E ele também recebia as comedorias, ou era só dinheiro?

³⁸ Entrevista a Maria Joana Jordilhas Nunes, trabalhadora rural e caseira, Avis, 11/6/1998.

Júlia – Às vezes era dinheiro, outras vezes tinha casas onde ganhava 50\$00, mas ganhava 4 alqueires de farinha, 3 litros de azeite por mês. E eram 5 l de grão e 4 alqueires de farinha. Toucinho comprava-se um bocadinho, para se comer ao domingo, só a gente sabe.

– Então e o que é que comiam durante a semana?

Júlia – Ora couves, feijão, grão. Aquilo que a gente podia apanhar. E pão. E batatas. Que as batatas semeávamos a gente.

– Tinham uma horta?

Júlia – Tínhamos. O patrão dava uma horta para a gente. Fazíamos *çabolas*, batatas, umas couves.

– E o pão era comprado?

Júlia – O pão tínhamos que o comprar. Quando era justo, apanhava-se a farinha.

– E depois quem é que fazia o pão?

Júlia – Pois era a gente. Amassava a minha mãe, que tinha habilidade para amassar.

– E depois iam cozer onde?

Júlia – Depois cozia-se no forno. Íamos à forneira. Se estávamos no monte, cozíamos no forno dos senhores. (...) Eu comecei a trabalhar com 10 anos e eu ia com umas sopas de cebola dentro de uma marmitinha de lata para comer lá. Não havia mais conduto.

– E azeitonas?

Júlia – Isso eles *davem* lá. Se a gente pedisse, eles *davem* um cesto de azeitonas para a gente *arrepanhar*, para a gente comer.

– Então carne e peixe nunca comiam?

Júlia – Ó, isso só quando a gente *ópois* começou a matar. Então já éramos todos a ganhar. O meu irmão Joaquim começou a trabalhar com 8 anos. O meu irmão Chico começou a trabalhar com 7, tudo a ajudar ao meu pai. Foi quando a gente começou a comer melhor.

– E eram três irmãos?

Júlia – A gente éramos quatro, mas uma estava sempre em casa da minha avó.

– Porquê?

Júlia – Porque a minha avó era doente do coração. E o meu avô mandava nas *assefas*, mandava as pessoas na azeitona. Era *managêro*. E depois, para a minha avó não estar sozinha, a minha irmã estava lá.

– E nos dias de festa, Natal, Páscoa?

Júlia – Isso sempre se matava qualquer coisinha para a gente comer.

– Faziam bolos?

Júlia – Umhas costas. A minha mãe sempre fez. Nem que ela fizesse só 3 fininhas, mas fazia.

– Então celebravam esses dias?

Júlia – Era poucochinho, mas um bocadinho a cada um a gente sempre tinha para comer”.

Não fica qualquer dúvida sobre a escassez e pouca variedade da alimentação destas crianças. Alguma fruta ou ovos que comiam era geralmente como produto de roubo. Certos autores levam mais longe a ideia da restituição presente em Urbano Tavares Rodrigues³⁹, incluindo estas acções numa “agitação camponesa” intencional ou em lutas sociais organizadas, como encontramos nas obras de Pacheco Pereira. A isto chamou Hobsbawm bandoleirismo social: “fenómeno universal e que permanece virtualmente igual a si mesmo, é pouco mais do que um protesto endémico do camponês contra a opressão e a pobreza: um

grito de vingança contra o rico e o opressor, um sonho confuso de por alguma rédea às suas arbitrariedades”⁴⁰, enfim, uma forma de mostrar que também se tem algum poder... James Scott contribuiu para difundir esta ideia, ao afirmar que o roubo e outras “formas de resistência diária ou acidental” são as armas dos fracos e criam condições para a emergência de formas mais ostensivas de luta⁴¹. Segundo este autor, que escreveu sobre a Malásia, os camponeses roubavam deste modo porque não podiam, não tinham condições para revoltar-se a sério:

“most subordinate classes throughout most of history have rarely been afforded the luxury of open, organized, political activity. Or, better stated, such activity was dangerous, if not suicidal”. Então, enquanto não se revoltavam, usavam as alternativas tradicionais, às quais o autor chama as armas da resistência diária, na sua opinião muito mais importantes e significativas do que as revoluções, pois têm implicações muito mais fortes a longo prazo: “One must look rather at the constant, grinding conflict over work, food, autonomy, ritual – at everyday forms of resistance”, às quais ele chama “low-profile techniques”, que são “admirably suited to the social structure of the peasantry – a class scattered across the countryside, lacking formal organization, and best equipped for extended, guerrilla-style, defensive campaigns of attrition”, e que consistem em “foot dragging (arrastar os pés, a actual greve de zelo), dissimulation, false compliance, pilfering, feigned ignorance, slander, arson, sabotage, and so forth. (...) They require little or no coordination or planning; they often represent a form of individual self-help; and they typically avoid any direct symbolic confrontation with authority or with elite norms”⁴².

Não me parece que as crianças e jovens que roubavam fruta em Avis tivessem alguma consciência de “agitação camponesa” ou de “lutas sociais”. Simplesmente tinham fome e no Verão tinham sede. O acto que praticavam era mais um roubo “inocente” e aceitável, que parecia estar implícito nos meios rurais, onde os objectos apetecíveis estavam de facto “à mão de colher”⁴³. Apanhar lenha, então, parecia ser o mais natural: as mulheres “andavam aos chamiços” (acendalhas, lenha miúda) e quando saíam de casa com um saco nunca voltavam com ele vazio⁴⁴ (ao apanhar lenha do chão também contribuía para limpar os matos e assim prevenir os incêndios, o que não deixava de ser favorável ao proprietário). Era voz corrente que todos os *criados* roubavam. O tal Charuto apanhava ovos e comia grandes omeletes, a

³⁹ Ver capítulo 2, e também Lino Netto e José Cutileiro.

⁴⁰ Eric J. Hobsbawm – *Rebeldes Primitivos. Estudios sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX*, 2ª ed. (1ª ed. Londres, 1959), Editora Ariel, Barcelona, 1974, p. 15.

⁴¹ James C. Scott – *Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance*, Yale University Press, New Haven and London, 1985, pp. 293-294.

⁴² *Ibidem*, pp. xv-xvii, 29.

⁴³ “Os frutos marcam, para estas áreas, épocas de plenitude alimentar: o tempo das uvas, em que as crianças engordam e os vagabundos se fartam à beira dos caminhos; o tempo dos figos...”, Orlando Ribeiro – *Mediterrâneo...*, p. 120.

⁴⁴ “Levar erva e lenha não é roubar...”, Alberto Garcia – *Monografia de Santo António do Couso*, Edições Gama, Lisboa, 1948, citado por Paula Godinho – “Comunidade, classes e colectivos no sul de Portugal (Couço, 1958-1962)”, *Ler História*, 40, 2001, p. 101.

rapariga que andava nas vindimas comia as uvas... E no rebanho as ovelhas que morriam eram sempre as do patrão. Estes actos não tinham grandes consequências desde que fossem praticados discretamente, e eram completados algumas vezes com os habituais actos de caridade:

“– E alguma vez trabalharam para o *Monte Padrão*?

Júlia – *Pró Pedrão*? Trabalhàmos.

– E gostavam dos patrões, os Srs. Carvalho?

Júlia – Olhe, ainda me lembro que uma vez a minha mãe estava muito doente. O meu pai tinha abalado do trabalho. E depois estava lá uma prima minha que disse que a prima estava doente. ‘Diz lá a ela que venha cá!’ Fui lá, vim de lá carregada.

– Com quê?

Júlia – Deu-me carne, deu-me azeite, deu-me grão, deu-me feijão. Não *truxe* mais porque eu não podia trazer mais”.

José Cutileiro verifica algo semelhante na sua *Vila Velha*: “Não encontramos em Vila Velha muitos exemplos daquilo que poderíamos descrever como conflito aberto entre trabalhadores e lavradores: não se registam greves, não se praticam destruições premeditadas dos bens dos ricos, os trabalhadores saúdam cortesmente os lavradores com quem se cruzam na rua e estes correspondem-lhes com uma afabilidade paternalista e superior”. Por outro lado, “Os trabalhadores agrícolas acatam tacitamente uma espécie de greve permanente e morna, já que deliberadamente produzem menos do que está ao seu alcance”. Por isso todos os ricos lhes chamam preguiçosos: “Os trabalhadores gabam-se das tarefas em que são mais exímios, mas em contrapartida vangloriam-se igualmente das suas artes de enganar aqueles que vigiam o trabalho, os feitores das grandes herdades e os proprietários locais”⁴⁵. Todas estas acções enquadram-se nas características que Scott apresenta para a resistência acidental ou epifenomenal: são desorganizadas, não sistemáticas e individuais; oportunistas e auto-indulgentes; não têm consequências revolucionárias; e implicam, na sua intenção ou significado, uma acomodação ao sistema de dominação⁴⁶.

Mas outras vezes esses roubos eram apanhados e tinham consequências mais graves, como quando um pequeno lavrador apanhou uma rapariga de 14 anos a roubar figos na sua horta e lhe deu uma sova, ou outros que chamavam mesmo a Guarda. Havia ainda os guardas das herdades, que se responsabilizavam pelos bens do patrão.

⁴⁵ José Cutileiro – *op. cit.*, pp. 81, 384. Também na Andaluzia o *obrero* “procura trabajar poco y no tiene interés en hacerlo bien”, o que leva os proprietários a queixar-se do baixo rendimento dos trabalhadores, Martínez Alier – *op. cit.*, p. 189.

⁴⁶ James C. Scott – *op. cit.*, p. 292. As várias formas de resistência e de acção individual dissimulada também foram descritas por Dulce Freire, Inês Fonseca, Paula Godinho – *op. cit.*, p. 38. Sobre as formas de luta camponesa ver também Eric R. Wolf – *Europe and the people without history*, University of California Press, Berkeley, 1982.

“Sarrafça – A fruta, também só quando a gente a apanhava, também assim sem os donos lá estarem ao pé, só assim é que a gente a podia comer, ou que alguém desse alguma. Era mesmo assim, não tenho vergonha de dizer, era a vida real.

– E alguém os apanhava ao fazerem isso?

Sarrafça – Por vezes, havia sempre uma pessoa responsável, um guarda, como havia também para a *boleta*, para a azeitona. Não se podia mexer em nada disso porque havia um guarda responsável para não deixarem mexer.

– E o que é que o guarda fazia se os apanhava?

Sarrafça – Por vezes ralhava, e outras vezes multava mesmo.

– Multava como?

Sarrafça – Tínhamos que ir ao posto pagar *x* por aquilo. Ele comunicava ao posto e tínhamos que ir ao posto. Eu felizmente nunca fui por isso; algumas vezes fui buscar uma *mancheia* de azeitonas, mas felizmente nunca... Também fui buscar uma *boletas* para assar, para a gente comer... Mas havia o medo dos donos, era aquela tragédia, sempre aquela coisa com medo, e aquele que estava a guardar tinha medo do patrão ou do outro encarregado superior”⁴⁷.

“Aço – Agora lembro-me assim de coisas... Havia um Sr. José Lopes. Falava-se que ele, uma vez umas mulherzinhas foram presas porque foram apanhar uma poucozinha de azeitona lá na propriedade dele.

– E ele mandou-as prender?

Aço – E iam presas ao posto. A Guarda Republicana era muito rigorosa naquele tempo”.

A GNR estava sempre presente, e constituía um elemento de repressão forte e odiado por todos⁴⁸. Os guardas eram os “lacaio dos ricos”, ou, como escreveu Saramago, “a guarda, meu filho, foi criada e sustentada para bater no povo...”⁴⁹. Este autor salienta a dependência que os guardas tinham em relação às elites fundiárias locais, obedecendo-lhes e delas recebendo dinheiro, géneros alimentícios, lenha e alguns favores para os filhos. Porém, bater literalmente no povo era algo raro: a repressão era uma realidade mais subentendida que posta em prática. Era mais uma repressão social que existia dentro do próprio grupo dos trabalhadores:

“José Luís – *A gente éramos praticamente polícias uns dos outros e tudo o que um ouvisse contra o regime, que fosse contar, já sabia...*”.

José Cutileiro também desenvolve esta ideia, afirmando:

“A vizinhança tende a actuar não apenas como um estimulante de sentimentos revolucionários mas também como um obstáculo às suas possibilidades de materialização em formas de acção concreta (...) A estrutura política impede, porém, mais do que reprime, a

⁴⁷ Entrevista a Joaquim Manuel Barata Dias, de alcunha Sarrafça, alugador de máquinas, Avis, 22/11/1998.

⁴⁸ Ver Dulce Freire – “Greves Rurais e Agitação Camponesa”, in Fernando Rosas e Brandão de Brito (dir.) – *op. cit.*, vol I, pp. 404-406.

⁴⁹ José Saramago – *op. cit.*, p. 73.

agitação”. E a GNR actua, mas “o que importa frisar é a extrema raridade dos casos em que se torna necessária”⁵⁰.

Por isso Martínez Alier fala em interiorização do sistema: “Sin la obligación de ‘cumplir’ y sin la interiorización del control político, haría falta un guardia civil al lado de cada obrero”⁵¹. Bastava-lhe o medo que causava nas populações. O medo da prisão e da falta de comida para os filhos, o medo da PIDE, dos polícias e dos espiões, o medo dos *bufos*.

“Mascote – Eu vejo o *Avante* em cima da mesa (do sapateiro). No outro dia a Chica estava a chorar: ‘Ai filha, nunca digas que *vistes* aqui o *Avante* na minha casa, senão prendem o meu marido e o meu filho fica sem pai!’”.

Havia temas “de que não se falava” e quem se expunha tornava-se perigoso para o resto do grupo⁵². Por isso praticava-se a auto-repressão, o auto-controle, os quais no presente já não têm razão de ser, mas ainda se encontram em pequenas subtilezas do discurso. Por exemplo uma mulher que hesitou e revelou medo em dizer que o marido fora comunista, mesmo depois de já ter havido uma revolução e de ele até já ter morrido.

“– O seu marido nunca teve panfletos em casa?”

Cassilda – Não, o meu marido nunca... Bem, tinha lá a sua fé e tinha o seu partido, mas nunca fez dessas coisas, nunca fez.

– Contaram-me que havia umas reuniões à noite, nos cabeços...

Cassilda – Não, o meu marido nunca foi. Antes do 25 de Abril. Também era, o meu marido era comunista, mas nunca fez essas coisas.

– Porque era proibido, tinham medo?

Cassilda – Pois, com certeza, que a pessoa tivesse a sua maneira de ver, mas, coitados, também tinham amizade à pele. E então, tinham medo, porque até um fulano que tivesse uma taberna e que alguém falasse sobre essas coisas, estava sujeito a encerrarem-lhe a casa.

– Então o seu marido não participou nos comícios, nessas festas que para aí houve?

Cassilda – Não sei, ele como homem, e eu como mulher em casa, ia a qualquer lado como outro qualquer”.

Mais uma vez, era melhor não estar com grandes conversas, nem dentro de casa. E tentava-se sobreviver com os poucos recursos que estavam disponíveis. As próprias autoridades tinham consciência da situação de carência extrema em que estas populações viviam. Por exemplo num relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, PVDE, sobre

⁵⁰ José Cutileiro – *op. cit.*, pp. 386-388.

⁵¹ Na Andaluzia: “el control político es en gran parte interno”, e a repressão é o que mantém o sistema latifundiário estável, apesar do tipo de trabalho que utiliza provocar a “inestabilidad potencial del latifundismo”, Martínez Alier – *op. cit.*, pp. 134, 192, 337. Barrington Moore também desenvolve o tema do controlo social: “It is not the instruments of violence as such but the techniques of social control that are decisive...”, *Injustice. The Social Bases of Obedience and Revolt*, MacMillan, Londres, 1979, p. 84.

assaltos a herdades em Santiago do Cacém que incluíram roubos de cortiça e respectiva apreensão, o agente escreveu:

“origem e propósitos residem, principalmente, na fome que os assaltantes e suas famílias vêm sofrendo de há meses a esta parte. Foi a fome que despertou a índole daquela gente que não é das melhores e lhes deu a directiva para os assaltos...”⁵³.

Na literatura que remete aos anos 30 e 40 encontram-se inúmeras referências à fome:

“No portal, à espera do caldo, só o sonho matava a fome”⁵⁴ ... Ou “um Verão desgraçado! (...) Poucas jornas, poucos ganhos... Quando assim é, come-se mais fome do que outra coisa. E vida dessa nem os cães gostam de passá-la”⁵⁵.

Uma realidade que não era exclusiva do Alentejo e que marcou as gerações que viveram a conjuntura do racionamento imposto durante a Segunda Guerra Mundial: também na Beira e em praticamente todas as comunidades rurais do interior de Portugal se ouvem relatos de

“fome e escassez de tudo. De comer, de vestir, de calçar. Tempos também de forte subordinação aos que detinham o poder: os seus patrões (...) Tempo de deferência obrigatória, de uma humilhação que se reteve na memória e que é reactivada, como uma metonímia, em interacções entre uns e outros no presente”⁵⁶.

Contudo, nenhum dos meus entrevistados me contou que tivesse passado fome propriamente dita. Nem quando algum ia preso a sua família deixava de comer, pois contava com a solidariedade familiar e dos vizinhos e com o fornecimento de bens a crédito por parte dos lojistas:

“– E entretanto a sua mulher como é que se sustentou durante esse tempo?

Caetano – A trabalhar muito. Trabalhou muito, coitadinha.

– E alguém a ajudou?

Caetano – A família ajudava. Ela trabalhava todos os dias. Tinha pessoas que tinham o cuidado de lhe arranjam sempre trabalho para ela trabalhar todas as semanas.

– E se alguém estava doente? A quem é que ela recorria? A quem é que ela podia pedir ajuda?

Caetano – Recorria a um homem que tinha uma venda, onde *a gente se aviávamos*.

– Sem pagar logo? Fiado?

⁵² “Quien hace ‘propagandas’ se expone a pasarlo mal y a hacerlo pasar mal a otros”, Martínez Alier – *op. cit.*, p. 133. Ver também pp. 137, 145. De modo geral, “a política constitui uma actividade estranha e potencialmente perigosa...”, José Cutileiro – *op. cit.*, p. 389.

⁵³ Em resumo: “a) a origem dos assaltos foi motivada pela fome; b) a sua amplitude foi motivada pelo incitamento directo de alguns desordeiros, pelas facilidades encontradas na venda dos roubos e, principalmente, pelo abandono social e espiritual a que esta gente está votada; c) no seu efeito não interveio qualquer organização político-social”, 9/1/1941, IANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Processos, mc. 518.

⁵⁴ Soeiro Pereira Gomes – *Esteiros...*, “Inverno”, cap. I.

⁵⁵ Alves Redol – *Constantino...*, p. 99.

⁵⁶ José Manuel Sobral – *op. cit.*, pp. 309-310.

Caetano – Fiado. De maneira que, quando eu fui preso, disse-lhe para ela... Ela chegou lá: ‘Então, dantes não comias? Agora continuas a comer!’”⁵⁷.

Ao contrário do merceeiro apresentado na literatura como um vilão, uma personagem marcadamente negativa⁵⁸, em Avis os comerciantes surgem como pessoas que ajudavam, vendiam fiado, eram compreensivos. Incluindo o farmacêutico, o já referido Chitas, que foi presidente da câmara, e que permitia que os medicamentos ficassem “na conta”.

“Maria Joana – Depois vinha cá o médico mais que quantas vezes! Depois o *mê* pai lá ia à *do* Sr. Chitas para levantar remédios, ficava o *mê* pai por fiador”.

Os trabalhadores falam deste grupo como alguém importante a nível local, por quem se tinha respeito, pois deles dependiam para levar comida para casa em épocas de desemprego. Por outro lado, como estes fregueses não sabiam ler, nem fazer grandes contas, havia sempre alguma desconfiança na altura do pagamento... Entretanto os filhos únicos eram autênticos privilegiados, como foi o caso de José Luís:

“José Luís – Eu posso-lhe dizer que quando eu tinha os meus 4, 5 anos, e os meus pais ainda não foram dos mais carenciados, vamos lá, e eu era filho único, e a gente comia uma sardinha. E eu, como era o menino, o meu pai comia um bocadinho além da cabeça da sardinha, a minha mãe comia a outra parte da cauda e eu comia ali o meio, que eles me davam. Uma sardinha para os 3”.

Esta história da sardinha dividida é recorrente. Não houve quem não me falasse nela, assim como dos primeiros sapatos já quase na adolescência e das crianças a pedir pelas ruas:

“Doutor António Barreto – E que chegavam a ficar 3 dias deitados na cama para não gastarem energias... Porque não tinham que comer. E que dormiam de guarda-chuva aberto para não cair a chuva em cima deles no Inverno. Eles contam essas histórias todos, e depois eu vou a Marvão e ao Couço e as histórias são iguais, aquilo é uma lenga-lenga. E há qualquer coisa de muito fundo”.

“Margarida – Também andei descalça, minha menina. Andei descalça e o meu irmão também. – Então e lá em casa o que é que comiam?

Margarida – Olhe, minha filha, uma sardinha partida por três, quando eu estava em casa. Era para mim, para o meu irmão e para a minha mãe. E um bocadinho de pão quando havia”.

⁵⁷ Entrevista em Avis, 23/5/1998. Paula Godinho também afirma que a prisão era “uma etapa acrescida e quase fatal do trabalho político clandestino” e, nessas alturas activava-se a rede, “de forma espontânea ou em resposta à iniciativa dos militantes comunistas”, o que constituía “uma maneira de restabelecer alguma normalidade nos lares afectados, fornecendo nomeadamente apoio material, além de manifestar de formas diversas o amparo do grupo...”, *Memórias da Resistência Rural...*, p. 5.

⁵⁸ “Por favor, fie-me lá o resto do avio porque esta semana o meu marido não ganhou nada por não haver trabalho (...) Mas os meus filhos têm fome, e as doenças, o meu homem sem trabalho, não temos donde nos venha, Quero lá saber, só leva depois de pagar”, José Saramago – *op. cit.*, p. 82.

“Luís – Nessa altura, *a gente éramos 3 irmões*, era uma sardinha partida pela gente os 3. E era quando havia.

– Tinha que idade quando teve sapatos?

Luís – Para aí 6 ou 7 anos. Era descalço.

– Então e a sua mãe também devia ter uma horta, não?

Luís – Uma horta, tinha.

– Ao menos legumes e pão comia todos os dias?

Luís – Pois.

– Então e carne?

Luís – Também.

– A sua mãe tinha lá umas galinhas?

Luís – Umhas galinhas, matava um bacorito, engordava-o. Fazia chouriço, morcela. Mais ou menos. Mas sempre pouquinho. Havia piores.

– Houve pessoas que passaram pior?

Luís – Ó! Houve.

– E também podiam comer ovos?

Luís – Então não podiam?

– Portanto, fome, exactamente, não tinham?

Luís – Nunca passei assim fome...”⁵⁹.

“Eng. Barrocas Dordio – Eu fiz a escola aqui no Ervedal, e lembro-me que na escola primária nós jogávamos à bola os calçados contra os descalços. E tínhamos sempre grande dificuldade em arranjar um número de calçados para jogar contra os descalços. Esta imagem é muito próxima, são coisas de 20, 30 anos”.

Luísa Leão era filha de uma “mãe solteira” que trabalhava como lavadeira do hospital. Ao jantar a família comia o que a filha pequena pedia pelas portas da rua onde moravam:

“Mascote – Depois eu comecei a ter habilidade e era a ajudante dela. Aqui nesta rua abaixo já toda a gente me conhecia porque eu chegava à tarde e vinha pedir o meu bocadinho de pão para a gente comer à ceia. Depois de manhã ia a casa do Zé Lopes, que estava lá uma criada, arranjava uma pinguinha de azeite, fazia-se uma açorda, fazia-se umas sopas de cebola. E era o que se comia. Pedia umas azeitonas, davam uma *mãchêa* de *azêtonas*, comia-se. Quando era no Inverno, muitas das vezes agarrava num saquinho e ia à *buleta* para assar e para cozer.

– Então nunca podiam comer um bocado de carne de porco?

Mascote – Não, senhora! Isso, pelo Natal... Eu quando comia assim um jantarinho melhor, sabe quando era? Era em casa duma senhora que tinha uma neta que era da minha idade. E eu ia lá para casa, lavava a louça, e então comia lá o jantarinho e o almoço. Era quando comia ou um bocadinho de *pirúm*, ou um bocadinho de frango. Às vezes era uma sardinha dividida por 3, era um rabo de bacalhau dividido por 4 ou 5...

– E fruta?

Mascote – Fruta não se usava, naquela altura. Não havia fruta, não havia nada, porque a vida era muito miserável.

– Nem um bocado de queijo, também?

⁵⁹ Entrevista a Luís Vieira César, de alcunha “Fala-Pouco”, pastor, Monte do Pereiro, Avis, 11/6/1998.

Mascote – Queijo, pouco. Era pão, pão com pão, quando se apanhava”⁶⁰.

Confirma-se o ditado popular que diz que *quando o pobre come galinha um dos dois está doente!*⁶¹ A alimentação das populações rurais preocupou vários autores, desde o já referido Lino Neto, que na sua obra apresentou a falta de robustez da população, provocada pela má alimentação, como uma das causas da questão agrária. Para reforçar a sua ideia transcreveu um relatório médico sobre a infecção de cólera que houve em 1855:

“As populações ruraes de Portugal são em geral pouco robustas, e em muitas localidades doentes, fracas e apathicas. A falta de sufficiente alimentação e os miasmas paludosos influem para esta lenta degeneração. As grande quantidades de sustento vegetal que absorvem (como feijões, favas, chicharos, grãos de bico e ervilhas) a fim de obterem a porção de substancias azotadas essenciais á vida, attenuam-lhes o vigor e o crescimento. Hortaliças, um pouco de arroz, castanhas e escassas rações de peixe, constituem com os legumes a base da sustentação rural entre nós. A carne de vacca, de carneiro, de chibato e de porco só por excepção entra n’ella em alguns dias festivos. O povo vive e trabalha, mas seria mais exacto dizer, que em bastantes partes apenas vegeta, debil para os esforços phisicos, e com pouca energia para dar á industria a á agricultura o impulso de que ambas carecem”⁶².

Maria Lamas, na sua recolha etnográfica publicada entre 1948 e 1950 escreveu que a grande maioria do povo alentejano “come muito mal” e “passa crises angustiosas, que chegam a tomar aspectos de flagelo colectivo”⁶³. Também Orlando Ribeiro descreveu em 1968 a “dieta desequilibrada” dos povos mediterrânicos, acentuando o consumo do pão cozinhado na forma de sopas ou açorda e acompanhado de azeitonas, queijo, um pedaço de chouriço ou de carne de porco salgada e a abundância do uso das ervas de cheiro: salsa, hortelã, coentros, poejos e louro⁶⁴. Saramago, na sua forma irónica, escreveu sobre os cardos e as bolotas, que alguns iam apanhar, às escondidas dos guardas das herdades.

“Quem diz catacuses, diz espinafres, à vista tudo é um, só no paladar se nota, mas cozido, refogadozinho com uma cebola que ainda resta (...) Ripa-me aí esses cardos, junta-lhe dez bagos de arroz, é um banquete...”⁶⁵.

⁶⁰ José Saramago também descreve de modo comovente a cena das crianças a irem ao *prédio* pedir às quartas-feiras e sábados, os únicos dias em que a senhora dava esmolos aos pobres, *op. cit.*, p. 187.

⁶¹ “Mata-se uma galinha em dia de festa, para receber uma visita ou tratar um doente; o seu consumo, como o de todos os animais de capoeira é, para a gente humilde, uma excepção”, Orlando Ribeiro – *op. cit.*, p. 117.

⁶² Relatório médico escrito em 1884, citado por Lino Netto – *op. cit.*, p. 192. Sobre a questão das leguminosas, ver a descrição de Oliveira Marques sobre o seu uso como forma de azotar e fertilizar as terras, *Introdução à História da Agricultura...*, p. 91. Além desta função agrícola, eram também usadas para auto-consumo e como forma de pagamento de salários, pois faziam parte das *comedorias* dos trabalhadores fixos e constituíam uma fonte de proteínas alternativa à carne e que completavam a alimentação. Também na Andaluzia a base da alimentação era o pão, o azeite e as leguminosas, ver Martínez Alíer – *op. cit.*, p. 94.

⁶³ Maria Lamas – *op. cit.*, p. 245.

⁶⁴ Orlando Ribeiro – *op. cit.*, pp. 117-120.

⁶⁵ José Saramago – *op. cit.*, p. 186.

O mesmo tom encontra-se em obras mais recentes, alguns sob a forma de livros de cozinha, recheados de comentários pertinentes e entrevistas a pessoas “do campo”. Por exemplo, numa receita de sopa de cação, uma das mais apreciadas especialidades da cozinha alentejana:

“Pisam-se poejos, alhos, depois um bocadinho de azeite, água, vinagre e farinha. A gente chamava-lhe sopa bacorinha e era feita como a sopa de cação. Só que lhe faltava o cação”⁶⁶.

Tal como afirma outro autor deste tipo de livros de recolha etnográfica, o Alentejo é “terra de grandes barrigas onde só há gente gorda”⁶⁷. A cozinha alentejana é o resultado de uma terra pobre, “onde comer é, antes de tudo, encher a barriga e iludir a sensação da fome”⁶⁸. E se os *pobres* “enchiam a barriga” com pão, água, azeite ou banha e todas as ervas aromáticas que encontravam, o resultado era um tempero sem dúvida saboroso, mas pouco satisfatório do ponto de vista das proteínas e das vitaminas. A açorda alentejana é o prato mais emblemático da região e revelador da situação económica da casa onde é servido. Quanto mais variantes adicionados, mais rica é a mesa onde ela é consumida. Mas quando era feita no meio do campo, no intervalo dos trabalhos agrícolas, geralmente não tinha mais acompanhamentos que uma *mãchêa* de azeitonas. E para não se comer sempre a mesma coisa recorria-se frequentemente aos legumes que cresciam espontaneamente no campo: espargos, beldroegas, sem esquecer nunca os coentros, os alhos e as cebolas.

“Deu-lhe um pão de vários quilos de peso, rijo e embolorado. O homem raspou cuidadosamente o bolor, abriu o pão ao meio, tornou a esfarelar os ninhos verdes e comeu, com vagares. A mulher deu-lhe ainda azeitonas, carregadas de sal. Depois ele despejou nas goelas uma bilha de água. Eu já sabia que aquele povo sub-alimentado iludia o estômago com litradas de água e montes de verdura, às vezes ervas selvagens, numa sede provocada pelo sal dos alimentos. E assim, entulhando o estômago, enganavam aquela ânsia de plenitude”⁶⁹.

Outro recurso disponível em abundância por todo o Alentejo, especialmente no concelho de Avis, rico em montado de sobro e azinho, era a caça:

“Maria Joana – Não havia vedas nenhuma nessa altura, *senhotôra*.
– Então permitiam que o seu marido caçasse?
Maria Joana – Pois. Ele passava por onde queria. Depois vendia a caça”.

⁶⁶ Aníbal Falcato Alves – *Os Comeres dos Ganhões. Memórias de outros sabores*, 3ª ed., Campo das Letras, Porto, 1997, p. 89.

⁶⁷ J. M. Monarca Pinheiro – *Terra de Grandes Barrigas Onde Só Há Gente Gorda*, Editora Alentejana, Évora, 1999.

⁶⁸ Orlando Ribeiro – *op. cit.*

⁶⁹ Fernando Namora – *Retalhos...*, p. 17.

“Claudino – O que havia mais era terra matagosa. Os caçadores governavam-se aí. Vendiam à comissão. Havia muita caça derivado a haver tanto mato. Muitos coelhos, lebres, perdizes”.

Era habitual os trabalhadores rurais complementarem a sua alimentação e os rendimentos familiares com a caça furtiva nos terrenos livres onde ninguém os impedia. Esta actividade proporcionava uma fonte de proteínas ou mesmo um modo de sobrevivência em períodos de desemprego⁷⁰. Havia caçadores profissionais que vendiam coelhos, lebres e perdizes nas lojas e tabernas das povoações. Usavam espingardas ou, se não as tivessem, colocavam armadilhas. Longe de ser apenas uma ocupação dos privilegiados, “a maior parte do território estava aberto aos caçadores estremenhos; em todo o Alentejo passava-se o mesmo. Os poucos terrenos coutados pertenciam a grandes proprietários que reservavam para si as boas caçadas. Era a oportunidade de convidar os amigos...”⁷¹. Segundo os dados apresentados por Pereira Bastos para os anos 60, “Um profissional que abatesse diariamente 5 peças de caça a 12\$00 realizaria 60\$00 e obtinha um lucro superior ao trabalho”⁷². E se em Avis havia muitos caçadores entre os trabalhadores rurais, não me pareceu que esta actividade fosse exercida como outra das “formas de luta a que os trabalhadores recorreram. Assim como ir buscar o comer onde o houvesse”⁷³. António Gervásio descreve caçadas organizadas por grupos de desempregados em Montemor-o-Novo, enquanto em Avis os relatos a que tive acesso diziam respeito a caçadores individuais com objectivos bastante mais egoístas⁷⁴. Outra situação apontada como negativa e humilhante na literatura, nomeadamente em Saramago, era a dos batedores, que dirigiam a caça para os caçadores. No entanto, os testemunhos que eu recolhi apontam para os dias das caçadas dos patrões como dias de festa para os trabalhadores fixos das herdades: não trabalhavam, ganhavam a jorna, e ainda aproveitavam para ficar com

⁷⁰ Manuel da Fonseca, no conto “Meio pão com recordações” d’*O Fogo e as Cinzas*, tem um personagem que está para voltar da caça. Se ele tiver caçado um coelho a família janta, se não fica com fome... “Era mesmo bom, o coelho... cozia-se. Ao menos, hoje, enchíamos a barriga”, *op. cit.*, p. 162. Num relatório da PVDE enviado para o Ministério do Interior sobre a mendicidade em 1949 é referida a “caça ilegal devido à crise” e a necessidade de atribuição de subsídios para atenuar a crise de trabalho, IANTT, MAI-ACL-MAI-GM-GBT058, cx. 0016.

⁷¹ Olivier Balabanian – *op. cit.*, pp. 97-98. Este tema também é desenvolvido por Martínez Alier, que expõe a ideia de que caçar pássaros era uma alternativa quando não se tinha comida em casa, mas esta actividade não era vista como trabalho, mas apenas para sobrevivência, *op. cit.*, pp. 134, 157, 167.

⁷² Por outro lado, “Os indicadores apontam um aumento da fiscalização nos anos de 1971 a 1973, em resultado da reacção dos caçadores contra a expansão das áreas reservadas (em especial aramados), sendo significativo o retomar da caça no período de 1974-75”, Mário Pereira Bastos – *O Problema Venatório do Distrito de Beja. Terreno Livre e Regime Privado: atitudes, expectativas e tensões sociais (1901-1975)*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Departamento de História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, p. 147. Para um resumo histórico sobre o tema dos caçadores e a caça, ver Cristina Joanaz de Melo – “Caçador”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 317-318.

⁷³ António Joaquim Gervásio – *op. cit.*, p. 336.

⁷⁴ Esta característica dos individualismo está patente em todas as entrevistas, o que David Lowenthal justifica: “The remembered past is both individual and collective. But as a form of awareness, memory is wholly and intensely personal; it is always felt as ‘some particular event that happened to me’”, *op. cit.*, p. 194.

algumas peças de caça, oferecidas ou mesmo *desviadas*, além de participarem nas refeições festivas (se bem que comendo na cozinha, nunca na mesa principal junto com os convidados).

A situação de precariedade nas condições de vida e de alimentação dos trabalhadores rurais, tal como foi descrito no capítulo anterior, melhorou consideravelmente a partir dos anos 60. Mas alguns lavradores fizeram questão em salientar que desde sempre os trabalhadores da sua *casa* comiam o mesmo que os patrões, tanto nos casos de grandes proprietários com criados fixos, como nos pequenos agricultores que contratavam mão-de-obra temporária para trabalhos sazonais:

“– Mas eles contam umas histórias da meia sardinha...

Dr. José de Carvalho – Isso é mentira. (...) Nós ouvíamos aqui no *Padrão* a Rádio Moscovo. Era a maneira de saber o que andava pelo mundo. Entre as 7 e as 9 da noite. E diziam por exemplo isto do Alentejo: a grande propriedade, o latifúndio, onde o trabalhador come fava seca e pão negro. E nós ríamos, porque não correspondia à realidade, nesta casa e no *Monte Branco*, onde o trabalhador comia a mesma comida que o patrão, feita pela mesmo cozinheiro. Eles ouviam a Rádio Moscovo na cozinha e admitiam que comiam o mesmo que os senhores. Era a mesma comida, a gente só não comia com eles nos dias de carne. Porque o meu pai achava que tanta gordura fazia mal ao fígado dos meninos”⁷⁵.

“Manuel Varela – Era conforme eles queriam. Uns diziam: ‘convém-me comer em casa’. Quando era solteiro e em casa da minha mãe e do meu pai havia os que comiam em casa e por isso tínhamos de ter uma criada ou duas para fazer a comida para essa gente toda.

– O que é que lhes davam de comer?

Manuel Varela – Dávamos de tudo. Se num dia se dava feijão com couve, nós lá em casa comíamos feijão com couve também. Se ia fruta para eles, ia fruta para nós também.

– Muitos me contam a história que só comiam meia sardinha.

Manuel Varela – Isso é tudo conversa, isso não era assim. Mas quem é que ia agora cortar uma sardinha para dar a um homem? No meu tempo isso nunca aconteceu. Se isso se deu, estou convencido até que deu, porque eu ouvi falar nisso, mas foi noutros tempos.

– E comiam bocados de carne?

Manuel Varela – Comiam, comiam queijo, comiam azeite, era o que havia em casa. O tratamento era igual para nós 3 filhos e para os outros 5 que andavam connosco. Era sempre à base de pão.

– Então e a carne?

Manuel Varela – A carne era quando era dia de carne! Era carne de porco; matavam-se os porcos em Janeiro, 3, 4 porcos de 8 arrobas, que era arranjada e preparada para comer para o ano todo aos bocados.

– E aves, também comiam galinhas?

Manuel Varela – Galinhas, isso era muito. Mais galinha que carne de borrego.

– E ovos?

Manuel Varela – Os ovos, com certeza.

– Mas nunca comiam carne de vaca?

⁷⁵ Entrevista com o Dr. José Trancas Godinho de Carvalho em 5/7/1998, Veterinário, Monte Padrão, freg. de Figueira e Barros, Avis.

Manuel Varela – Não, então íamos ao talho aonde buscar a carne de vaca? Nem mesmo cá em Avis se matava vaca. A vaca era morta em Évora, Lisboa, nas terras grandes. Onde é que se matava uma vaca, com o peso que se gastasse cá em Avis? Só, às vezes, cá se apanhava um bocado de vaca quando uma partia uma perna que tinha de ser morta no local. E não podia ser transportada para longe.

– E leite, bebiam leite?

Manuel Varela – Bebíamos muito leite, mas era normalmente leite de cabra. Depois mais tarde é que começou a aparecer o leite da vaca aí a vender. A manteiga vinha feita e depois era preciso comprar avulso, mas isso era para os que tinham dinheiro.

– Comiam banha, não?

Manuel Varela – Banha de porco, azeite. E tinha-se saúde, tinha-se saúde, mais que agora”.

Mesmo comendo pouca carne, que, como dizia o pai do Dr. José de Carvalho, com tanta gordura fazia mal ao fígado⁷⁶, os trabalhadores rurais possuíam uma robustez que agora nem se imagina. O relato do alentejano como “débil para os esforços físicos” parece não se adequar às descrições de força brutal atribuídas por exemplo ao já muito falado José Luís, que levantava carroças (e outros carros de tracção animal) sozinho com a força dos seus braços para mudar uma roda no meio do campo⁷⁷, o que constituía um dos factores de maior prestígio que lhe deram a posição de líder no período revolucionário. Aparentemente o trabalho agrícola exigia uma condição física excepcional e produzia uma massa muscular que hoje só se encontra em atletas de alta competição. A vida sedentária dos tempos actuais torna impossível alcançar os níveis de força de homens que passavam dias inteiros, meses seguidos a *acarretar* pesos inconcebíveis, e a consumir doses maciças de hidratos de carbono. Traquinas, homem de aspecto franzino, muito magro, descreveu-me os carregamentos que fazia às costas, pelas colinas, quando trabalhava como seareiro a desbravar terras de difícil acesso para animais e impossível para carros de bestas ou outros. Levantava-se de madrugada para ceifar, trabalhava o dia todo a lavrar com a parelha. E quando chegava a casa ainda tinha de ir dar água às bestas. Tal como antes, também agora não vale a pena falar no assunto...

“Traquinas – É a evolução da vida. (...) Eu mesmo aos meus filhos já não tenho dito certas coisas, ainda eles se começam a rir.

– Não acreditam?

Traquinas – Não, não acreditam naquilo que a gente sofria dantes. Dantes sofria-se muito. A gente ia trabalhar para aí a 30 km, ia-se a pé, vinha-se a pé. Mal tratados. Outras vezes dormia-se lá, como na herdade de Camões. As pessoas iam para lá agora no princípio do Verão. Dormiam 4 ou 5 casais numa casa, ali comiam, ali estavam, enfim, era uma vida dura”.

⁷⁶ Não esquecer que o porco preto, maior fornecedor do carne na região, tinha mais de 50% de gordura, como se viu no capítulo anterior.

⁷⁷ “ele era uma besta, enorme, com uma força descomunal, ninguém se metia com ele”, entrevista realizada em Avis, 26/4/1998.

A falta de privacidade e de intimidade dos casais nestas condições era algo que incomodava e era referido com frequência⁷⁸. No que diz respeito à robustez, em 1808 Costa Simas apresentou esta característica dos alentejanos como algo que os ligava à sua terra, impedindo-os de emigrar: “os naturaes do Alentejo, desde sua tenra idade se fazem robustos, activos, infatigáveis, e de extrema frugalidade. Enfurecido com os peníveis trabalhos da lavoura, desprezam os rigores das sazões (...) Esta maneira de viver, posto que seja dura, os une tão sobremaneira à sua pátria, que poucos saem para as colónias...”⁷⁹. De qualquer modo, por mais robustos que fossem os homens quando andavam a trabalhar, o mesmo não se pode dizer das suas mulheres e filhos. Especialmente os filhos: não houve família a quem não morresse uma criança, pelas razões mais variadas, sobretudo infecções e falta de assistência médica⁸⁰. E se a má alimentação contribuía para a alta mortalidade infantil, esta estava mais directamente relacionada com as deficientes condições de saneamento e higiene e com a inexistência antibióticos, cuja utilização só começou a ser difundida na segunda metade do século XX⁸¹.

As recordações destas pessoas estão necessariamente associadas aos acontecimentos mais marcantes na sua vida. José Manuel Sobral salienta que “as narrativas autobiográficas são curtas. Ao pedir-se a alguém a história da sua vida, as respostas tendiam a centrar-se em passagens cruciais da mesma – a infância, o casamento, a família, o trabalho e a emigração”. Porém, “se há um fundo de sofrimento, produto da condição humilde, que se recorda constantemente, determinados acontecimentos dramáticos sobressaem”⁸², por isso em Avis as entrevistas realizadas no grupo dos trabalhadores rurais apresentam invariavelmente as doenças como referência cronológica. A memória das datas ou de acontecimentos políticos, mesmo a nível local, é quase nulo. Mas a idade que a criança tinha quando começou a servir, ou quando o pai morreu, essa está bem presente, assim como a idade da primeira operação e

⁷⁸ Por exemplo na obra de Saramago há referência aos barracões onde os ranchos ficavam durante as empreitadas, nos quais os trabalhadores dormiam todos juntos durante 2 a 3 meses, por vezes separados apenas por uma cortina. Nas próprias casas a falta de espaço e de divisões também era um problema para a intimidade dos casais: há uma avó que saía de casa todas as noites para deixar o filho e a nora mais à vontade, *op. cit.*, p. 111.

⁷⁹ E exaltava a fertilidade do solo: “porque a grande cópia de grãos, e de outros frutos, que aí se produzem, e daí são exportados, evidentemente mostra que esta província é não somente fértil, mas também fecunda (...) acaso não se tiram de Alentejo quase todos os toucinhos, paios, chouriços, linguças, chouriços de sangue e presuntos que os habitantes de Lisboa consomem?”, além do vinho, azeite e frutas que também vão para Lisboa e são exportados para outras províncias e até para Espanha, Joaquim José da Costa e Simas – *op. cit.*, pp. 196-197.

⁸⁰ “Cresce a família, mesmo morrendo muitos infantes de suas doenças...”, José Saramago – *op. cit.*, p. 80.

⁸¹ A penicilina foi o primeiro antibiótico que se desenvolveu apenas a partir de 1928, quando Fleming estudou os fungos dos alimentos, o bolor. Ele, Florey e Chain desenvolveram este antibiótico e receberam o prémio Nobel em 1945. Até então as infecções eram tratadas com quinino e pouco mais.

⁸² José Manuel Sobral – *op. cit.*, p. 298.

dos sucessivos internamentos no Hospital. Estas memórias são muito mais abordadas pelas mulheres. Os homens parecem estar menos vezes doentes, ou pelo menos não falam tanto no assunto. Nos grupos mais desfavorecidos a doença feminina parece ter atingido a posição de estatuto social, ligada ao contacto com o universo dos médicos, das consultas nos hospitais e das viagens a Lisboa que lhes estão associadas.

“The more affluent the background people are from, the less likely they will be to suffer from a serious illness at any point in their lives (...) A person who is ill is excused from many or all of the normal duties of everyday life, but the sickness has to be acknowledged as ‘serious enough’ to be able to claim these benefits without criticism or rebuke”⁸³.

Assim, a mulher trabalhadora que se apresenta como enferma, portanto incapacitada temporariamente para o trabalho, legitima a sua condição com extensas descrições de internamentos, de intervenções cirúrgicas, de verdadeiras aventuras pelo mundo da doença⁸⁴. Isto acontecia sem qualquer intenção ou verdadeira consciência da sua acção e tinha, como legitimação, o aval do médico, a consulta no hospital. De preferência o internamento, se possível prolongado e, para culminar, a intervenção cirúrgica. Se a senhora da elite podia chamar o médico a casa e ir a Lisboa tratar-se com especialistas e internar-se numa clínica, também a trabalhadora podia, ao contactar com esse universo quase místico de saberes ocultos⁸⁵, sentir-se próxima de uma situação de privilégio. Estas descrições, que incluem o nome das doenças, as opiniões dos médicos, as grandes conversas com o Sr. Dr. X ou Y, posteriormente convidado para padrinho dum filho e a quem se oferecem bolos e outras iguarias, preencheram grande parte das entrevistas e nota-se que animaram vidas monótonas e repetitivas⁸⁶.

Continuando com as memórias mais marcantes: o casamento também constituía uma cerimónia de passagem importantíssima, pois era então que começavam todos os problemas.

⁸³ Antony Giddens – *op. cit.*, p. 9.

⁸⁴ As quais são muito mais importantes para elas do que os grandes acontecimentos da História, que geralmente lhes passaram completamente ao lado, e que “podem ficar na sombra, enquanto pequenas questões do quotidiano são longamente referidas”, Paula Godinho – *op. cit.*, p. 25.

⁸⁵ Pierre Bourdieu – *op. cit.*, p. 160. Concretizando sobre os saberes ocultos dos médicos: “O seu saber, tão esotérico e distante do conhecimento dos pacientes, é respeitado”, José Manuel Sobral – *Trajectos. Produção e reprodução da sociedade – família, propriedade, estrutura social numa freguesia rural beirã*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social, ISCTE, Lisboa, 1993, p. 452.

⁸⁶ Como paralelo na nossa sociedade urbana actual, que tende a esconder a doença física (pois é muito mais prestigiante ser-se saudável), a única doença admissível para “faltar ao trabalho”, para não cumprir os prazos, etc., é a depressão, o *stress*, alguma enxaqueca, enfim, a doença mental. São raros os doutorandos que não sofrem um “esgotamento”, e muito mais raros ainda os indivíduos que não tomam algum tipo de estimulante ou anti-depressivo, nem que seja a cafeína, a nicotina, ou o chocolate.

Tanto para os homens como para as mulheres havia uma diferença profunda entre a despreocupação da juventude e as responsabilidades duma família.

“Isso é que é ter sorte. Não ter filhos é ser um homem livre!...”⁸⁷.

Já se viu como foi descrito na literatura a liberdade que os solteiros tinham para agir politicamente ou simplesmente não trabalhar quando não tivessem vontade. Com as raparigas passava-se algo semelhante: depois de uma infância de privações e de uma adolescência a servir como criada ou lavadeira, a certa altura o trabalho no campo e nos ranchos tornavam-se mais atractivo, face ao contacto com o sexo masculino, às perspectivas de namoro e à relativa liberdade que podiam ter, ainda que estivessem sempre acompanhadas pelas mães ou por alguma manageira de confiança dos pais para tomar conta delas⁸⁸.

“Mascote – Galinha de campo não quer capoeira...

– Então não gostava de estar em casa das pessoas?

Mascote – Eu até gostava, mas eu gostava mais de andar no campo.

– Preferia ir para os ranchos? Fazer o quê?

Mascote – *Cêfar*, apanhar azeitona, mondar, apanhar favas, *arrencar* mato”.

Mas tinham de mostrar trabalho, senão eram despedidas, mesmo ganhando menos que os homens:

“Mascote – Ganhávamos sempre menos 5\$00. E tínhamos de dar o litro como eles davam, andar à frente deles a esgatanhar, porque se não déssemos eles passavam a gente para a frente e a gente ficávamos ali num coito de trigo a rabejar e éramos despedidas. (...) virmos do trabalho era uma paródia, ainda se cantava...”.

Os momentos de sociabilidade ligados ao trabalho fazem parte do imaginário de felicidade deste grupo e de uma certa nostalgia do passado que se revela nas descrições sobre as cantigas e a alegria dos ranchos. No passado havia sempre muito trabalho para todos, as herdades estavam cheias, os campos estavam tratados⁸⁹ ... Isto é sempre referido em contraste com o presente, onde os campos estão abandonados e praticamente só há pastagens e aramados.

⁸⁷ Manuel da Fonseca – *Cerromaior...*, p. 152.

⁸⁸ Nota-se a existência de um código moral que não permitia que as mulheres fossem trabalhar sozinhas para longe, sem os pais ou algum parente que as resguardasse dos perigos, o que a distingue da *ratinha*. Também não subiam às árvores para tirar cortiça ou apanhar azeitona para não se lhes verem as pernas. No *Levantado do Chão* Maria Adelaide vai trabalhar numa empreitada, mas “sob as vistas de uns vizinhos que no mesmo trabalho estão, sempre é um descanso para os pais, não havia Manuel Espada de ser cioso dos brios de sua filha única”, José Saramago – *op. cit.*, p. 349. No entanto, nos ranchos sempre havia a possibilidade de contacto entre os sexos: “Ferveram os namoricos e não faltou quem se queimasse”, *ibidem*, p. 66. Também na *Fanga* a irmã do narrador vai trabalhar para longe, mas com o pai, Alves Redol – *op. cit.*, p. 101.

“José Luís – E as pessoas eram amigas, e ajudavam. E convivia-se mais do que hoje”⁹⁰.

As mulheres faziam renda ou alguma costura na hora da sesta (eram elas que faziam a sua própria roupa e da família, várias vezes remendada) e nos intervalos dos trabalhos, quando podiam estar sentadas “à sombra duma azinheira, de que não sabia a idade”... As raparigas faziam o seu enxoval e trabalhavam com toda a energia para juntarem dinheiro para poderem casar:

“Tudo o que as raparigas solteiras ganham nos serviços do campo é ‘para o seu corpo’ – quer dizer, para se *ourarem* e vestirem de ponto em branco (...) Satisfeitas estas primeiras ambições, passam à compra do preciso para o enxoval, e do modesto mas garrido mobiliário com que se propõem ornamentar a futura habitação”⁹¹.

Lowenthal também foca esta questão que se prende sobretudo com o mito da juventude e com a triste consciência de que o passado é irrecuperável, o que se torna motivo de grande frustração⁹². Pode afirmar-se que o que provoca a saudade é a falta da juventude. Quando recordam estes “bons momentos”, recordam um período da sua vida em que estavam no auge da sua forma física e aguentavam todo o trabalho que lhes punham à frente, o que era sem dúvida motivo de orgulho. E recordam o sentimento agradável da partilha, do trabalho em grupo, das refeições em comum⁹³, e a excitação das festas e dos namoros:

– Mas nos dias em que trabalhavam, depois a volta era uma festa?

Mascote – Era um festa, porque a gente era a mocidade. Era cantar e bailar naqueles caminhos. Era o nosso *advertimento*⁹⁴. Não havia uma telefonia, não havia uma televisão.

– Deviam vir muito cansados?

Mascote – Pois, vínhamos, mas então, *a gente éramos* novos. Nada custava. Éramos mais amigos. Que é assim mesmo.

– Então recorda-se da sua juventude como uma coisa boa, apesar das dificuldades?

Mascote – Apesar das dificuldades, tive uma juventude boa. Havia uma mocidade (citou nomes das amigas), fazíamos grandes bailaradas ao domingo. Mas era a cantar.

⁸⁹ “antigamente era também o tempo de uma maior amizade entre todos, de maior solidariedade, era a época em que os campos estavam cheios de gente e o trabalho era acompanhado por canções”, José Manuel Sobral – “Memória e identidade sociais...”, *op. cit.*, p. 310.

⁹⁰ Inês Fonseca também salienta os “tempos de mocidade” nas suas entrevistas: “Era muito mais divertido. Era. Então, não era? Era no tempo da miséria, mas a gente tinha mais convivência e convívamos mais. Mais alegria. (...) Quer dizer, noutra tempo, as pessoas tinham mais amizade umas às outras e agora não...”, *op. cit.*, p. 55.

⁹¹ José da Silva Picão – *op. cit.*, p. 116. Também em Saramago a personagem Gracinda Mau-Tempo, quando ficou noiva, teve esta preocupação: “dali em diante terá de combinar, regateando com a mãe, quanto do seu salário poderá retirar para o enxoval, como é dever seu”, *op. cit.*, p. 183.

⁹² “Yet memory and history, relic and replica leave impressions so vivid, so tantalizingly concrete, that we cannot help but feel deprived”, David Lowenthal – *op. cit.*, p. 4. A nostalgia do passado nos velhos é também descrita por Maurice Halbwachs – *op. cit.*, p. 103. Existe também a nostalgia do espaço rural, ligada a este sentimento de que houve um passado muito feliz, apesar das grandes dificuldades, e que a volta ao rural é a volta a esse passado glorioso. Isto já se verificava em vários autores entre os referidos no capítulo 1: o passado ligado às delícias da vida no campo, e as cidades é que estragam sempre tudo, etc.

⁹³ Ver Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira – *op. cit.*, p. 85.

⁹⁴ Esta distorção do vocábulo também foi registado por Maria Lamas – *op. cit.*, p. 247.

– Onde é que faziam essas festas?

Mascote – Nas nossas casas.

– Não havia as festas grandes da vila?

Mascote – Havia cá em Avis, ainda me lembro de haver cá umas festas que eram as festas de Santa Luzia. Eram no mês de Agosto. Depois havia a Senhora Mãe dos Homens. Isso era outro divertimento. A gente andava toda a semana a trabalhar, depois arranjavamos um vestidinho de chita, ao sábado, às tantas da madrugada a gente ia a caminho das festas da Senhora Mãe dos Homens. Ficávamos lá de sábado para domingo. Havia baile, havia aquelas coisas todas.

– Também festejavam o Carnaval?

Mascote – Ai, o Carnaval festejavamos. Faziam cá grandes carros. Eu nunca andei nessas festas, porque não tinha vagar”.

“– Mas queria vir à vila para...?

Caetano – Para ter convívio, por causa das raparigas...

– E faziam algumas festas, com música? Nunca tocou nenhum instrumento?

Caetano – Havia uns rapazes que tocavam concertina. Quando era pelo Carnaval, chegou aqui na vila a haver 4 e 5 bailes por Carnaval. Sábado Gordo, Domingo Gordo, e eram sempre bailes de dia e de noite, sempre. Naquele tempo, agora já não há nada”.

“– E não havia festas?

Lagarto – *Tã nã* havia festas? Havia festas, havia a *fêra* (feira), havia o Carnaval, havia essas coisas todas.

– E ao domingo, também não se juntavam as pessoas?

Lagarto – Juntávamos mais era na *cêfa* (ceifa) havia festas, e pronto, e os domingos, naquela altura custavam muito a passar porque a gente trabalhávamos de dia e de *nôte*. No nosso tempo *arregávamos* antes do nascer do sol e depois do pôr-do-sol, e trabalhávamos aos sábado, *nã* tínhamos fins-de-semana, *nã* tínhamos feriados, *nã* tínhamos nada dessas coisas.

– E ao domingo não iam à missa?

Lagarto – Pouco, a gente às vezes se os novos iam era só por causa de ver as raparigas ou uma coisa assim”.

“Francisco Nunes – Naquele tempo todos eram iguais, sofriam todos a mesma cruz, iam juntas em ranchos para o trabalho, cantavam, aquilo era uma alegria. Havia o convívio. Isso acabou tudo. Hoje é uma das coisas que mais me choca, noto essa grande diferença. Até porque não havia as televisões. A televisão foi uma coisa muito boa que apareceu, mas roubou o convívio às pessoas, até em casa ela fez isso: já ninguém pode falar”⁹⁵.

Salienta-se a música como forma importante de sociabilidade rural e, por vezes, de ascensão social para quem tocava um instrumento. Algumas destas ocasiões festivas eram proporcionadas pelos patrões, por exemplo no final das colheitas, como era o caso das festas dadas no Monte do Ramalho:

⁹⁵ Entrevista a Francisco Nunes, de alcunha “Peças”, emigrante em Lisboa, depois na Austrália, que voltou a Avis em 1971, foi vereador do PS entre 1977 e 1986 e é actualmente o presidente da Cooperativa Agrícola de Avis, 2/11/1998.

“Idalina Varela Pina – Havia a Festa de Espiga, no Dia da Espiga. Faziam um concurso de chitas, de aventais, cantavam cantigas... Dançavam, eles com um lenço bordado para não mancharem as blusas delas quando lhes punham as mãos nas costas”⁹⁶.

Verifica-se actualmente uma tentativa de recuperar estas memórias por vários meios. No jornal local *Águia* têm sido publicados vários destes relatos de pessoas da (actualmente chamada) terceira idade. Por exemplo um certo Joaquim José Lourenço (86 anos) descreveu animadamente os *Balhos* (bailes) onde ele tocava concertina: realizavam-se aos sábados à noite nos montes, nas casas particulares e nas sedes dos clubes de futebol de cada freguesia. Vinham os pais e os filhos em idade de casar, havia namoros, danças de roda, mães ciosas da honra das filhas, alguns cantavam ao desafio...⁹⁷.

Depois casavam. Geralmente com amor⁹⁸. Nas entrevistas, as manifestações de carinho pelo cônjuge foram comóventes. E muito mais explícitas que no grupo dos *ricos*, onde esse tipo de demonstração é considerada quase uma vergonha. Os elogios repetiram-se, salientando-se as qualidades de trabalho, a honestidade, a resistência ao sofrimento:

“– A sua mulher também trabalhava?

Lagarto – Ainda hoje anda a trabalhar. É uma rapariga que eu para aqui tenho!”.

“Aço – Desde que casei, a minha mulher, coitadinha, é uma pontualidade. Ao meio-dia almoça-se, ela tem *o comer* pronto”.

Mas era então que começavam todas as desgraças: os partos difíceis, as doenças, os problemas ligados à *criação* dos filhos, a falta de assistência que deixava as mulheres entregues a si próprias. Não nos podemos esquecer que o direito à licença de maternidade de 90 dias só foi instituído em Portugal em 1976⁹⁹ e, de qualquer modo, a sua condição de

⁹⁶ Entrevista a Idalina Machado Magalhães Varela Pina, conhecida localmente por Sr^a D. Dalita, proprietária do *Monte do Ramalho*, em Avis, 13/6/1998.

⁹⁷ *Águia. Folha informativa dos amigos do concelho de Avis – Associação Cultural*, nº 4, Novembro, 2001, p. 2. Sobre os *balhos*, ver também Maria Lamas – *op. cit.*, p. 249.

⁹⁸ José Cutileiro também refere que os casamentos nesta classe são maioritariamente por amor, sem os constrangimentos das estratégias de acumulação fundiária das elites, ver capítulos “Namoro” e “Marido e Mulher”, *op. cit.*, pp. 121-142. Por isso também não se verificam muitos casos de endogamia como são comuns entre os grandes proprietários e também nas zonas de pequena propriedade do centro e do norte.

⁹⁹ Decreto-Lei nº 112/76, de 7/2/1976. Desde 1962 que estava instituído o subsídio de maternidade para a indústria e o comércio; estava também previsto o direito a um mês de licença de parto, mas que era pago pelo empregador, portanto estava ao critério da entidade patronal pagar ou não o salário da trabalhadora. No trabalho rural nada disto tinha expressão prática. O Decreto-Lei nº 445/70 previu a concessão de assistência médica e medicamentosa na doença e na maternidade para as mulheres dos beneficiários que fossem sócias da respectiva Casa do Povo. Só a partir de 1 de Janeiro de 1971 é que as mulheres se puderam inscrever como sócias efectivas das Casas do Povo. Em 1973 o Secretário de Estado do Trabalho e Previdência fez um despacho que alargou aos trabalhadores rurais a totalidade das regalias do regime geral da Previdência, e incluiu o subsídio de aleitação no esquema de benefícios do regime dos fundos de previdência das Casas do Povo: 250\$00 mensais durante os primeiros 8 meses da vida de cada filho. E se medicamente fosse comprovada a insuficiência da aleitação materna, era concedida uma prestação complementar de 150\$00 mensais. Era também obrigatório o exame médico mensal

trabalhadora eventual não lhe daria nunca quaisquer direitos. O cuidado dos filhos privava-a então do trabalho e do respectivo salário, tão necessário sobretudo em períodos de desemprego sazonal masculino. A trabalhadora rural alentejana cedo tomou consciência desta realidade e começou algum tipo de planeamento familiar, que, no meio e na época em questão, incluía, em grande parte dos casos, o aborto. Este tema foi incluído nas denúncias à situação vivida pelos trabalhadores rurais alentejanos antes da revolução. Por exemplo:

“jamais um homem devia estar condenado a vender-se como gado na praça da aldeia ou uma mulher ver-se coagida a matar o filho que ela não pode alimentar”¹⁰⁰.

A partir de 1947 começam a aparecer vários casos de aborto e de “ameaças de aborto” nos livros de registos dos doentes do Hospital da Misericórdia de Avis, tanto entre mulheres casadas como solteiras¹⁰¹. Naturalmente, estas mulheres não se dirigiam ao hospital de Avis para fazerem os abortos, uma vez que era e continua a ser ilegal¹⁰². A grande mudança é que neste final dos anos 40 e sobretudo nos anos 50, elas passaram a ter a coragem de se dirigir a esta instituição quando se encontravam em risco de vida provocado por um aborto previamente realizado em casa e que apresentava grande risco de infecções. Nos campos do Sul de Portugal há muito que as famílias são mais reduzidas que a Norte, onde o regime de pequena propriedade e de agricultura de subsistência transforma os filhos em mão-de-obra complementar no trabalho familiar. No Sul o panorama era diferente: nas palavras de Cunhal, “um filho para a família de trabalhadores representa mais uma boca para comer (...) representa ainda o afastamento temporário da mãe do seu trabalho e, portanto, uma grave diminuição das receitas familiares”¹⁰³, o que criou um “padrão neomalthusiano de fertilidade”¹⁰⁴, ao contrário do que se passava no Norte do País. Esta questão remete-nos à discussão sobre as condições de vida no Norte de Portugal em comparação com as do Sul, face ao número de filhos e à mortalidade infantil muito superiores... Vários autores constataram esta realidade, como por exemplo António Barreto:

dos lactentes nos primeiros 6 meses de vida, senão perdia o subsídio, o que obrigava as mães a levarem os filhos ao pediatra. Ver detalhes na revista *Vida Rural* de 8/9/1973.

¹⁰⁰ Francis Pisani – *Torre Bela. “Todos temos direito a ter uma vida”*, Centelha, Coimbra, 1978, contracapa.

¹⁰¹ Ver Maria Antónia Pires de Almeida – “Percurso de Pobreza...”.

¹⁰² Apenas em 1984 foi aprovada a lei que despenalizou o aborto em casos de risco de vida para a mulher, malformação do feto ou violação, Lei nº 6/84, de 11/5/1984.

¹⁰³ Álvaro Cunhal – *O Aborto. Causas e Soluções*, tese apresentada em 1940 para exame no 5º ano jurídico da Faculdade de Direito de Lisboa, Campo das Letras, Porto, 1997, p. 78.

¹⁰⁴ João Freire e Maria Alexandra Lousada – “O neomalthusianismo na propaganda libertária”, *Análise Social*, Vol. XVIII (72-73-74), 1982, p. 1393. Ver também J. Manuel Nazareth – “Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa (1930-70)”, *Análise Social*, vol. XXIII (52), 1977, pp. 923, 952.

“Doutor António Barreto – Quando se compara o sul com o norte, geralmente diz-se que é a terra ou a região mais pobre de Portugal. Não é. Porque quando você fala do norte, fala do norte todo, a norte do Rio Douro, isto é: o Douro Litoral, que é das regiões mais ricas de Portugal, e Trás-os-Montes-e-Alto-Douro, que é das regiões mais pobres. Quando você compara exclusivamente o nível de vida e os rendimentos da região de Trás-os-Montes com o Alentejo, Trás-os-Montes é mais pobre.

– Não só o nível de vida, como condições várias, como higiene...

Doutor António Barreto – Tudo, condições de vida, de higiene, de aldeias, de vilas, de casas, o clima é pior, acessos, tudo. E, mal cheguei, eu comecei pelo norte, onde estava a minha família, irmãos, tios, primos, pais, etc. E quando cheguei cá abaixo fiquei impressionado, pois no Alentejo vive-se muito melhor que lá em cima... Vive-se melhor, mais confortável. O alentejano é fanático pela limpeza e aquelas casinhas brancas também dão essa impressão. Mas eu achava que se vivia melhor cá em baixo, do que lá. Parecia que se vivia melhor em 74”.

Estas afirmações reportam-se a 1974, época também descrita por Ribeiro Teles e por Nancy Bermeo:

“se há miséria no campo, essa miséria está no Norte. É uma miséria terrível. A maneira como se vive nas aldeias de Trás-os-Montes, a maneira como se vive nas Serranias do Norte (...) é em condições muito piores do que o proletário Alentejano (...) Fala-se só do Alentejo, como se fosse o máximo da miséria em Portugal, no campo rural, quando o não é. A situação das populações do Norte é muito pior, tanto no campo da doença, como no campo do conforto, como no campo de tudo”¹⁰⁵.

“It is interesting to note that differences in property relations did not lead to dramatic differences in social welfare. The small-holding peasantry of the North did not live better than the landless workers of the South. Cultivators throughout the nation lived badly. (...) In terms of health and health care, inhabitants of southern rural districts were better off than their northern counterparts: life expectancy was longer (indeed it was longer than the national average), there were more physicians per capita, and although child mortality was slightly higher than the national average, it was significantly lower than in most northern rural districts...”¹⁰⁶.

Em Avis a geração que casou por volta dos anos 1950 já teve um número de filhos muito mais reduzido que a geração anterior¹⁰⁷. Não quer isto dizer que as mulheres quisessem ficar sem filhos: a maior parte teve pelo menos dois. Não os ter completamente seria contra a ética vigente que legitima e valoriza a mulher a partir do momento em que é mãe¹⁰⁸. Os comentários registados resumem-se à frase: “evitavam-se mais filhos”, mas...

¹⁰⁵ “Ribeiro Teles: ‘O que se está a fazer não é Reforma Agrária’”, in Manuel Beça Múrias (coord.) – *op. cit.*, p. 61.

¹⁰⁶ Nancy Bermeo – *op. cit.*, p. 21.

¹⁰⁷ Esta diminuição já vinha a ser constatada em meio urbano desde os finais do séc. XIX: “La chute du taux de natalité en Europe de l’Ouest et aux États-Unis atteste les efforts des couples, tant bourgeois qu’ouvriers, pour limiter leur progéniture”, Judith Walkowitz – “Sexualités Dangereuses”, in Georges Duby e Michelle Perrot – *op. cit.*, vol. IV, p. 403.

¹⁰⁸ “Reproduction is said to grant them a sort of ontological security as productive, transcendent human beings”, Miguel Vale de Almeida – *op. cit.*, p. 58.

No *Barranco de Cegos*, aparece uma mulher a pedir ao lavrador para não mandar o marido embora:

“– Como já disse, Aldebarã é pró pessoal que trabalha para a nossa casa. Não quero lá gente que não trabalhe pra mim, mas também não posso dar trabalho a toda a gente que lá nasça, se cada um de vocês fizer dez filhos. Percebes agora?

– Eu bem qu’ria desfazer-me deste último menino... Mas ia já tão adiantado que a gente teve medo...

– Pois é... *Como vou resolver uma coisa destas?...* Logo que chegaste aos quatro devias ter parado. A culpa é tua.

– Pois é, senhor... Saiba Vossa Senhoria que está a falar verdade... Mas as coisas acontecem... Coisas destas nem a gente sabe como acontecem...”¹⁰⁹.

A fraca religiosidade também retirava a estas famílias pelo menos parte do constrangimento moral que as impedia de abortar.

“– E vai à missa todos os domingos?

Sofia – Não, à missa não. Gosto de ir, mas não vou, de vez em quando vou, mas pouco.

– E o senhor, vai à missa?

Claudino – Eu geralmente é só pela missa do Natal.

– Vai à Missa do Galo?

Claudino – Vou, às vezes já lá tenho entrado.

– Mas o senhor não é muito religioso, pois não?

Claudino – Não sou, nem deixo de ser. Eu tenho uma fé própria...

– Porque os homens costumam ficar à porta da igreja, não é?

Claudino – Fico, fico, a gente entretém-se ali na fogueira, mas vou lá dentro uns bocados...”

“– Cá em Avis não eram muito religiosos, pois não?

José Luís – Não, escute lá, isso era outra situação de revolta que muitas pessoas tinham, que era: a gente para ser, por exemplo, para trabalhar nesta casa, que chamavam a casa dos Vaz Monteiro, tinha de ser casado pela igreja.

– E muitos não eram?

José Luís – Mas se não eram, tinham de casar, se não, não lhe davam trabalho. Quer dizer: era obrigatório. E então o que é que faziam: por exemplo, quando vinha uma campanha, vinham os padres, vinham as senhoras esclarecer as pessoas o que era a religião e depois casavam todos os que não estivessem casados. E baptizavam os filhos. Aqui neste monte era tudo benzido: benziam os burros, benziam as mulas e benziam as ovelhas, benziam tudo, o padre estava ali para sacar...

– Mas as pessoas em si não tinham...

José Luís – Não, não tinham tendência a ir à igreja. Se eu vou respeito. As pessoas não praticam, mas também não hostilizam. Se houver uma festa, se houver uma procissão, participo.

– Mas não vão à missa?

José Luís – À missa, se calhar vão para aí uns 5%. Mas isto é geral. Mas não hostilizam. A Sra. nunca ouviu, não há memória, a não ser um caso fora do normal, do vandalismo destruir uma igreja no Alentejo”.

¹⁰⁹ Alves Redol – *Barranco de Cegos...*, p. 192.

“Mascote – Fui a Fátima. Fui encantada com a festa, porque aquilo é uma festa.
– Mas acreditava em Fátima?
Mascote – Quer dizer, eu sou como o outro, deve haver alguma coisa que domine a gente.
– Foi baptizada?
Mascote – Baptizada, casada pela igreja, tenho essas coisas todas. A minha mãe ensinou-me 3 coisas, que foi a rezar o Padre Nosso, a Avé Maria e a respeitar o próximo, fosse uma criança, fosse um velho.
– Mas ia à Igreja?
Mascote – Não, à Igreja... entro lá, respeito a igreja.
– Mas não ia ao domingo?
Mascote – Não, nem tinha vida para isso. Tenho cá a minha devoção. A gente, quando se vê aflita, ‘ai valha-me Deus’, que foi o que aprendeu. Não sou contra. Não sou praticante, mas sou católica”.

A imposição das práticas religiosas era algo frequente. Por exemplo, na vizinha freguesia de Cabeção, concelho de Mora, o grande proprietário António Lopes Aleixo mandou construir um bairro social que doou à Santa Casa da Misericórdia. Para concorrerem às 56 moradias, os candidatos tinham de casar pela igreja¹¹⁰. Martínez Alier descreve uma situação semelhante na Andaluzia, onde alguns proprietários mandavam celebrar a missa na herdade e só pagavam a jorna do domingo aos que nela participavam¹¹¹.

“Maria Joana – Casei com 19, aos 20 tive a Maria Rosa, aos 21 tive o *mê* menino, aos 22 tive a *nha* Margarida. Foram para a minha mãe, lá para o monte, e eu comecei a trabalhar. Depois quando elas começaram, a Margarida foi para a *framácia*, a Maria Rosa foi para o colégio. (...) Eu sofri mais foi em casada. Em solteira nunca tive dificuldades.
– E nessa altura fazia o quê?
Maria Joana – Trabalhava no campo. Não estava ainda *feriada*. Eu, graças a Deus, ninguém mo deu chorado, ia como qualquer pessoa trabalhar.
– E depois não quis ter mais filhos?
Maria Joana – Ai, *sotôra*, não, já viu, se fosse assim, daqui a nada estávamos desgraçados.
– E como é que fazia para não ter mais filhos? Naquela altura não havia nada...
Maria Joana – Evitava, pois. Sempre cheia de medo e ai! Nessa altura estava muito fraquinha e quanto mais fraquinha estava mais depressa engravidava.
– Devia haver muita gente que fazia abortos, não?
Maria Joana – Pois, mas a gente tinha medo, a gente tinha medo. Faziam, faziam abortos, mas também era dinheiro e eu também *nã* tinha.
– Quem é que os fazia cá em Avis, era alguma mulher?
Maria Joana – Eu tive notícia foi em Estremoz. As pessoas de Avis iam a Estremoz.
– Então foi uma sorte não ter ficado grávida mais vezes?
Maria Joana – Ai, *senhotôra!*...”

¹¹⁰ A Misericórdia arrendou-as a estes casais, cobrando rendas de 80\$00, 100\$00 e 130\$00. Trinta anos depois as casas foram adquiridas pelos inquilinos por valores simbólicos. *Expresso*, 10/8/2002, caderno *Vidas*, p. 11.

¹¹¹ “algunos propietarios se inmiscuyen en la vida religiosa de sus obreros. (...) En el contexto andaluz, son perfectamente ridículos: los obreros los perciben como casos especialmente molestos de las inútiles actividades de los propietarios”, Martínez Alier – *op. cit.*, p. 207.

Então para quê casar? Segundo Vale de Almeida, para atingirem o estado adulto e algum poder que não tinham em casa dos pais, um poder dirigido para a casa e projectado nas crianças¹¹². Só que na maior parte das vezes estas mães tinham de levar os filhos com elas para o trabalho. Se Maria Joana teve uma mãe que a ajudou (era uma privilegiada, o pai dela era pastor), todas as outras tiveram uma enorme falta de apoio familiar quando os filhos eram pequenos. Júlia, por exemplo, veio de uma família com quatro filhos. A irmã foi viver para casa da avó, mas, como já se leu acima, não foi para que esta tomasse conta dela, pelo contrário: a criança é que foi cuidar da avó que era doente. Então algumas mulheres levavam os filhos para o campo, por vezes com apenas alguns meses de idade, o que suscitou algumas situações inesquecíveis¹¹³:

“– Então às vezes elas iam para o campo e tudo?”

Caetano – Pois, e a gente íamos carregado com o avio e levávamos elas; lá andávamos a ceifar, levávamos as duas. E até lá aconteceu uma coisa. Um dia a mais velha diz-me: ‘É pai, está aqui um bichinho muito bonito!’ Era ali ao nascer do sol, ia lá para o pé da gente. E deixou a irmã deitada lá ao pé dum monte. Vai o António Machadinha a ver o que é que a garota queria. Voltou de lá aflito. Era uma cobra, *aquase* do comprimento desta mesa, enrolada. E ela a achar o bichinho muito bonito. Ela não teve medo, não sabia o que é que ali estava”.

“– Onde é que as suas filhas ficavam?”

Mascote – Andavam comigo dentro da canastra para o trabalho. Mas uma vez deu-se um caso que eu tinha de levar uma roupa aqui, deixei as duas lá em casa. Porta fechada, fósforos escondidos, tudo para elas não mexerem. E então, ele tinha estado a fazer a barba, nessa altura ainda estávamos juntos. Ele tinha uma caixa e deixou a caixa em cima da mesa. Eu tinha ido lavar a roupa e aparece o meu cunhado a gritar que a Maria Joaquina tinha cortado a cara à Agostinha. A minha sogra também nunca foi uma pessoa que dissesse para deixar as miúdas com ela. Eu então fechava-lhes a porta, deixava-lhes o postigo aberto... E a mais velha não fez mais nada, quando lhe perguntei: ‘Tive a fazer a *baba* à mana’! Estava toda cortada. Não fez golpes fundos, mas ainda fez sangue. A minha vida foi assim. Eu não tinha ninguém, era levá-las às costas e toca a andar por esses ranchos. Às vezes o manageiro ajudava-me a levá-las. Sabe o que eu fazia? Levava uma corda, prendia-a na azinheira. Tinha uma saca onde ela se deitava quando se queria deitar, deixava-lhe o cestinho com o pão, uma bilha com água. E era assim que ela estava ali debaixo da azinheira, porque nem a cozinheira tinha ordem de lhe dar uma pinga de água que o manageiro não deixava, nem o patrão! (...) A D. Dalita perguntava-me qual o motivo que me levava a exigir uma casa para uma creche, se eu já tinha as minhas filhas mulheres. E eu disse-lhe: ‘D. Dalita, eu não quero que as minhas

¹¹² “For women, marriage has so far been the way in which the complete status of ‘person’ is achieved. Due to the division between public world as masculine and domestic world as feminine, marriage means for women the possibility of managing a home”, Miguel Vale de Almeida – *op. cit.*, pp. 124-126.

¹¹³ Saramago também descreve esta situação simplesmente horrível: “Andaram às costas de pai e mãe, em cestas à cabeça quando ainda não podiam andar ou as pernas cansavam depressa (...) Tiveram grandes guerras com mosquitos em terras de arroz (...). aqui deitada num caixote à sombra da azinheira enquanto a mãe anda a trabalhar ali por perto, mas não tão perto que distintamente a veja...”, *op. cit.*, p. 185. Também Maria Lamas descreve situações destas: “As crianças filhas das camponesas jornaleras criam-se como calha...”, *op. cit.*, p. 244.

companheiras de trabalho tenham os mesmos problemas que eu tive'. Porque eu dentro de uma seara de trigo, a mondar na *Fonte Ferreira*, perdi a minha filha. E julgava que ma tinham roubado. Eu atravessei a estrada e quando voltei para baixo já não encontrei a miúda. Tinham passado 3 ciganos e uma cigana e eu comecei a gritar que me roubaram a miúda. O manageiro veio e ali andámos 2 horas a bater aqueles montes. O trigo estava alto e ela tinha 3 anos e ficava tapada. Ela levou o cesto e meteu-se numa margem. Quando mudamos de direcção então encontrámos a miúda, já com a boquinha cheia de formigas. Estava a dormir. E eu agarrei-me a ela e já não fui capaz de trabalhar o resto da tarde. E foi isso que eu disse à D. Dalita, por isso que eu luto por uma creche. Depois houve uma escritura feita para ser ali a creche e a senhora ofereceu a renda da casa à creche, enquanto fosse creche”.

Com casos destes, sem dúvida impressionantes, justificam-se as queixas da falta de apoio e de assistência à primeira infância, sobretudo devido ao facto destas trabalhadoras viverem em famílias nucleares longe das respectivas famílias alargadas que poderiam dar-lhes algum apoio ou por irem trabalhar para locais longe de casa. Contudo, a exigência desta mulher em 1974, quando foi pedir uma casa a uma grande proprietária de Avis para aí instalar uma creche, apenas repetiu uma situação anterior que já tinha solucionado parte deste problema.

“Mascote – Esteve cá o padre Valdemar que fez aí uma creche. E eu antes de ir para o hospital fui para essa creche. Sabe quanto eu fui ganhar por mês? 180\$00 por mês.

– E o que é que lá fazia?

Mascote – Trabalhava, fazia as limpezas, reparávamos nas crianças. Porque os miúdos não eram de fraldas, eram dos 3 anos em diante, até à idade de irem para a escola.

– E quem arranjou isso foi a paróquia?

Mascote – E com cortejos de oferendas da vila. E com o que as pessoas queriam dar. Por exemplo, chegava-se ao fim do ano a herdade de Camões dava um pouco de azeite, dava grãos, dava feijões. E era com essas coisas que se alimentavam as crianças. A carne, davam o queijo, davam o pão, a farinha para a gente amassar. E então eu tinha lá a minha mais nova. A outra mais velha já estava à da minha prima Maria Custódia, que tinha uma padaria, a vender os bolos. Ela fazia os bolos e a minha filha andava com um tabuleiro aí na rua a vender os bolos para não andar com fome”.

No dia 11 de Março de 1962 realizou-se de facto o Primeiro Cortejo de Oferendas a favor da creche Casa de S. José (ver anexo 6), que foi inaugurada uma semana depois, por “iniciativa do Padre Valdemar Carrilho e da boa vontade de algumas senhoras”¹¹⁴ e com o objectivo de “recolha e sustento diário de crianças pobres”¹¹⁵. O desfile foi muito concorrido e contou com a participação activa dos vários representantes da sociedade local. O carro que o abria (uma carroça enfeitada puxada por um burrinho) era o do “menino José Fernandes Vieira Lopes”, de 9 anos, que fez o papel de padrinho da creche, seguido por várias outras

¹¹⁴ Palavras de Luísa Leão, “Mascote”, no jornal *O Amigo. Mensageiro Regional Avisense*, ed. Rui Santos, 1/11/1975, p. 1.

¹¹⁵ Jornal *O Avisense (mensageiro regional)*, dir. Padre Valdemar Carrilho, Junho 1966.

carroças enfeitadas com flores e também camionetas de caixa aberta. No entanto, a creche teve vida curta: em Junho de 1966, “por motivos de maior necessidade, rareando a frequência de crianças, se achou por bem transferir a sua acção beneficente para ofertar uma refeição diária a 20 pobres velhinhos”¹¹⁶. Tanto a creche como a Sopa dos Pobres estava integrado numa instituição chamada “Património dos Pobres”, administrada pelo pároco e alguns paroquianos e responsável também pelo “Bairro do Património dos Pobres em Avis” (inaugurado em Avis em 1966), que era sustentada por “generosos benfeitores (...), quer da parte das Autarquias locais quer dos indivíduos e famílias amigas (...) através das cotas, dos subsídios e das ofertas em comestíveis e outros géneros necessários”¹¹⁷. A Sopa dos Pobres, oficializada em Agosto de 1967, veio substituir as funções até então desempenhadas pelo Hospital da Misericórdia, onde se recolhiam os indigentes. O factor “pobreza” associado a estas instituições constituiu uma limitação à sua utilização por parte dos trabalhadores. Várias fontes orais salientaram a questão das mentalidades que impediam as mulheres de colocarem os filhos nas creches: “não havia esse hábito em Portugal”, era muito mais frequente usarem a família como apoio. E havia a “vergonha”: só mesmo os mais miseráveis comiam na sopa dos pobres ou precisavam de entregar os filhos ao cuidado de estranhos. Por isso a frequência da creche foi rareando e acabou por fechar. Mas a sua funcionária mais activa salientou outro motivo para o insucesso do projecto: “As mães, foram as mães das crianças que a mataram”¹¹⁸, por causa do aumento do preço, quando passou a 30\$00 por mês. Em 1966 isto já era um valor compatível com os salários praticados tanto na agricultura como nos serviços. Mas, por uma questão de hábitos sociais, as mulheres não viam vantagem nessa despesa. Além disso, grande parte do problema encontrava-se geralmente nas crianças até aos 3 anos, que não estavam abrangidas por este serviço social. Por isso a questão da creche transformou-se numa das bandeiras do “povo” no período revolucionário. Em Avis várias casas de grandes dimensões estiveram em risco de serem ocupadas para este fim, até que a referida *D. Dalita*, Idalina Magalhães Varela Pina cedeu a casa do seu irmão, Dr. Álvaro Magalhães Varela, nessa altura já falecido, para a instalação da creche que passou a depender, em parte, da Cooperativa Primeiro de Maio e foi apresentada na propaganda como uma das *Conquistas da Revolução* e da Reforma Agrária.

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ *Ibidem*.

¹¹⁸ Luísa Leão, *op. cit.*

Estas são apenas algumas das lembranças recolhidas, algumas quase *a saca-rolhas*, como se entende pela repetição das perguntas e por algumas respostas quase telegráficas, típicas de quem não se sente confortável com os temas, especialmente os que dizem respeito a períodos de carência. Por outro lado, nota-se em alguns indivíduos, precisamente os que foram mais activos no período revolucionário (Mascote, Caetano, José Luís) uma vontade de falar, de contar as suas histórias e assim justificar o seu comportamento e as suas tomadas de posição extremas. Neste grupo, muito pouco homogéneo, mas com origens comuns (eram todos filhos de trabalhadores rurais, mas Mascote teve várias profissões fora do trabalho rural, José Luís foi rendeiro e taxista, há ainda um carpinteiro, João Passita, Traquinas era tractorista, etc.), e não no conjunto dos trabalhadores rurais, a memória assume as características da Memória Colectiva referida no início, na qual “recordar os momentos altos, épicos, de luta” tem como fim descodificar um “passado que fornece linhas de continuidade para o sentido da vida de um grupo local”¹¹⁹. É precisamente a sua acção comum na Reforma Agrária que lhes dá o sentido de grupo que os leva a partilhar recordações que por vezes nem fazem parte da sua experiência pessoal¹²⁰. Nesse sentido são extremamente empoladas as situações de desemprego, as reuniões clandestinas do Partido Comunista (os *encontros nos cabeços*) e os momentos de resistência activa cuja manifestação mais emblemática ocorreu na greve pelas 8 horas de trabalho em 1962¹²¹. Estes episódios fazem parte integrante da memória construída por este grupo, que constitui uma certa elite entre os *pobres* e cujo elo de ligação se encontra na sua militância no Partido Comunista, que lhes forneceu “os quadros mentais com que os grupos equipam os indivíduos”¹²². A diferença é nítida. Por exemplo, na questão do desemprego sazonal, segundo Afonso de Barros “uma das questões que mais intensamente afectava o proletariado agrícola do Sul” e que representava “um dos principais pilares do funcionamento do sistema latifundista, estando intimamente associado à agricultura

¹¹⁹ Paula Godinho – *op. cit.*, p. 8.

¹²⁰ Isto é nítido no caso de Mascote, que se apropriou de lembranças do grupo a que dizia pertencer, assim como José Luís, que admitiu que nunca passou fome ou períodos de desemprego, mas descreveu sempre essas situações como experiências próprias. “Uma recordação de um indivíduo torna-se do domínio colectivo porque é partilhada por todos e quem não a partilha é porque não faz parte do grupo”. A memória é uma “selecção das recordações individuais: não aquilo de que os indivíduos se lembram, mas o que eles afirmam recordar (...) Os indivíduos de um grupo partilham determinada memória porque se identificam com ela, porque ela é abrangente e não exclusiva e, finalmente, porque ela cumpre uma função: atribui um sentido, partilhado por todos, às suas narrativas sobre os acontecimentos”, Inês Fonseca – *op. cit.*, pp. 51, 53. Citando Tonkin, “Memory makes us, we make memory”, *op. cit.*, p. 97. Sentindo precisamente a necessidade que os seus entrevistados tinham de salientar alguns eventos em relação a outros, também Inês Fonseca privilegiou o “diálogo dos indivíduos com o seu meio social” e “as memórias que ‘constroem’ (inventam, transmitem e re-inventam) para / sobre si próprios”, *ibidem*, p. 50.

¹²¹ Segundo António Modesto Navarro, em Benavila as 8 horas de trabalho foram conquistadas em 1956, *op. cit.*, p. 51.

¹²² Um dos conceitos de Halbwachs, sintetizados por Paula Godinho – *op. cit.*, p. 10.

extensiva de sequeiro”¹²³, e que está presente em toda a bibliografia sobre o Alentejo e o Latifúndio, no grupo dos trabalhadores entrevistados nota-se uma diferença entre os que o salientam e os que o desvalorizam, falando do fenómeno apenas quando muito estimulados para isso e acentuando deficiências socialmente reconhecidas como a preguiça, o alcoolismo ou a pura falta de vontade: “eles eram ruins para trabalhar”. Já se viu como um pequeno proprietário encarava os pedidos de emprego como forma de agitação política e como o presidente da câmara reagia à situação. Entre os trabalhadores rurais entrevistados também as posições perante o problema variam consoante se trata de trabalhadores fixos ou eventuais e, nestes últimos, se trabalhavam à jorna ou de empreitada.

“– Nunca tiveram períodos em que estavam desempregados?

Júlia – Não, isso nunca a gente teve.

– E havia pessoas que estavam desempregadas?

Júlia – Havia.

– E porque é que esses estavam desempregados?

Júlia – Porque, não sei, Sr^a Dir^a, não sei. Às vezes *nã se quierem sujétar*, como à gente, o meu pai se *sujétava*. O meu pai passava semanas que nem ia à vila. E a gente, estávamos lá no monte. E outras vezes ia a minha mãe *górdar* os porcos e o *mê* pai vinha à Avis, comprar coisas para a gente comer, não é?

– Então eles preferiam não trabalhar e ficar com dificuldades?

Júlia – Olhe, não sei. O que eu lhe sei dizer é que na minha casa vivemos pobres porque *ganhámos* pouco. Mas logo que vimos que os meus irmãos tiveram idade, um começou a guardar, o meu pai levou-o. Depois *ajuntávamos*. O meu pai ganhava 4 alqueires e os rapazes *ganhavam* 3 alqueires de farinha cada um, eram logo 6 alqueires dos 2, não é? Com 4, do meu pai, *erem* 10. Portanto, fome nunca passámos porque tínhamos aquela coisa junta. Mas há outras pessoas que não tinham, que *nã se sujetaram*, há outras pessoas que *nã* sabem guardar varas, ou gado, ou... E passavam mais mal, porque trabalhavam, acabava-se a azeitona e já não tinham mais nada donde vir, não era? E a gente sempre tinha, mesmo que a minha mãe não tivesse onde trabalhar, logo vinha o pão e o azeite, sempre a gente tinha, e os grãos.

– E quando melhoraram de vida começaram a comer melhor?

Júlia – Pois, o meu pai começou, o tempo começou a mudar e o meu pai começou a meter um porco na vara, comprava o porco e metia-o, o patrão dava-lhe...”

“– Mas ainda chegou a passar períodos de desemprego ou trabalhou sempre?

Lagarto – No *mê* tempo, agora é que há desemprego, no nosso tempo *nã* havia desemprego (estava a referir-se ao subsídio de desemprego). Quem tinha trabalho ganhava e quem *nã* tinha andava encostado à esquina.

– Então e esses que andavam às esquinas, era porquê?

Lagarto – Era porque não havia, noutro tempo o trabalho também era custoso de apanhar.

– Mas o senhor nunca teve esse problema?

Lagarto – *Ê inda* andei, *inda* passei por lá uns dias bons. *Nã* era assim muito tempo, mas calhava por vezes acabava-se o trabalho onde *ê* andava, os patrões *despediem* sempre os mais novos.

¹²³ Afonso de Barros – *A Reforma Agrária...*, p. 61.

– Chegou a passar dificuldades nesses períodos?

Lagarto – Ho! Passei, algumas.

– E como é que faziam para comprar comida?

Lagarto – Íamos à mercearia até que o merceeiro se fiasse na gente. E *ópois* quando calhássemos a ir trabalhar, pagamos.

– E quando havia alguém doente, havia alguém a quem pedissem ajuda?

Lagarto – A gente lá íamos gemendo conforme podíamos.

– Não tinham parentes que ajudassem?

Lagarto – Ho! Era tudo miséria, era tudo pobre”.

“– E nessa altura estavam com trabalho, ou havia algum problema de desemprego?

Claudino – Havia muitas crises de trabalho, mas eu não, porque o meu pai era um homem que sabia trabalhar e toda a gente parece que gostava do trabalho dele, os patrões. E o meu pai começou-me a puxar para o pé dele. E aprendi a fazer os trabalhos com ele, no mesmo ritmo. Mas eu não gostava muito de andar pelo campo. Tinha a impressão que ganhava e ganhava mais dinheiro sem andar com ele. Trabalhava para eles à mesma, mas era quase sempre de empreitada. Eu fazia tosquias de ovelhas, fazia 2, 3 meses a tosquiar ovelhas, de empreitada.

– E ganhava-se mais assim?

Claudino – Ganhava-se muito mais de empreitada. Depois ia para os arranques de pedra, eu cheguei a andar aos 5 meses ali na Chança, ali a arrancar pedras às estradas, que era tanto à tonelada de pedra, que dava mais dinheiro. Depois vinha à azeitona, também era de empreitada. Eu praticamente andava quase sempre de empreitada, ninguém me mandava, não tinha horários certos de despegar, e trabalhava mais”.

“José Luís – Só que a gente *opois* na altura cada um tinha de se tentar defender. Havia a azeitona no Inverno. Porque chovia... a gente se andasse a fazer um trabalho e chegávamos lá ao campo, começava a chover, vínhamos embora e não ganhávamos nada”.

“Traquinas – Sim, era jornaleiro. Chegava-se ao sábado era despedido....

– Mas o sr. chegou a passar por períodos grandes sem trabalho?

Traquinas – Sim, passei, cheguei a passar 2 e 3 semanas sem trabalho.

– Nessa altura já tinha filhos?

Traquinas – Sim. Já tinha filhos.

– E como é que fazia nessas ocasiões?

Traquinas – Então, quando trabalhava tinha que ver se sobrava alguma coisa para quando não trabalhava. Havia de se comer melhor, comia-se mais mal.

– Mas os seus filhos chegaram a passar necessidades?

Traquinas – Não, os meus filhos não. Felizmente. Não era fartura como é agora...”.

“Alzira Bonito – Eu já apanhei aqui (na Fundação Abreu Callado), na altura em que vim para o escritório, havia campanhas em que metiam mais gente, mas não era muito. Eles tinham mesmo muito pessoal, não havia desemprego, nessa altura não havia desemprego em Benavila, pelo menos eu...

– Porque a Fundação assegurava?

Alzira Bonito – Sim”.

“Cassilda – O meu marido também era trabalhador rural, mas ele agradava toda a gente. Desempenhava o seu trabalho e toda a gente gostava muito dele.

– E nessa altura tinham trabalho o ano inteiro, ou também tinham períodos de desemprego?
Cassilda – Não, já havia faltas, já havia faltas, de vez em quando havia. O que é é que, como em todas as coisas, há umas pessoas que andam mais apontadas para o bem, e outras para o mal. Aquela pessoa que era mais trabalhadeira, desempenhava melhor o seu papel, tanto nuns trabalhos como noutros, há sempre, não é verdade? E então essa pessoa... A que desempenhava mal, quando havia falta de trabalho é que andava sempre fora. E a que fazia melhor e que fazia por tudo, quando havia trabalho era sempre a mais *perguntada* (procurada). Então, quando a gente estivéssemos parados, estava toda a gente.

– Quem andava à jorna tinha períodos muito longos de desemprego?

Cassilda – Eram, eram muito ruins, sim senhora.

– E aí não havia onde ir buscar o dinheiro?

Cassilda – Pois não havia. Certas alturas ia à loja: ‘Sr. Fulano, dê-me cá, por favor’. Depois quando tinham trabalhinho lá iam ganhar e meter um bocadinho esta semana para ir pagando aquilo que já tinham comido”.

A situação piorava claramente quando o trabalhador perdia o vigor da juventude e as capacidades de trabalho. Na falta de uma reforma institucional, o *velho* passava à situação de *indigente* ou *mendigo*, isto se não morria antes (o que acontecia na maior parte dos casos) ou não tinha família que o acolhesse¹²⁴. Mas não eram apenas estes que se encontravam a pedir:

“Charuto – Havia muita gente a pedir! As pessoas andavam mal e começavam a *andar à pida*. A pedirem um bocadinho de pão aqui e além. O Tio Zé Varela era assim: havia ali vários homens que tinham uns dias para ir lá ao monte. Chegavam lá comiam uma açorda. Davam-lhes um pão, azeite, água quente e um queijo para a pessoa comer. E azeitonas. No outro dia essa pessoa que dormia lá nessa noite, arrancava, ia-se embora, levava um pão, um queijo.

– E teve períodos de desemprego?

Charuto – Não. Tive sempre trabalho.

– Mas havia para aí desemprego?

Charuto – Havia muito desemprego. Havia aí homens que passavam o ano além à esquina do Zé Braga. E as pessoas que passavam ali o ano inteiro sentados ali naqueles degrauzinhos, porque eles eram ruins para trabalhar. E como eram ruins, pouca gente lhes dava trabalho.

– Eram ruins para trabalhar porquê? Eram preguiçosos?

Charuto – Pois (risos)!

– Mas quem queria trabalhar arranjava...?

Charuto – Quem queria trabalhar tinha sempre trabalho. Sempre trabalho, sempre. Eu fui para Lisboa trabalhar, muitos sítios, muitos.

– Quando?

Charuto – Aqui há uns anos. Aqui há uns 30 e poucos anos (finais dos anos 60).

– Mas porque é que foi?

Charuto – Para ganhar algum dinheiro”.

¹²⁴ No Hospital da Misericórdia de Avis os registos de indigentes e mendigos eram maioritariamente de pessoas de idade; por exemplo em 1946 há um “pastor indigente” com 80 anos... Esta situação também é descrita por Maria Lamas – *op. cit.*, pp. 246-247.

A proverbial indolência do alentejano¹²⁵ faz parte do folclore nacional e foi até analisada pelo seu factor genético nos anos 40: “O Alentejano move-se devagar: e como havia êle de ser ligeiro, se o corpanzil, os *çafões* (...) a pachorra ingénita, que herdaria dos Árabes, o impedem de se mexer?”¹²⁶. Porém, dentro do grupo fica clara a intenção de valorizar o prestígio dos “bons trabalhadores”, os que “se defendiam”, em oposição aos que não queriam trabalhar ou trabalhavam mal, e que constituíam a excepção.

“Charuto – Ele nunca quis foi trabalhar em toda a vida dele. Tem um cunhado. Esse é que lhe criou os filhos. Ele foi sempre um *manganão*, do mais *manganão* que existe. Nunca gostou de trabalhar. Como não gostava, pouca gente lhe dava trabalho e ele nunca tinha nada para dar aos filhos...”¹²⁷.

No entanto, os que “*nã se quierem sujétar*” revoltavam-se frequentemente contra os *lacaio*s e os *lambe-botas* que se destacavam nos trabalhos e que os irritavam profundamente, como já se viu no caso do *Barbaças d’O Trigo e o Joio* e pode ver-se nas seguintes citações:

“Depois da ceifa, necessitava continuar no trabalho da debilidade. Para isso tinha que dar nas vistas – ir na frente de todos, mostrar que ganhava o dia bem ganho...”¹²⁸.

“Os ranchos demoravam-se no pátio, a modos que a prolongar os dias em que toda a família tivera trabalho e comida assegurados. (...) O lavrador insinuava perguntas sobre o que tencionavam fazer depois das ceifas. Guardara os melhores debaixo de olho e queria aproveitar alguns deles como concertados”¹²⁹.

Os comentários sobre preguiçosos também se aplicavam aos que faziam greve: “um homem de barba na cara, um homem de respeito metido nestas rapaziadas...”¹³⁰. Os “bons trabalhadores”, com família para sustentar, não podiam arriscar-se a ficar sem a jorna ou até o posto de trabalho. Os justos, então, arriscavam a casa...

¹²⁵ Miguel Vale de Almeida – *op. cit.*, p. 70.

¹²⁶ Joaquim A. Pires de Lima – *Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1940, p. 151. Mas a preguiça do trabalhador rural não é exclusiva dos alentejanos. Na Rússia, a personagem da criada de Levine, no romance *Ana Karenina*, ao comentar a distribuição das terras, remata com a frase: “Faça o que fizer, o preguiçoso continuará a ser preguiçoso. Se tiver consciência trabalhará, se não tiver consciência é tudo inútil”, Leão Tolstói – *op. cit.*, p. 322.

¹²⁷ Martínez Alier também apurou as classificações de preguiçosos e gandulos, muito frequentes na Andaluzia, *op. cit.*, pp. 166-167. O mesmo se pode aplicar ao presente na questão do subsídio de desemprego: “Surveys have shown that the majority of Britons regard the poor as responsible for their own poverty and are suspicious of those who live ‘for free’ on ‘Government handouts’. Many believe that people on welfare could find work if they were determined to do so”, Antony Giddens – *op. cit.*, p. 236.

¹²⁸ Manuel da Fonseca – *Cerromaior...*, p. 150.

¹²⁹ Fernando Namora – *O Trigo e o Joio...*, p. 145. Esta situação também é descrita por José Cutileiro: “Um homem assisado tinha de salvaguardar o seu prestígio de bom trabalhador a fim de garantir melhores possibilidades de emprego. Alguns deles acalentavam a esperança de se tornarem *concertados* nas grandes herdades. (...) Tinha possibilidades de melhorar a sua posição quer dentro da hierarquia da ‘casa’ – ascendendo a guarda de herdade e, mais tarde, a feitor –, quer economizando o suficiente para comprar uma parrelha e tornar-se seareiro. Em ambos os casos, poderia acabar por comprar terras. Ser *concertado* era, por conseguinte, a primeira ambição na vida de um trabalhador agrícola”, *op. cit.*, pp. 82-83.

¹³⁰ José Saramago – *op. cit.*, p. 160.

“Traquinas – Nos dias da greve houve pessoas que iam trabalhar, houve pessoas que trabalhavam para os patrões. Havia outros que eram mais resistentes e que não iam (...) Alguns chamaram a Guarda, embora não me calhasse a mim, lá nesse sítio, mas houve muita gente... Depois havia pessoas que... Por exemplo o *Paínho* tinha pessoas que andavam ali com parelhas, e moravam lá...

– Esses não puderam fazer?

Traquinas – Se fizessem greve... Punham-lhes os tarecozinhos à porta e depois iam para onde? Alguns tinham 2 ou 3 filhos, ficavam ali...”

O discurso sobre estes momentos de resistência diverge claramente consoante a filiação ou não no Partido Comunista, cuja disciplina, segundo Ana Barradas, se cumpria “por convicção”¹³¹. Caetano e José Luís, membros activos e entusiastas dos *encontros nos cabeços* e da distribuição do *Avante* (já vimos que o primeiro distribuía *papéis* mesmo antes de ter aprendido a ler), fizeram questão de descrever a greve de 1962 como um acontecimento heróico¹³², com todo o concelho parado, apesar de nenhum deles ter participado, pois ambos estavam presos. Mascote também trabalhava numa “casa de pasto”, mas teve o seu irmão envolvido na greve e relatou os acontecimentos como se ela própria tivesse sido um membro activo do movimento...

“Mascote – Foi em 60 e pouco, pois. E então o meu irmão, foi na altura da *assefa*. Queríamos as 8 horas. E *alcançámo-sas*. Demos 3 dias nas gamberras...

– Foram só 3 dias e depois os patrões deram logo, ou chegou a haver problemas?

Mascote – Então não houve problemas? A GNR ali de Ponte de Sor e esta aqui. Tudo aí em estado de sítio. O meu irmão não foi preso nessa altura porque havia cá uma casa de pasto e então os guardas todos comiam lá nessa casa. E eu trabalhava nessa casa. E então um dia foram almoçar as praças de cá e as praças da Ponte de Sor. Então um dizia: a gente temos de abaratar o *Preto* e o *Penteadinho*. Já tinham prendido o Bento, o Caetano Espanhol... A senhora que tinha a casa de pasto ouviu isso e mandou um rapaz avisá-los. ‘Vai lá dizer ao Afonso que ponha uma manta às costas e que se suma de Avis para fora’. E ele isso fez. Meteu-se pelos castanheiros abaixo, depois subiu ribeira acima e apanhou uma camionete e foi trabalhar lá para umas pedreiras. E assim safou-se. O outro foi para Lisboa e lá ficou, criou lá os filhos e lá morreu. E foi assim que eles se safaram da PIDE.

– Mas o que é que eles tinham feito?

Mascote – Não tinham feito nada. Eles o que estavam a protestar era pelas 8 horas. (...) A iniciativa foi da malta, porque a malta andava muito saturada dos horários. (...) A guarda pôs-se em estado de sítio. A gente esteve 3 dias ali no posto. Depois mandaram a gente embora. Fomos todos, era a malta, a organização, familiares. A gente estava a lutar por uma coisa que era nossa. Voltávamos à herdade, mas ficávamos parados. Estávamos lá a fazer frente ao patrão”.

¹³¹ Ana Barradas – “Clandestinidad”, in Fernando Rosas e Brandão de Brito (dir.) – *op. cit.*, vol. I, p. 155.

¹³² “a grande jornada da conquista das 8 horas”, palavras de João Passita, entrevista em *Avis*, 21/11/1998. Pacheco Pereira integrou esta greve no ciclo anual das lutas dos trabalhadores rurais: “no Verão, luta pelo salário e horário, no Inverno, luta pelo emprego...”, *op. cit.*, p. 185.

No entanto, outros trabalhadores entrevistados referiram o episódio como algo pacífico, que até incentivou a vontade de trabalhar. A maior parte dos entrevistados desvalorizou por completo o acontecimento, mostrando invariavelmente uma enorme dificuldade em situá-lo cronologicamente. Na necessidade de realizar a ceifa com urgência, os patrões, a começar pelos rendeiros e pequenos proprietários, que tinham menos possibilidades para arriscarem a perda da colheita, cederam imediatamente às reivindicações do novo horário, obtendo com isso um rendimento muito maior por parte dos trabalhadores¹³³. Vários proprietários fizeram questão em afirmar que tinham sido os primeiros a dar as “8 horas”, afirmando assim as suas boas relações com os seus empregados.

“Inácio Ramalho – Foi o ano que fiz a ceifa mais barata, foi nesse ano das 8 horas. Ninguém queria dar as 8 horas, eu dei logo, e depois o rancho... O *Chafariz* parou, e eu meti-os todos. Olhe: andavam todos a trabalhar com vontade, trabalhavam que era um disparate! Nem iam urinar. Tanto faziam o comer lá no trabalho, como traziam o comer feito. Aquilo era comer e trabalhar. Foi o ano que fiz a *acêfa* com metade do dinheiro com que fiz as outras *acêfas*”¹³⁴.

“Manuel Varela – Mas não houve greve, foram as pessoas a pedirem as 8 horas. E deram-lhas, mas não houve assim muita coisa. Eu já tinha herdades de renda, nessa altura, era casado... E um dia cheguei lá, de manhã, era no tempo da ceifa, e os homens pediram-me as 8 horas. ‘Se vocês trabalham tanto nas 8 horas como de sol a sol, então está bem’. Eu fui talvez a primeira pessoa que lhas dei.

– Quer dizer que foi tudo pacífico?

Manuel Varela – Foi tudo para o bem de todos, não houve discussões, nem houve nada de conversa. Não houve greve como me está a dizer. Não senhora. Depois começaram todos a dar. Sem haver greves. Que eu desse notícia não houve greves”.

“Dr. José de Carvalho – A 1ª pessoa a dar as 8 horas no concelho de Avis foi o meu pai. No dia em que eles disseram: ‘É patrão, queremos as 8 horas’. ‘Sim senhor, é já amanhã’. Acabou, não houve discussão, nem greve, nem nada.

– Como é que isso aqui surgiu?

Dr. José de Carvalho – Normalmente era o manageiro que dizia: ‘Olhe, patrão, eles já falam que por aí que querem 8 horas...’ Olhe, é uma sorte para mim, não tenho de lhes dar de comer. Porque as 8 horas tinham a reivindicação do encurtamento do tempo de trabalho e tinha a reivindicação de não quererem comer cá. Porque era uma vitória trazerem a lancheira. O cozinheiro ficou cá à mesma, passou a cozinhar para a família e para o patrão e a amassar o pão para a gente, e libertamo-nos de ter 40 indivíduos aqui a comer todos os dias”.

¹³³ Martínez Alier descreve este processo na Andaluzia, afirmando que as 8 horas foram introduzidas em 1920, mas manteve-se até aos anos 60 o horário de sol a sol nas ceifas e nos trabalhos que exigem maior pressa. Também nesta região, os trabalhadores passaram a trabalhar mais com as 8 horas, porque tinham menos paragens. A diferença é “que así se distribuyeron de otro modo las horas de trabajo. Se empezó a trabajar más tarde, se descansó menos durante el trabajo, y se acabó antes: no hay duda de que esto es lo que los obreros prefieren, ya que así pueden ir a dormir al pueblo” – *op. cit.*, p. 184.

¹³⁴ Entrevista a Arnaldo Gomes Barradas Montesinho, de alcunha *Lagarto*, e a Inácio Ramalho, antigo rendeiro e agora proprietário do *Monte do Pereiro*, Avis, 10/6/1998.

E mesmo os que foram “ao posto da guarda” da Ponte de Sor (concelho vizinho) e ficaram marcados, não sofreram consequências de maior, encontrando logo trabalho noutras herdades.

“– E quando foi essa história das greves, o sr. estava a trabalhar onde?

Luís – Primeiro apanhei na estrada da barragem, lá para o Maranhão. Aí foi a primeira.

– O sr. chegou a ir trabalhar?

Luís – Não, não fui nesse dia.

– Mas não foi porquê? Porque lhe tinham avisado que ia haver greve?

Luís – Havia greve, eu estava no monte, eles vinham nas camionetes para me prender. Quando viram o pessoal parado foi lá com a guarda parado, mandou-os carregar todos para cima das camionetes outra vez para os levar para o posto de Avis. Levaram umas porradas ainda. E foi também no posto que levei as 8 horas. Depois no outro ano a seguir, em Maio foi as 8 horas, também. Tivemos de fugir que a guarda queria bater na gente.

– Mas o sr. nesse dia foi trabalhar?

Luís – Nesse dia fui.

– E chegou lá e ficou parado?

Luís – Cheguei lá e disse que não trabalhava e depois o patrão abalou logo para o posto da Ponte de Sor.

– Mas o sr. também foi parar ao posto? E depois, o que é que lhe fizeram?

Luís – Tomaram o nome, só.

– Ninguém lhe bateu?

Luís – Não. E mandaram a gente embora lá dessa herdade.

– Já não trabalhou mais nessa herdade?

Luís – Nunca mais, tinha o nome escrito, nunca mais a gente trabalhou nessa herdade.

– E depois ficou no desemprego?

Luís – Não havia desemprego nessa altura, fomos para outro lado.

– Mas arranjou logo trabalho?

Luís – Já havia assim algum trabalhozinho”.

É claro que a literatura oficial do PCP apresenta uma versão completamente oposta, salientando estas “heróicas jornadas de luta” como a afirmação da união dos trabalhadores e a força da organização do partido no Alentejo:

“As lutas do 1º de Maio de 1962, com a repetição das manifestações em Lisboa no dia 8 de Maio e a onda de greves camponesas no sul, constituíram uma das maiores se não a maior jornada de luta antifascista desde o advento da ditadura e a maior vitória de sempre do Partido Comunista na mobilização das massas populares para uma jornada política. (...) O povo reagiu heroicamente às cargas brutais da polícia e às rajadas de metralhadora (...) Cargas à coronhada, rajadas de metralhadora, selváticos espancamentos. Alguns mortos e centenas de feridos marcaram com sangue estas heróicas jornadas (...) Estas admiráveis jornadas são ricas de ensinamentos. Nelas se mostrou a enorme influência do Partido que, apenas secundado por organizações juvenis e algumas Juntas Patrióticas, as preparou, organizou e dirigiu”¹³⁵.

¹³⁵ Álvaro Cunhal – *Rumo à Vitória...*, pp. 212-213.

“O proletariado rural das zonas de grande propriedade tem mostrado em milhares de lutas o grande espírito revolucionário. Pelo predomínio do proletariado rural, os campos do Sul são hoje um dos grandes baluartes da luta nacional contra a ditadura fascista”¹³⁶.

“Benavila – 30 trabalhadores estiveram 3 semanas em greve, mas conquistaram as 8 horas. Foram falar com os ranchos de fora: ou exigiam as 8 horas ou não podiam ali trabalhar. Vários ranchos foram-se embora. Houve 3 prisões em Benavila. Em toda esta zona os carreiros trabalham as 8 horas. (...) Na região de Avis os agrários dizem: ‘Deixem lá eles ceifarem o trigo, debulharem-no e meterem-no em casa, depois só precisamos dos ganadeiros para nos guardar o gado’. Os agrários já estão a fazer os seus planos. Desemprego, baixa de jornas e passarem para o horário de sol a sol”¹³⁷. António Gervásio também salienta “O papel do Partido – Ao analisarmos o que foi o papel da Direcção do nosso Partido nas jornadas de Maio, chegamos a duas conclusões principais. Em primeiro lugar, é indubitável que foi o nosso Partido e as suas organizações locais que organizaram, mobilizaram e impulsionaram as massas para a luta. Foi o nosso Partido que organizou, em várias localidades, reuniões de trabalhadores, que ajudou a formar Comissões de Unidade, que deu orientação para a comemoração do 1º e 8 de Maio; foi o nosso Partido que orientou os trabalhadores na luta pelas 8 horas e por melhores salários. Foram ainda os materiais do Partido, espalhados por dezenas de localidades e lidos por milhares de pessoas, que ajudaram a organizar as grandes acções de Maio. As massas seguiram a nossa orientação e o Partido saiu mais prestigiado”¹³⁸. E acrescenta: “A resistência antifascista não foi espontânea. Foi uma resistência organizada e dirigida, desenvolvimento crescente, cuja força motriz, a sua alma e vida foi o P.C.P., a sua organização”¹³⁹. E ainda: “o operário alentejano (homem e mulher) é uma pessoa avançada, com um forte espírito de esquerda, numa elevada consciência de classe, um operário com espírito reivindicativo, de unidade e de organização. (...) não tem uma mentalidade de camponês. Ele é um assalariado a 100% (...) Ele nunca teve terra sua. Nem deseja tê-la, para ser um proprietário...”¹⁴⁰.

Avis, Alcórrego e Benavila são sempre apresentadas como os maiores bastiões do PCP no Alentejo, onde o movimento do dia 1º de Maio de 1962 foi uma “vitória extraordinária, a maior conquista do proletariado agrícola do sul arrancada ao fascismo”, devida a uma “forte organização” e “elevada consciência de classe”¹⁴¹. Estas descrições foram introduzidas na tradição oral local¹⁴² e muito aproveitadas no período revolucionário para “recuperar” uma união que nunca tinha existido, pelo menos com a dimensão apregoada¹⁴³. Não se pode negar que o Partido Comunista actuou no concelho de Avis

¹³⁶ *Idem* – *A Questão Agrária...*, p. 387.

¹³⁷ António Joaquim Gervásio – *Lutas de Massas em Abril e Maio de 1962 no Sul do País*, Editorial Avante, Cadernos de História do PCP, Lisboa, 1996, pp. 50-51.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 67.

¹³⁹ *Idem* – “O PCP e a Resistência...”, p. 326.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 336.

¹⁴¹ *Ibidem*, pp. 329, 342.

¹⁴² Nancy Bermeo fala sobre a “local tradition of resistance” como uma das pré-condições para a radicalização, *op. cit.*, p. 34.

¹⁴³ Em pleno PREC Oliveira Baptista refere a luta contínua cujos pontos altos foram em 1946, 1948-9, 1953, 1956 e 1958, e que teve um papel fundamental: “Os trabalhadores que foram assim cimentando a sua unidade, forjaram uma identificação colectiva, aprenderam que ‘Um homem só não vale nada!’”, citando Manuel da Fonseca na *Seara de Vento, in Portugal 1975...*, p. 12. Também Afonso de Barros estabeleceu uma relação directa entre a tradição oral da luta do proletariado

durante o Estado Novo, enraizando-se numa tradição de luta e de união que já vinha da Primeira República¹⁴⁴. Os trabalhadores de Avis chegaram a assumir uma posição de liderança no movimento sindicalista que se expandiu pelo Alentejo entre 1911 e 1913. António Ventura assinalou a presença de Vital José, delegado sindical de Avis, no 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que se realizou em Évora em 25 e 26 de Agosto de 1912, no qual este indivíduo foi nomeado Secretário-Geral da Comissão Administrativa do Conselho Federal da Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais, fundada neste congresso¹⁴⁵. Nesses tempos conturbados, Avis foi palco de alguns “levantamentos de anarquistas”: segundo o testemunhos da filha de um lavrador (rendeiro), 1916 foi um ano difícil, com um Inverno muito chuvoso, o que implicou vários meses sem trabalho; havia crise por causa da guerra e alguns jornaleiros sem trabalho atacaram o posto da GNR, que lhes respondeu com tiros. Nesse ano alguns lavradores organizaram-se para “fazer uma cozinha” e distribuir sopa pelos desempregados, mas só durou uma semana¹⁴⁶. A revolta dos trabalhadores esteve directamente ligada com a falta de trabalho e desencadeou-se num período de carência. Mais tarde, o movimento grevista de 1918, durante o qual chegou a haver ocupações de terras¹⁴⁷, não teve qualquer expressão no concelho de Avis.

Legalmente constituídas, encontrei as seguintes associações de trabalhadores no concelho de Avis¹⁴⁸:

- Associação de classe dos trabalhadores rurais de Avis, 1912-1938.
- Associação de classe dos trabalhadores rurais de Benavila, 1919-1939.

agrícola alentejano e os primeiros avanços para a organização sindical em 1974: “Durante quase 50 anos, o proletariado agrícola do Alentejo, impossibilitado de se organizar legalmente em termos sindicais, vê-se remetido para níveis de luta clandestina e é objecto de duras medidas repressivas. Não obstante, a tradição sindical não se perde por completo. A ampla experiência adquirida no citado período transmite-se por via oral de uma geração para outra e permanece viva na memória dos trabalhadores”, *op. cit.*, p. 53.

¹⁴⁴ Sobre as greves deste período ver Fernando Emygdio da Silva – *As Greves*, Dissertação de concurso ao professorado da secção de Ciências Económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra, 1913 (o primeiro autor a usar o termo greve em português, a partir do francês, com origem na Place des Grèves, a da Mairie de Paris, onde os trabalhadores se reuniam, tipo praça de jorna, e que tinha pedras roliças na praia fluvial), comentado em Villaverde Cabral – *op. cit.*, pp. 423-436; José Barreto – “Jorge Coutinho e ‘O despertar dos trabalhadores rurais (1911)”, *Análise Social*, vol. XX (83), 1984, pp. 523-540; Pacheco Pereira – *A Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais (1912 – 1926)*, Síntese da Comunicação, Fondation Calouste Gulbenkian, Paris, 1985, pp. 277-281; *idem* – *Conflitos Sociais nos Campos...*

¹⁴⁵ António Ventura – *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo (1910-1914)*, Seara Nova, Lisboa, 1976, p. 170.

¹⁴⁶ Entrevista à Srª D. Alice Lopes de Azevedo, Lisboa, 1997.

¹⁴⁷ Francisco Canais Rocha e Maria Rosalina Labaredas – *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo. Ocupações de Terras no Vale de Santiago*, Ed. Um de Outubro, Lisboa, 1982, p. 83. Eugénio Castro Caldas também refere que entre 1910 e 1925 houve 70 greves de trabalhadores agrícolas, e que a primeira ocupação de propriedades no Alentejo foi de facto no Vale de Santiago, mas durou apenas algumas horas, *A Agricultura Portuguesa no limiar...*, p. 62.

¹⁴⁸ Fontes: Arquivo da Câmara Municipal de Avis e Arquivo do Ministério do Trabalho, depositado no Ministério do Emprego e da Segurança Social, incluindo os respectivos alvarás, estatutos e núcleo central e os primeiros órgãos de direcção.

- Sindicato único dos operários de construção civil e artes correlativas de Avis, criado em 1920 e com ofício de extinção em 1938.
- Associação de Trabalhadores Rurais, Ervedal, 1921-1924.
- Associação de classe dos operários rurais de Avis e arredores, criado em 1922 e extinto em 1939.

As datas de extinção apresentadas nesta lista deixam bem claro o papel do Estado Novo na aniquilação do associativismo dos trabalhadores, tema já bastante desenvolvido por diversos autores, como por exemplo Fátima Patriarca e Fernando Rosas. A efectiva repressão impediu que no período de maior crise, os anos 30 e 40 e a conjuntura da Segunda Guerra Mundial, os trabalhadores tivessem condições para qualquer tipo de revolta activa. Nas campanhas políticas de Norton de Matos em 1949 e de Humberto Delgado em 1958, porém, verificaram-se algumas reacções locais, se bem que a consciência da dificuldade de acção estivesse bem presente:

“José Luís – Escute lá: se o 25 de Abril se dá aí na altura que foi a candidatura do Humberto Delgado e essa gente toda, isto se calhar teríamos muito sangue corrido por essas terras, porque nessa altura havia muita fome.

– Porque é que não houve uma revolta nessa altura?

Dr. Eurico Pais – porque o ditador era forte

José Luís – E a polícia não permitia”.

Sobretudo a revolução cubana foi acolhida com entusiasmo: as notícias ouvidas por alguns na Rádio Moscovo passaram de boca em boca e houve comemorações efusivas. Fidel de Castro e Che Guevara entraram no imaginário local. Mas isto, repito, apenas entre uma certa elite dos trabalhadores locais, os que frequentavam a vila e as tabernas, os poucos que tinham acesso aos aparelhos de rádio ou sabiam ler os tais *papéis* pardos, o *Avante* e outros, que circulavam clandestinamente e eram metidos por baixo das portas. Estes eram os “verdadeiros comunistas”¹⁴⁹ e detinham o respeito dos outros trabalhadores pela sabedoria que demonstravam e pelo *curriculum* adquirido na passagem pela prisão.

“Charuto – Eu era pequeno e bem pequeno, isto dos comunistas, isto não é moderno, isto é antigo. Eu lembro-me de um homem cá de Avis que era o *Mandavir* e picava pedra para fazer calçadas. Ele vinha para a sombra de uma árvore qualquer, ali há muito sobreiro, a ler o jornal do *Avante*. Já naquele tempo! Ele fazia aquilo às escondidas! Esse é que era comunista. Agora esta gente que há agora aí não é comunista”.

“– E circulavam panfletos e o jornal *Avante*?

Dr. Joaquim Miranda da Silva – Havia na altura um único partido organizado, muito identificado com este tipo de questões, com uma implantação real no Alentejo. Com uma certa organização aqui. Muitos dos seus quadros mais destacados na altura, dirigentes, tinham origem exactamente no proletariado agrícola. Aqui tinha a transmissão boca a boca, porque

¹⁴⁹ Em oposição aos actuais, “esses malandros”, “ladrões”, etc.

muitos dos que mais se identificavam com o Partido Comunista Português, muitos deles nem sabiam ler nem escrever. E daí que as coisas fossem passando em cadeia. E quantas vezes através de uma certa leitura colectiva”¹⁵⁰.

“Claudino – As emissões clandestinas da Rádio Moscovo ouviam-se aqui.

– O senhor ouvia?

Claudino – Eu nunca ouvi. Eu só tive um rádio já depois de casar, mas ouvia os homens no trabalho a dizer que ouviam o Rádio Moscovo. E esses já falavam que isto havia de levar uma volta. Havia uns panfletos que eles arranjavam, clandestinos, não sei se era o *Avante*, muito mal escritos, uma imprensa muito borrada, às vezes apareciam uns papéis desses de noite. E os trabalhadores, é claro, viam esses papéis: ‘Olha, aquilo é o *Avante*’. Metiam no bolso e nem os podiam ler, como era de noite. Uma vez apanhei uns e mostrei àquele homem, que era o nosso capataz e ele esteve a ler o papel e disse assim: ‘Ó Tonho, fica-te com esta: um velho, um rico velho tem gozado, mas um rico novo já vai ter mais preocupações com o Alentejo. Estes panfletos e essas emissões clandestinas vão dar uma volta a isto’. E foi assim que eu também comecei a acreditar que isto ia dar uma volta. Mais ou menos já estava a esperar”.

“Dr. Eurico Pais – Toda a gente sabia que havia encontros. E não era só nos cabeços. Havia reuniões e havia locais que toda a gente sabia. O principal comunista em Avis era um homenzinho de nada que fazia barulho, que era o *Mandavir*. Era rural e analfabeto. E havia o Luís da Mota Casqueiro. Era funcionário da Câmara, tomava conta das centrais eléctricas da vila. Era um homem excepcional. Mas tinha pancada. As reuniões que havia na central eléctrica eram frequentemente reuniões políticas. Ele era um indivíduo complicado. Foi um autodidacta. Foi um indivíduo que começou por aprender a marceneiro. Depois foi ferreiro, depois mecânico. Depois, sozinho, começou a mexer em electricidade. E a fazer coisas. Mecânico de automóveis, mecânico espingardas, de tudo. E tudo com uma habilidade excepcional. Aprendeu inglês e francês, sozinho, com discos...”.

“Andam homens pelo latifúndio, encontram-se aos três e aos quatro em sítios escondidos, nos ermos, às vezes em casas abandonadas, vigiando, outras vezes na abrigada de um vale, dois aqui, dois, além, e mantêm grandes conversações. Fala sempre um de cada vez e todos os mais ouvem, quem os visse de longe diria, São malteses, são ciganos, são apóstolos, e quando acabam dispersam-se na paisagem, quando possa ser por caminhos desviados, levando papéis e decisões. A isto tudo chamam organização...”¹⁵¹.

Quem vivia nos montes, preocupado com uma família para sustentar, não tinha acesso a qualquer tipo de informação. Mas havia sempre trabalhadores que circulavam, tanto rurais como pedreiros que faziam uma obra, carpinteiros que consertavam um carro. Estes “mestres artesãos” eram mais urbanos, tinham maior sociabilidade e alguns eram letrados. As ideias acabavam por circular. Quando começaram as obras da barragem e das fábricas, a circulação dos trabalhadores aumentou e o acesso a um novo tipo de trabalho, realizado em grupos maiores do que os habituais, terá permitido o acesso a uma nova vivência em comum e à divulgação de ideias que terão tido expressão no movimento de 1962. A greve das 8 horas

¹⁵⁰ Deputado Europeu pelo Partido Comunista Português, entrevista realizada em Portalegre, 28/8/1998.

existiu de facto, assim como algumas festas realizadas clandestinamente nos dias 1º de Maio¹⁵² (foram-me mostradas fotografias de piqueniques na barragem) e reuniões à noite em locais de difícil acesso¹⁵³, onde eram lidas as cartilhas do PCP e absorvidas com uma atenção quase religiosa¹⁵⁴.

“Doutor António Barreto – No Alentejo é muito tradicional ser-se comunista desde os anos 20, anos 30. Alguns dos primeiros anarco-sindicalistas, da famosa CGT, da *Batalha*, alguns deles viraram comunistas, com formação do partido e muitos deles eram alentejanos. No Alentejo o comunismo podia não ser muito articulado, podia não ser muito teoricamente fundamentado, podia não ter muitas leituras, porque muitos deles eram analfabetos, mas era uma espécie de cultura comunitária, como na Marinha Grande. A meu ver eles já estão todos tocados antes de ir para a cidade. Eles já tinham os pais comunistas, ou vagamente comunistas, ou tinham simpatias comunistas. Era muito como ser católico”.

As reacções às leituras clandestinas eram invariavelmente de espanto: “Era mesmo como estava ali escrito!”. Aquelas palavras surgiam quase como uma revelação mística e permitiam a tomada de consciência de uma situação que até então era considerada normal, mas que assim assumia novos contornos. Como escreveu Barrington Moore, o reconhecimento e a descoberta da infelicidade é diferente da sua invenção, e surge a partir do enquadramento numa nova estrutura ou autoridade organizada¹⁵⁵, neste caso o partido.

“José Luís – Eu não posso considerar que tinha uma ideia do que é que era o comunismo ou não, eu *nã* tinha. Eu o que sei é que vivia mal, em 24 horas trabalhava por exemplo 17 ou 18 horas, não era remunerado do meu trabalho e vivia descontente com essa situação. O único apoio que nós tínhamos era dos panfletos que a gente lia do partido comunista português que nos abria o caminho para a gente exigir...”.

Contudo, pelo que me foi possível entender pelos testemunhos dos próprios actores, o grupo que participava nestas actividades de cariz político anteriores ao 25 de Abril era muito reduzido e exclusivo ao sexo masculino, pois a política “era coisa de homens” (como também já se viu atrás na entrevista de Cassilda).

“Mascote – Pois, havia reuniões nos cabeços, mas as mulheres não iam para lá, só íam os homens. Os homens íam e não queriam lá as mulheres”.

¹⁵¹ José Saramago – *op. cit.*, p. 121.

¹⁵² Ver João Brito Freire – “Primeiro de Maio”, in Fernando Rosas e Brandão de Brito (dir.) – *op. cit.*, vol. II, pp. 798-800. Sobre a invenção e o simbolismo deste dia ver Eric J. Hobsbawm – “Mass-Producing Traditions: Europe, 1870 – 1914” in Eric Hobsbawm e Terence Ranger (dir.) – *The Invention of Tradition*, Cambridge University Press, Cambridge, 1985, p. 283.

¹⁵³ António Gervásio refere as reuniões e plenários de trabalhadores feitas de noite e no campo, onde se discutia “democrática e colectivamente os diversos problemas das classe”, “O PCP e a Resistência...”, *op. cit.*, p. 338. Também na organização das greves descritas por Michelle Perot há sempre as reuniões clandestinas, geralmente ao ar livre, no meio do campo em locais escondidos, como bosques, *op. cit.*, p. 589.

¹⁵⁴ Segundo José Cutileiro, “A adesão a este partido clandestino nasce mais de uma crença semi-religiosa do que de uma opção política racional ou de interesses pragmáticos”, *op. cit.*, p. 388.

¹⁵⁵ Barrington Moore – *op. cit.*, p. 82.

Sobretudo depois que a emigração levou grande parte dos trabalhadores, e a tropa¹⁵⁶ e as prisões completaram o serviço, poucos ficaram para organizar qualquer tipo de resistência. A introdução das ceifeiras-debulhadoras e dos respectivos alugadores, que substituíram os ranchos de trabalhadores a ceifarem em condições sub-humanas, também tornaram a questão das 8 horas irrelevante¹⁵⁷. A própria união e solidariedade entre os trabalhadores, tão salientada pela bibliografia de esquerda, acaba por ser negada pela própria literatura: Alves Redol, ao descrever uma jornada de apanha de azeitona, faz-nos perceber que não havia qualquer consciência de grupo, nem camaradagem, nem espírito de entreajuda.

“Não se dava uma ajuda a quem quer que fosse. O que desejávamos era passar os outros, tirar-lhes a melhor colheita e empurrá-los do nosso caminho”¹⁵⁸.

Também Fernando Namora, nos *Retalhos da vida de um médico*, descreve a população de Pavia, concelho vizinho a Avis, e o isolamento total em que estas pessoas viviam, sem qualquer contacto entre si e muito pouca vontade de o ter:

“Tenho hoje duas doentes do ‘campo’, como por aqui se diz. (...) Cerca de duas mil almas espalhadas por courelas e ‘montes’, a esmo, sem que ninguém procure aproximar a casa da de um vizinho, olhando-se suspeitosamente como morfeijos em quarentena, e sem uma estrada que lhes acene o mundo. (...) De Inverno, quando os charcos engolem as veredas e não há besta que se afoite à jornada até à vila – mais isolados ficam. (...) Há ali gente que nunca atravessou as herdades para alcançar a estrada que desagua na vila – onde começa o mundo. Gente grave e espantadiça”¹⁵⁹.

A falta de espírito associativo, segundo José Cutileiro característica das sociedades mediterrânicas¹⁶⁰, resultava nesta época das condições sociais e económicas e do controlo político. Segundo Martínez Alier, a situação na Andaluzia era muito semelhante: não havia qualquer união entre os trabalhadores rurais. “Quando dicen que no hay ‘unión’, quieren decir que no hay la suficiente. (...) si no hay más ‘unión’ es porque ‘no puede haber’. Aparte del control político hay otro tipo de control que limita la intensidad y los efectos de la ‘unión’: un

¹⁵⁶ No concelho de Avis apurei 181 homens a comprirem o serviço militar nos anos 1963 a 1970, o que correspondia a 8,8% da população activa na agricultura e a 2,9% da população total do concelho em 1970, ver capítulo 3 e anexo 11.

¹⁵⁷ Por esse motivo, “depois de 1962 assiste-se ao progressivo desaparecimento dos conflitos”, Dulce Freire – *op. cit.*, p. 406.

¹⁵⁸ Alves Redol – *Fanga...*, p. 95.

¹⁵⁹ Fernando Namora – *Retalhos...*, vol. 2, p. 54.

¹⁶⁰ José Cutileiro – *op. cit.*, p. 390-391. O povo mediterrânico não só não se associa, como faz o possível por tramar o vizinho, como ficou bem demonstrado nos filmes *Jean de Florette* e *Manon des Sources*, de Claude Berri, a partir da obra de Marcel Pagnol, com Gerard Depardieu e Yves Montand, 1985.

control económico, la ‘necesidad’”¹⁶¹. E é muito curioso que este autor obteve exactamente as mesmas respostas à pergunta:

“– E na situação de desemprego, tinham alguém que os ajudasse? Algum parente mais rico? Traquinas – Não, isto é tudo gente, tudo gente pobre, não tinham para eles próprios, como é que eles iam ajudar?”.

“Al preguntar si entre amigos se daban o prestaban dinero, varios dijeron que los amigos eran tan pobres como ellos”¹⁶².

Se o individualismo dominava e o associativismo era impossível, seja por mentalidade ou repressão, pelo menos uma característica unia de facto o grupo dos *pobres*: a imagem que faziam dos *ricos*. Apesar das melhorias introduzidas nos anos 60 e do acesso a alguns bens materiais descrito no capítulo anterior, o contraste entre a bicicleta ou a lambreta do trabalhador e a frota de *jeeps* e *mercedes* do patrão ainda era gritante¹⁶³, assim como a casinha do trabalhador e o *prédio*, designação regional para as casas grandes, apalaçadas, onde os ricos residem nas aldeias ou vilas. O aspecto exterior dos lavradores de Avis nem era muito ostensivo, o vestuário era até bastante rústico, salientando-se apenas no Inverno a pele de raposa na samarra ou no capote¹⁶⁴. As suas mulheres nem saíam de casa¹⁶⁵ e geralmente deixavam os casacos de peles nas arcas de cânfora (ou nos guarda-vestidos com naftalina) e as jóias no cofre, usando-os apenas em visitas esporádicas à capital ou nalguma ocasião social.

“Essa reserva do lavrador em evitar que um estranho, mesmo que fosse médico, ficasse a sós com a esposa, já não devia ofender-me. Eu tinha reparado, desde o primeiro dia, que a cidade dir-se-ia desabitada de senhoras. Era um aspecto do ambiente que nos entrava pelos olhos dentro assim que ali chegávamos por qualquer lado da planície. No entanto, não podíamos chamar-lhe com propriedade uma cidade de homens (vestidos de escuro, de gabão ou samarra, e um largo chapeirão a embuçar-lhes a sôfrega curiosidade), pois viam-se mulheres tanto nos largos como nos becos, mas todas da arraia miúda: empregadas do comércio, aldeãs, forasteiras, alguma ou outra da pequena burguesia. Senhoras, não. Essas não se aventuravam a sair dos seus redutos, nus e frios como claustros, a baldearem-se com gente ordinária.

¹⁶¹ Martínez Alier – *op. cit.*, p. 149.

¹⁶² *Ibidem*, p. 158.

¹⁶³ Também na Andaluzia, “el contraste entre el Land Rover de los señoritos y la bicicleta de los obreros adquire a los ojos de éstos un valor simbólico”, *ibidem*, p. 99. No entanto, para Olivier Balabanian, “exagerou-se muito quanto à fortuna dos grandes proprietários e houve tendência para generalizar o tipo de vida dispendioso que algumas grandes famílias levavam”, mas, “a fortuna do ‘terrateniente’ só é manifestada por oposição à pobreza do trabalhador”, *op. cit.*, p. 306.

¹⁶⁴ Algo que León de Poinsard criticou, chamando aos lavradores alentejanos “simples paysans enrichis”, *op. cit.*, p. 185.

¹⁶⁵ Nunca uma senhora residente numa vila ou aldeia alentejana saía de casa sem ser acompanhada, e apenas para fazer uma visita ou ir à igreja. E sempre com casaco e chapéu, mesmo no Verão. Nem lhe passava pela cabeça entrar num café ou mesmo numa loja. Quando ía a Lisboa era diferente, frequentava salas de chá, cabeleireiros e modistas. Mas na sua terra, quando precisava, por exemplo, de comprar linhas, botões ou qualquer outro artigo, mandava a criada à loja buscar o mostruário, via-o e fazia a sua escolha em casa e depois a criada voltava à loja para o comprar. Nas festas populares participava apenas na cerimónia religiosa, na procissão. Não ía à feira.

Estavam em casa, permaneciam em casa, estimadas, dóceis, prolongando, séculos depois, a clausura das moiras nobres, suas antepassadas. Visitavam-se cerimoniosamente, sempre que o melindre social não antepunha obstáculos, e, uma vez por outra, arejavam-se numa fuga a Lisboa ou às termas bem frequentadas, quando os maridos decidiam que elas compartilhassem dos seus recreios”¹⁶⁶.

Nenhuma descrição sociológica ou antropológica podia ser mais explícita que este retrato de Fernando Namora, que nos expõe directamente a intransponível distância entre os dois polos desta sociedade¹⁶⁷. Mas há um pormenor que a recolha da memória oral pode acrescentar ou acentuar à construção literária sobre a sociedade alentejana: a opinião, em geral negativa, de um grupo em relação ao outro. Exceptuando a amizade que ligava algumas criadas mais próximas às patroas, ou os afilhados aos padrinhos, eventualmente algum sentimento de gratidão (raro), em regra os trabalhadores odiavam os grandes proprietários¹⁶⁸.

“Dr. Eurico Pais – Estavam a abrir as valas e a meter água na maior parte das casas, e eu lembro-me de uns indivíduos que estavam a cavar as valas à mão. E ia a passear o Dr. Álvaro (Varela) com o Dr. Marcelino, andavam a conversar, a passear, estavam de férias. E ouvi uns trabalhadores a dizerem assim: ‘Olha para aqueles, andam ali a passear. Qualquer dia isto dá uma volta e eles é que vêm para aqui trabalhar e andamos nós aí a passear’.

– Mas eles já utilizavam a expressão reforma agrária?

Dr. Eurico Pais – Não, não utilizavam expressão nenhum reforma agrária. Eles achavam que a passagem do comunismo era exactamente isto: os ricos iam trabalhar e os pobres iam fazer vida de ricos, iam passear.

– Então eles achavam que iam ficar donos das terras dos ricos?

Dr. Eurico Pais – Eles achavam que iam substituir os ricos. E não trabalhavam mais”¹⁶⁹.

“– E os Bragas?

Mascote – O Asdrúbal comia-se. O Zé, esse não se comia nada. Tínhamos de o gramar.

– E os Lopes?

Mascote – Comiam-se de azeite e vinagre. A gente não dizia mal deles, tinha de dizer a verdade, porque eles não encaravam a nossa situação. Eles ricos e a gente pobres. Que andávamos aí a sofrer. A gente nem *tínhamos* direito a comer. Os manageiros não consentiam aprendizes, e eu não trazia a mãe para me ensinar o serviço, porque ela tinha o serviço dela para fazer, da roupa, não podia andar comigo. Então tive de ir pedir ao Asdrúbal para me deixar trabalhar.

– E a culpa era do patrão?

¹⁶⁶ Fernando Namora – *op. cit.*, pp. 91-92.

¹⁶⁷ “le patron appartient à un groupe social tout autre, où ils n’ont ni l’espoir, ni l’idée de pénétrer”, Maurice Halbwachs – *La classe ouvrière...*, p. 103.

¹⁶⁸ José Cutileiro também salienta que os trabalhadores têm “a convicção firme de que vivem numa sociedade injusta” e que têm um “profundo, ainda que raramente evidenciado, ódio aos latifundiários”, *op. cit.*, p. 386. O que aliás sucedia também nas classes urbanas: “Ninguém deve odiar, mas eu odeio-o. A ele e a todos os tipo como ele. Odeio todos os tipos que comem lagostins sem sujar as mãos. Odeio-os. Se os pudesse matar, matava-os”, Luís de Sttau Monteiro – *op. cit.*, p. 18.

¹⁶⁹ Esta visão coincide com a que Luís de Sttau Monteiro apresenta na sua obra: “Com a revolução virá a justiça e cada homem tem o seu conceito pessoal de justiça: o escritor que não consegue vender um único livro atingirá quartas edições (...) As pegas passarão a ser consideradas tão virtuosas como as outras mulheres e ninguém as voltará a olhar de soslaio...”, etc., *op. cit.*, pp. 85-86. Neste caso, o trabalhador rural verá o patrão a trabalhar a terra, enquanto ele passeia.

Mascote – Com certeza, não era minha que eu não tinha nada. A vida era assim e quem sofria era o povo e eles não queriam saber. Eles iam para as praias. Eu conheço a Figueira da Foz, conheço Buarcos, mas é agora depois do 25 de Abril. Vou com a câmara. Eles levavam uma criada, mas era para estar a fazer o comer e mais nada”.

Para o trabalhador os *ricos* não faziam nada, nem serviam para nada¹⁷⁰, e as herdades eram sempre grandes demais, porque permitiam aos patrões viverem sem “trabalhar” e com um padrão de vida muito superior ao dele. Por isso não mereciam o património fundiário que possuíam. Os *pobres* não lhes reconheciam legitimidade para possuir tão vastas extensões de terra¹⁷¹ e aproveitavam uma ideia também muito difundida na bibliografia: que os proprietários alentejanos só detêm as terras porque as herdaram, roubaram ou tiveram benefícios do Estado para conseguir mantê-las¹⁷².

“Na verdade, há quem diga que algumas das actuais fortunas se devem a tesouros achados durante o século passado”¹⁷³.

“não é homem para trabalhar esta grande terra com as suas próprias mãos. Quando a herdou, comprou de frades ou roubou estando a justiça cega, vieram agarrados, como o torrão às raízes, uns tantos animais de pernas e braços”¹⁷⁴.

Além disso, os proprietários têm sempre trabalho para dar, só não o dão porque não querem¹⁷⁵... Considerações destas enquadram-se na descrição que José Cutileiro fez dos habitantes da sua *Vila Velha*:

“minimamente politizados dividem-se entre os que são *da situação* (...) e aqueles que são da oposição (entre os quais se contam principalmente membros dos grupos de trabalhadores rurais e de seareiros, comerciantes, artífices, assim como alguns funcionários e membros das profissões liberais). As duas opções pouca sofisticação política implicam: a posse do bolo ou o desejo de o conseguir”.

Isto para não falar em pura inveja:

¹⁷⁰ “Only the most radical forms of criticism have raised the question whether kings, capitalists, priests, generals, bureaucrats, etc., serve any useful social purpose at all”, Barrington Moore – *op. cit.*, p. 84.

¹⁷¹ “se cree que los cortijos (herdades) deberían ser de los obreros, ya que los ‘señoritos’ – innecesarios en el proceso productivo – están desprovistos de título legítimo a la propiedad, de legítima autoridad: eso es lo que los obreros creen”; este modo como o trabalhador vê o mundo é que coloca a questão social, Martínez Alier – *op. cit.*, pp. 52, 217. Também José Cutileiro diz que os trabalhadores “reprovam vivamente a actual distribuição da terra” e “são unânimes em sustentar que pelo menos os grandes latifundiários deveriam ser sistematicamente expropriados da maior parte das suas terras”, *op. cit.*, p. 384.

¹⁷² Oliveira Baptista usa este tipo de discurso para descrever a situação da grande propriedade nos anos 60: “Os agrários cujas empresas se situavam em terras de melhor fertilidade, ou melhor situadas, e que foram beneficiando mais generosamente da política de crédito fascista, puderam mecanizar, introduzir benfeitorias, numa palavra, capitalizaram, convertendo as suas explorações em rentáveis empresas capitalistas eficientemente organizadas”, *Portugal 1975...*, pp. 48-49.

¹⁷³ José Cutileiro – *op. cit.*, p. 62.

¹⁷⁴ José Saramago – *op. cit.*, p. 71.

¹⁷⁵ “Cuando los obreros dicen ‘trabajo hay, pero non lo dan’ se refieren a que existen ocupaciones en las que se les podría emplear productivamente, pero que los propietarios no quieren darles trabajo – posiblemente porque juzgan que el incremento de producción que resultaría de este trabajo valdría menos que los jornales que tendrían que pagar”, Martínez Alier – *op. cit.*, p. 220.

“A atitude dos trabalhadores face a esta situação é ambivalente: chamam-lhes muitas vezes parasitas, mas invejam esse parasitismo”¹⁷⁶.

As mesmas considerações não se aplicava aos pequenos proprietários, ou a alguns rendeiros (os mais pequenos), também incluídos no grupo dos *ricos*, mas encarados com outra condescendência, talvez porque eram vistos muitas vezes a trabalhar ao lado dos empregados e porque as suas origens não raramente se aproximavam das dos trabalhadores.

E se alguns *ricos* até se “comiam de azeite e vinagre”, havia um grupo que era completamente detestado:

“O feitor é o chicote que mete na ordem a canzoada. É um cão escolhido entre os cães para morder os cães. (...) Mas é um criado. Está colocado entre os primeiros e os últimos, é uma espécie de mula humana, uma aberração, um judas, o que traiu os seus semelhantes a troco de mais poder e de algum pão de sobra”¹⁷⁷.

Já se viu como na literatura são tratados os feitores, capatazes, manageiros, e até alguns maiorais em relação às crianças que tinham a seu cargo, o que provocava o maior sentimento de revolta. No filme *Novecento*¹⁷⁸, a personagem do feitor, interpretada por Donald Sutherland, é a mais castigada quando se dá a ocupação das terras: além de o espancarem, espetam-lhe forquilha nas pernas, enquanto o patrão, interpretado por Robert de Niro, é quase ignorado...

“Margarida – Ele a mim nunca me tratou mal. Trabalhei por conta do Sr. José Diogo, lá na vinha. Não tenho nada a dizer de ninguém. Tenho mais a dizer dos manageiros como um que era por conta do Ferreira, que era um que trabalhava no Azinhal. Trabalhava, não, que era lá o feitor. Esse homem é que era mau, mais que o patrão. Quando mais a gente trabalhava, mais ele queria, nunca estava contente. E, claro, ainda éramos todas muito novas. E a gente dizia: ‘É, pá, este ainda é muito pior que o patrão! O patrão está sempre contente, ri-se para a gente, está sempre contente’. Esse homem! Ele era muito mau. É verdade”.

Eram os feitores e os capatazes que lidavam com os trabalhadores diariamente, que davam as ordens e verificavam o seu cumprimento e a qualidade do trabalho, enquanto o patrão observava apenas de passagem, mas sem uma intervenção directa no processo. Claro que o patrão “até se ria para a gente”, mas de longe. Os seus representantes acabavam por ter a tarefa mais ingrata de terem que apresentar o serviço feito. E habitualmente apropriavam-se da sua posição de poder e de autoridade, abusando. Um carpinteiro de Avis chamou-lhe “o

¹⁷⁶ José Cutileiro – *op. cit.*, pp. 77, 388-389.

¹⁷⁷ Para José Saramago o patrão até nem era muito mau, o capataz é que era terrível: “Era este Lameirão uma fera das piores. (...) Norberto nestas coisas não punha os olhos, tinha mesmo fama de pessoa excelente (...) Para tanto lá estavam os capatazes, paisanos tenentes Contentes, sem direito a cavalo ou sabre, mas com igual autoridade...”, *op. cit.*, pp. 54, 72.

¹⁷⁸ Realizado por Bernardo Bertolucci, 1976.

aparelho repressivo ao serviço do patrão”¹⁷⁹. Além disso, uma vez que eles próprios tinham começado a trabalhar como assalariados, eram “mais difíceis de enganar”¹⁸⁰.

Outro pormenor que pode parecer insignificante, mas que marcava a diferença, era o facto dos proprietários tratarem sempre os trabalhadores por *tu* (ainda agora o fazem), enquanto os criados tratavam os *senhores* por *Patrão*... E as crianças eram os *patrõezinhos* ou os *meninos*, enquanto que os filhos dos *pobres* eram *gaiatos*, *cachopos*, e eram chamados simplesmente por: *Ó rapaz*, ou *Ó rapariga*...

Sem pretender negar por completo os retratos negativos atrás desenhados, penso que é necessário desmistificar um pouco as ideias pré-concebidas sobre as elites fundiárias alentejanas. Não há dúvida que a imagem mais difundida dos “agrários” é a que Inocêncio Coelho expôs em relação ao concelho de Cuba:

“É de sublinhar que estes proprietários não vivem geralmente no concelho, mas sim em Lisboa ou em cidades do Alentejo, tais como Évora ou Beja. São cidadãos, não são pessoas do campo. Têm relações de convívio e, por vezes, de parentesco com a alta burguesia urbana. Não trabalham nem nunca trabalharam a terra e administram as herdades de longe, através de feitores. Não convivem minimamente com as populações locais, nem estabelecem relações de parentesco nas vilas e aldeias. Evitam qualquer ligação directa com os trabalhadores rurais e com os comerciantes locais; qualquer tipo de contacto, quando necessário, é feito através dos feitores ou administradores no local. Raramente se deslocam às suas propriedades, por vezes mal as conhecem”¹⁸¹.

Mesmo em Cuba duvido que isto pudesse ser generalizado desta maneira. Já Fernando Rosas afirmou que “a oligarquia rural nos anos 30 constituía, ao contrário do que certas visões literárias ou ideologicamente redutoras possam fazer crer, um grupo relativamente complexo e diversificado...”. De facto, se o grupo dos grandes proprietários absentistas era o “seu sector social e politicamente mais visível”¹⁸², isto não quer dizer que no concelho de Avis este fosse o sector dominante entre a escol dos lavradores locais que dominava (e participava activamente e fazia questão de dirigir) o poder económico e político¹⁸³.

¹⁷⁹ Entrevista a João Passita, Avis, 21/11/1998.

¹⁸⁰ José Cutileiro – *op. cit.*, p. 81.

¹⁸¹ Inocêncio Seita Coelho – “Transferência de propriedade no concelho de Cuba”, in Joaquim Pais de Brito e Oliveira Baptista (coords.) – *op. cit.*, p. 525.

¹⁸² Fernando Rosas – *O Estado Novo...*, p. 41.

¹⁸³ Também Martínez Alier nega que o absentismo seja um problema da região da Andaluzia e a sua descrição condiz com o panorama de Avis: “Eso es pura fantasía: Díaz del Moral dijo taxativamente: ‘El absentismo no era ni había sido nunca un mal de la región’, y hoy es tan verdad como entonces”. O costume de dizer que os latifundiários são absentistas vem das suas origens históricas: “al nivel local, y a ese nivel ha habido siempre un grupo social ávido de hacer el negocio que los duques y marqueses no querían o no podían hacer, agobiados por tanta tierra: ese es el grupo de los ‘labradores’, que arrendaban los cortijos enteros, para labrarlos ellos directamente con obreros asalariados o para subarrendarlos a pequeños colonos. Hoy en día, y desde hace bastantes años, la gran mayoría de los cortijos pertenecen a ese grupo social. Antes, había algunos

“– Aqui em Avis pode falar-se em absentismo?

Eng. Barrocas Dordio – Isso é um conceito muito amplo. Vamos ver o que explora a cortiça: se calhar é mais absentista, mesmo morando em Avis, do que o que mora em Lisboa e vem cá todos os fins-de-semana”.

Havia herdades arrendadas, com os senhorios a viverem em Lisboa, mas a maioria dos chamados “absentistas” vivia em concelhos limítrofes e arrendava as suas terras apenas por estas serem longe do centro das suas explorações agrícolas ou por pertencerem ao grupo das já referidas senhoras com falta de preparação e incapazes de assumir a administração de uma casa agrícola¹⁸⁴. Na necessidade de “viverem dos rendimentos”, tinham o bom senso de arrendar as terras a quem tinha maior competência para as cultivar, o que, nas palavras de Gonçalo Ribeiro Teles, favorecia “a promoção de novas camadas de empresários agrícolas”¹⁸⁵. Nestes casos era habitual o arrendamento aos parentes mais próximos que se dedicavam à agricultura, especialmente no caso de bens indivisos, mas também em herdades independentes. Por exemplo, a família Moura Neves possuía um património de 8 herdades que totalizavam 2.271 ha, dos quais 2.024 ha eram administrados por Fernando Xavier Moura Neves, que possuía apenas uma herdade em conjunto com a sua irmã, com 263,6250 ha, mas tinha de renda mais 7 herdades que pertenciam aos seus parentes (aparentemente todos irmãos ou primos diretos) Armando Henrique, Maria Cristina, Maria Isabel e Maria Virgínia Moura Neves. Este proprietário acumulava a função de rendeiro não só das herdades dos seus parentes, como ainda tomava de renda outra herdade de 270 ha de uma pessoa que residia em Castelo Branco. Só uma senhora da família, Maria Rosa Moura Neves Xavier Pinheiro, arrendou as suas terras a um estranho, um lavrador rendeiro de Avis, Inácio Ramalho. Será

propietarios absentistas, aunque los cortijos no se llevaron de manera absentista pues había quien se cuidaba de extraer los posibles beneficios al nivel local; ahora, desde hace ya tiempo, incluso son muy pocos los propietarios absentistas”, *op. cit.*, p. 321.

¹⁸⁴ Na discussão da Lei Barreto, o deputado Mendes dos Santos, do PPD, descreveu as vantagens do arrendamento do seguinte modo: “o arrendamento rural visa assegurar a possibilidade de se manterem em produção ou serem trazidas para exploração terras cujos proprietários por razões ponderosas (emigrantes, ausência de área, impedimento profissional) diversas as tenham deixado de cultivar ou as não possam agricultar”, *Diário da Assembleia da República*, discussão da Lei Barreto, 20/7/1977, p. 4662.

¹⁸⁵ Gonçalo Ribeiro Teles – *Reforma Agrária. O Homem e a Terra*, Edições PPM, Lisboa, 1976, p. 48. Este fenómeno enquadra-se na sistematização realizada por Eugénio de Castro Caldas para este tema. Segundo o autor, o arrendamento resolve problemas de duas espécies: a) de natureza pessoal; b) de interesse colectivo. “Os proprietários recorrem ao arrendamento: 1) Quando não possuem capital de exploração, nem se querem arriscar a realizá-lo por meio de operações de crédito; 2) Quando não possuem capacidade técnica; 3) Quando desempenham funções profissionais não agrícolas; 4) Quando a área da propriedade é insuficiente para a instalação de uma exploração agrícola capaz de conceder ao empresário independência económica, e o recurso a outra actividade profissional se revelou mais proveitoso; 5) Quando a propriedade se encontra situada longe da exploração principal; 6) Quando adquiriram terras como fim de colocar capitais, processo que é geralmente mais seguro do que a compra de papéis de crédito...”. Por outro lado, os rendeiros capitalistas, chefes de empresa patronal, recorrem ao arrendamento: 1) “Quando dispõem de capital insuficiente para a aquisição de apreciável lote de terra, mas suficiente para ser aplicado numa exploração agrícola; 2) Quando, embora dispondo de avultados capitais, julgam mais proveitoso aplicá-lo numa empresa agrícola do que na aquisição de terras. Na realidade, o juro conseguido pelo rendeiro para o seu capital de exploração pode ser muito alto em anos favoráveis”, *O Problema Sociológico...*, pp. 180-182.

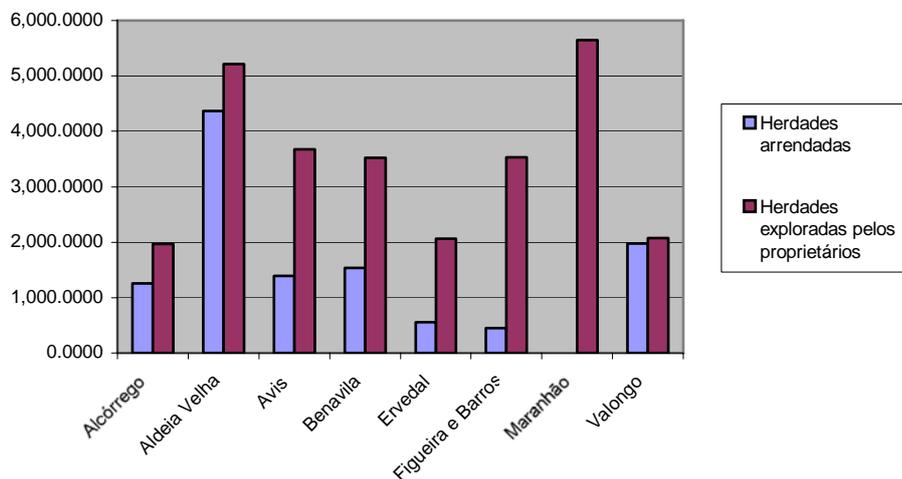
isto absentismo? Mantendo as herdades sob a mesma administração, esta família não fez mais que realizar uma agricultura integrada, mais completa e certamente mais viável economicamente que 8 herdades separadas com uma média de 280 ha cada, o que, nas freguesias de Benavila e Aldeia Velha podem considerar-se propriedades de dimensão média ou baixa (considerando que a dimensão média das herdades de Avis em 1974 era de 340 ha).

Foi esta a intenção subjacente à constituição da Fundação Abreu Callado, em Benavila: quando Cosme dos Campos Callado, o último dos irmãos Abreu Callado, morreu sem filhos, deixou em testamento a sua casa agrícola, com um património de quase 2.000 ha só no concelho de Avis (além de outras herdades em concelhos vizinhos), a uma “Instituição Particular de Solidariedade Social”. Os seus objectivos ficaram discriminados no testamento que lavrou em Évora em 16 de Julho de 1947, com a ajuda de Mário de Castro e o conselho do deputado Pimenta Presado: “*perpetuação da Casa Agrícola*, em homenagem a seus pais que a constituíram, e a seu irmão que a desenvolveu e aperfeiçoou (...); manutenção dos seus criados assoldados até à sua morte; assistência na sua invalidez, doença e velhice (...) criação e educação dos filhos dos criados assoldados e de outros rurais da freguesia e do concelho...”. Para a sua concretização, era fundamental a manutenção da exploração da casa agrícola unida, seguindo as linhas fundamentais até então seguidas pelo seu irmão José Godinho de Abreu.

Vinte anos depois, a 12 de Junho de 1967, morreu o grande proprietário José Godinho de Campos Marques (conhecido por Marques Ratão, alcunha e ferro da casa, fundada em 1876). Também sem filhos, deixou a propriedade de todos os seus bens à Junta de Freguesia das Galveias, no concelho vizinho da Ponte de Sor. Só no concelho de Avis as suas herdades somavam 2.890 ha. Possuía no total 24 prédios rústicos, entre os quais 21 herdades, 1 horta e 2 olivais, com mais de 20.000 ha no total. Tinha ainda vários prédios em Lisboa, dos quais retirava rendas consideráveis¹⁸⁶. Este conjunto patrimonial fez da junta de freguesia a mais rica do país. Mas enquanto os Abreu Calado criaram uma fundação para administrar as terras directamente, neste caso o testamento estipulou o arrendamento dos bens em separado e em hasta pública. Esta circunstância fez aumentar os valores do absentismo em Avis, os quais,

¹⁸⁶ O relatório da herança foi realizado em 31/12/1967 e publicado nos jornais *Diário da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário de Luanda*, *Século*, *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, *Primeiro de Janeiro*, *Brados do Alentejo*, *Ecos do Sor*, *Jornal de Évora*, *Actualidades* e *Defesa de Évora* e ainda no jornal *O Avisense* de Maio de 1968. Inclui as quantias em dinheiro, depósitos nos bancos, gados, máquinas agrícolas, etc.

Gráfico II: Áreas (em ha) ocupadas no concelho de Avis em 1975



mesmo assim, são muito mais baixo do que os apresentados habitualmente para a região¹⁸⁷. O gráfico 2 foi construído a partir das listas das herdades ocupadas na Reforma Agrária, o que não inclui a pequena propriedade (que não foi ocupada) e que era na sua maioria explorada directamente pelos seus proprietários. Em resumo, e excluindo 7% de área para a qual não apurei a situação da herdade à data da ocupação, no início de 1975 70% da área das maiores propriedades do concelho de Avis era explorada directamente pelo proprietário (da qual 6% era explorada pelo proprietário com pequenas porções em parceria) e apenas 30% estava arrendada. Mas tendo em atenção o valor total da área agricultável do concelho (57.396 ha), apura-se que a área arrendada (11.541 ha) correspondia a apenas 20%. As freguesias de Valongo e Aldeia Velha distinguem-se por terem níveis de absentismo mais altos que as restantes. Parte da explicação encontra-se no facto de só na Aldeia Velha as herdades de Marques Ratão totalizarem 2.600 ha arrendados (1/4 da área ocupada na freguesia).

Mas outros factores contam para este fenómeno: o tipo de exploração das terras do concelho de Avis varia consoante se trata de terras de agricultura ou de montado. Nas terras de “barros”, onde se praticava a cerealicultura, a maioria dos proprietários eram agricultores activos e directos (casos de Avis, Ervedal e Figueira e Barros), enquanto na “floresta” a baixa intensidade de trabalho necessária permitia aos proprietários exercerem outras profissões¹⁸⁸, geralmente em Lisboa, em simultâneo com a exploração directa da herdade ou com o arrendamento de partes (situações mais frequentes na referidas freguesias de Aldeia Velha e Valongo).

¹⁸⁷ Afonso de Barros apresentou quadros estatísticos que demonstram “o assinalável peso dos proprietários fundiários absentistas”, *op. cit.*, p. 33. E até Mariano Feio afirmou que em 1972 “no sul do país, cerca de metade da área está arrendada; a outra metade é explorada por conta própria”, *Problemas da Lavoura Alentejana...*, p. 15.

¹⁸⁸ Fernando Rosas também salienta o facto de muitos proprietários terem tirado cursos superiores em Lisboa ou Coimbra e exercido as suas profissões nas cidades, *op. cit.*

“Cravidão – Que as propriedades estavam mal exploradas, isso é pura mentira. Por exemplo, a propriedade de cortiça é uma propriedade que o único rendimento que lá tem é a cortiça. Um indivíduo com um tractor lavra a propriedade de 9 em 9 anos para matar o mato. Porque, quanto menos se lavrar a terra da cortiça, melhor é a qualidade da cortiça. E essa cortiça é a melhor de Portugal, na zona da Aldeia Velha...”

“CSLS – Eu vivo em Lisboa, sou advogado. O meu irmão era licenciado em Letras, em História também. De maneira que tínhamos os nossos empregos, as nossas actividades em Lisboa. O fim-de-semana foi uma coisa que desapareceu com as estradas. Quando começaram as estradas, eu vinha cá no meio da semana.

– Dedicava-se mesmo à agricultura?

CSLS – Não me dedicava à agricultura, porque aqui não há agricultura. Isto é floresta. Há uma razão de ser para o meu trisavô ter ficado com isto: para não lhe dar muito trabalho. Porque ele nunca tinha sido lavrador. Há aqui uma diferença muito grande entre o proprietário e o lavrador. Aqui é montado e quando havia porcos eram arrendados os porcos aos Pinas, ele era o rendeiro do meu avô. Era uma pessoa com muitíssimo valor. Chegou a ter 400.000 oliveiras. Tinha um escritório em Lisboa, na Av. Fontes Pereira de Melo, sem nada em cima da secretária, onde ele recebia as pessoas pomposamente. Ele pouco sabia escrever, mas sabia falar com as pessoas e sabia negociar. Era um tipo superiormente inteligente. Com uma habilidade e conhecimento da vida por experiência prática”¹⁸⁹.

Nesta entrevista salienta-se o facto do proprietário reservar para si os “altos” (as árvores e respectivos frutos), enquanto arrenda os “baixos” (a terra). Este fenómeno tem séculos de tradição no concelho, como já se viu no capítulo anterior. E originou o enriquecimento dos rendeiros que passaram à condição de proprietários ao longo do século XIX com a compra das herdades das grandes casas nobiliárquicas¹⁹⁰, utilizando os capitais realizados com a própria lavoura ou com o recurso ao crédito particular. Os incentivos fornecidos pelas leis proteccionistas dos finais do século também terão eventualmente contribuído para a consolidação das propriedades fundiárias destas famílias. Enquanto os

¹⁸⁹ Entrevista ao Dr. José Luís Cunha e Sá Lopes da Silva, Aldeia Velha, Avis, 9/5/1998.

¹⁹⁰ Em Avis, nos finais do século XVIII, os principais senhores das terras eram: o Duque do Cadaval, com 7 herdades; D. Filipe de Sousa Coutinho, com 2 herdades; e o Conde do Vimieiro, com 5; ou o Desembargador José Inácio de Pina Manique, que em 1800 era proprietário na Freg. de S. Pedro, Ervedal; e instituições religiosas, como o Convento da Vila de Avis, as Freiras de Sta. Clara de Portalegre, os Cónegos da Cidade de Évora, e ainda a Misericórdia e a Confraria do Espírito Santo da vila de Avis, ver Maria Antónia Pires de Almeida – “Os senhores e os seus rendeiros...”. Tal como afirmou Carlos Portas, “as ‘herdades’ continuam a perpetuar as velhas doações, não diminuindo a sua dimensão, como seria de esperar, pela nacionalização dos bens das ordens religiosas (...) As estruturas fundiárias permanecem, quando se dá a onda inflacionária dos fins do século passado (...) a partir daí processa-se uma rápida substituição de proprietários: as velhas famílias, normalmente ligadas à nobreza palaciana ou aos altos dignatários, e portanto absentistas, vendem progressivamente as suas herdades a uma nova burguesia de rendeiros e comerciantes”, *op. cit.*, p. 190. Na Andaluzia os percursos são parecidos, mas a uma dimensão muito maior: “En épocas recientes, y con los beneficios que los largos contratos les han dado en épocas de inflación, los grandes colonos han sustituido casi totalmente a los propietarios nobles absentistas en la propiedad de los cortijos. Este proceso empezó hace siglos, se aceleró por las ventas causadas por la desamortización, y prosiguió al compás de la intensificación del cultivo durante el siglo actual, para completarse casi del todo durante y después de la guerra civil. Aún quedan unos pocos propietarios cuyo origen se remonta a los repartimientos de la Reconquista, pero incluso éstos no son ya absentistas, en general, sino que directamente o mediante administradores muy capaces llevan sus fincas con criterios de ‘labrador’”. E acrescenta que o mito do absentismo foi substituído pelo mito do lavrador, “descendiente de obreros, que entiende de campo, y que está atento a los estímulos económicos...”, Martínez Alier – *op. cit.*, pp. 322, 325.

grandes senhores não deixaram vestígios a nível local, quem de facto dominou a cena política, económica e social do concelho durante mais de 200 anos, construindo fortes marcas da sua presença, foram os grandes rendeiros e os proprietários de herdades de dimensões médias (entre 500 e 1.000 ha). Entre os antigos proprietários, apenas o Duque do Cadaval continuou com a posse da herdade de Camões, a maior do concelho com quase 4.000 ha, até meados do século XX¹⁹¹. O seu nome nunca fez parte das listas dos elegíveis locais, nem dos recenseamentos eleitorais. Por outro lado o seu rendeiro, Simão Teles Varela, pertencia a uma das mais importantes famílias da elite local. Nos anos 40 do século XX possuía uma casa apalaçada na vila, pertencia aos órgãos dirigentes das instituições de poder e convidava personalidades importantes da política nacional para grandes caçadas na *sua* herdade, comportando-se em todas as situações como os grandes proprietários locais, aliás seus parentes próximos. Quem herdou o seu património (duas herdades de pequenas dimensões, uma com 130 outra com 56 ha) foi o já referido Dr. Marcelino das Neves (afilhado e criado como filho, na falta de descendentes directos), que teve uma participação activa nos diferentes órgãos da vida política e corporativa local.

Quanto à herdade de Camões, foi comprada por uma família de fora do concelho que constituiu uma empresa que se enquadra na descrição de Balabanian:

“Depois de 1960, tanto na Estremadura como no Alentejo, novos proprietários fundiários apareceram. Tratava-se de grandes sociedades urbanas, industriais ou comerciais, que desejavam investir na terra. Estas sociedades ou estes ricos empresários procuravam propriedades superiores a 500 hectares (...) Estas sociedades procuravam fazer bons investimentos. Utilizam a terra no melhor dos seus interesses; nas boas terras criam explorações que pretendem ser modelo e não hesitam em empregar técnicas de ponta na cerealicultura, pecuária ou agricultura de regadio. Nas terras mais pobres, as mais acidentadas, criavam coutadas e exploravam-nas racionalmente”¹⁹².

Por este motivo, na freguesia do Maranhão, ocupada quase na totalidade por esta herdade, a percentagem de absentismo no início de 1975 é zero.

Os restantes proprietários do concelho, sobretudo os das terras cultiváveis, em geral exploravam directamente as suas herdades. Faziam-no por gosto pela profissão de agricultor e também porque, como diz o autor, “duvidamos que se possa estabelecer que uma classe ociosa pode manter-se rica durante muito tempo”¹⁹³. De facto, sem um investimento profundo

¹⁹¹ Em 1952 a herdade de Camões estava na posse de uns cidadãos ingleses, o que levou o deputado Pimenta Presado a sugerir a sua expropriação e entrega à Junta de Colonização Interna, *Diário das Sessões...*, 13/3/1952, p. 488.

¹⁹² Olivier Balabanian – *op. cit.*, p. 333.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 478.

na terra, tanto em trabalho como em equipamento, a partir dos anos sessenta tornou-se impossível manter o padrão de consumo a que os lavradores alentejanos estavam habituados nas décadas anteriores. Muitos seguiram profissões complementares ou alternativas à agricultura precisamente porque os rendimentos desta já não eram suficientes para sustentar sobretudo as famílias maiores. Por exemplo, na família Valadares Couceiro, com oito filhos, os mais de 1.000 ha que possuíam, com cortiça e tudo, não permitiam que todos vivessem apenas do património familiar.

“F. V. Couceiro – A agricultura nessa altura era uma coisa muito pobre. Agora estamos a entrar numa outra fase parecida... O meu pai sempre tentou afastar-nos daqui.

– O desejo do pai era que tirassem cursos de outras áreas?

F. V. Couceiro – Ou que fôssemos empregados... A gente tinha a ideia, na altura, de ir para Angola.

– Queriam ser agricultores lá? E o que faziam a esta terra aqui?

F. V. Couceiro – Não, aqui ficaria algum, a *gente éramos* 8, 8 é muita gente. Na altura isto não dava para sustentar a família com facilidade.

– E nunca pensaram dividir a propriedade?

F. V. Couceiro – Não, isso não tem a mínima viabilidade. Se for dividido ninguém se governa”¹⁹⁴.

Até alguns trabalhadores notavam a diferença entre uns poucos que tinham de facto um nível de vida exuberante e a grande maioria de proprietários que vivia de forma modesta:

“Claudino – Os ricos *nã* tinham as ajudas que têm agora. Os ricos daquele tempo parece que eram pobres. Havia um que tinha um automóvel, outro que andava a cavalo. Muitos deles não eram capazes de adquirir um automóvel.

– Ainda nos anos 70?

Claudino – Sim, nessa altura é que eles começaram a desenvolver, a ser capazes de comprar um automóvel”.

O cúmulo desta situação (criticada por muitos como mesquinhez) encontrava-se na vida que levou Marques Ratão:

“não teria um Homem que levou quase 80 anos a trabalhar para o Estado – sem falar no trabalho dos seus familiares – privando-se de toda e qualquer regalia, vivendo sempre mais como um pobre do que como um rico, o direito de dispor, como lhe aprouvesse, duma quantia tão insignificante, em relação à enorme fortuna deixada, e que ele bem poderia ter gasto, afinal, consigo próprio, se tivesse feito uma vida como faz hoje qualquer remediado, em vez de ter sido um moiro de trabalho e uma vítima da sua própria fortuna, como sempre foi?! Estarão por acaso esquecidos, os que agora falam, que o Senhor José Marques nunca comprou um automóvel novo; nunca passou um mês de férias; apenas uma vez, em toda a sua vida, ultrapassou as fronteiras de Espanha e que todo o seu luxo se resumia em andar de herdade para herdade, ficando quase sempre mais mal instalado que os seus próprios criados?! E então

¹⁹⁴ Entrevista a Fernando Valadares Couceiro, proprietário, agricultor, *Monte Cavalinhos*, Valongo, 25/8/1998.

as suas economias pessoais não as poderia ter dado a quem muito bem entendesse e quisesse? Mas de quem era a fortuna?”¹⁹⁵.

Muitos mandavam as mulheres e filhos de férias para as praias, mas eles próprios não iam. Não só eram *de sequêro*, não lhes agradando de todo o ambiente marítimo e o lazer associado, como também não podiam largar a actividade agrícola precisamente numa altura de grande trabalho como era normalmente o Verão. Basicamente, os proprietários de Avis tinham absorvido a imagem descrita por Castro Caldas em 1959:

“O agricultor moderno pede à exploração agrícola rendimento que lhe permita: a) Proporcionar à família nível de vida compatível com o grau de evolução do progresso social; b) Remunerar de forma justa os trabalhadores que contrata; c) Melhorar o património entregue à sua guarda, de forma a desempenhar a função social de servir o bem comum”¹⁹⁶.

Nesta função social está implícita a obrigação de transmitir aos herdeiros o património “entregue à sua guarda”, se possível melhorado. É corrente ouvir-se a expressão: “não posso tocar no património dos meus filhos”, o que se inclui na doutrina católica que afirma que “não herdamos os bens dos nossos pais, tomamo-los de empréstimo para os nossos filhos, somos apenas administradores temporários”. Em geral os proprietários não se cansam de reafirmar as qualidades dos seus antepassados, as extensões de olival que plantaram, o emprego que asseguravam em toda a freguesia (ao contrário dos “outros”, descritos negativamente porque contratavam ranchos de *galegos* e *ratinhos* para fazerem o trabalho, em vez de contratarem as pessoas da terra).

“Dr. José de Carvalho – Aqui havia pessoal a mais, como toda a vida houve. Nesta casa houve sempre uma certa protecção aos trabalhadores de Figueira e Barros. Inclusivamente, e isso está registado na Casa do Povo, o meu pai e o meu avô, de Inverno, nas crises de mão de obra, mandavam um grupo de mulheres e homens para a herdade de Cardoso, alindar e fazer filas de pedra por baixo das oliveiras”.

Alguns trabalhadores também reconhecem a diferença que havia entre os patrões que davam sempre trabalho, e os outros...

“Luísa – Naquela altura não havia as facilidades que há agora. Havia muita gente com dificuldades, quando havia aquelas crises de trabalho tínhamos dificuldades.
– Mas aqui no *Ramalho* não havia?

¹⁹⁵ Palavras de José Augusto Nunes, testamenteiro e autor do relatório da herança de Marques Ratão, *O Avisense* de Maio de 1968.

¹⁹⁶ Eugénio de Castro Caldas e Mário Pereira – *Gestão da Empresa Agrícola. Suas Relações com a Investigação Económica e a Vulgarização*, Centro de Estudos de Economia Agrária, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1959, p. 42.

Luísa – Não, aqui havia sempre trabalho. *Chigaram* a andar aí pelos cabeços a *ajuntar* pedras para ganharem o dia”¹⁹⁷.

Este discurso da função social da propriedade já fora desenvolvido por Basílio Teles¹⁹⁸ e encontra-se ainda nos depoimentos dos agricultores e, por exemplo, da CAP, mas também no de agrónomos conceituados e políticos, quando se debatem as questões da desertificação rural e da fixação das populações rurais. Alguns grandes proprietários fizeram também questão em salientar as ideias de sacrifício pela lavoura e de legitimação da posse da terra pelo trabalho dispendido: uma vez que a agricultura não proporciona os rendimentos ou o nível de vida conseguido noutras actividades, sobretudo com as profissões liberais mais cotadas, como advogados, médicos ou engenheiros, o lavrador “podia ter sido muito mais rico” se tivesse ido para Lisboa exercer uma profissão. Deram-me exemplos comparativos de ordenados de parentes, com direito a reformas sumptuosas, enquanto o agricultor “não tem direito a nada”; e de uma das proprietárias de Avis, cujo irmão administrava a casa agrícola, e cujos rendimentos dos seus mais de 600 ha não chegavam ao que o marido, médico oftalmologista em Lisboa¹⁹⁹, lhe dava para “governar a casa”. Alguns, abnegadamente, tiveram mesmo de abandonar as suas profissões na capital para tomarem conta das “lavouras” quando os pais ou padrinhos faleceram.

“Dr. José de Carvalho – Por exemplo, o meu pai andou em Direito e em Letras. O meu avô adoeceu e o meu pai teve de vir para cá e não acabou de se formar”.

Foi também o caso de João David Ferreira, um dos empresários agrícolas de Avis que, além dos 323 ha que herdou, ainda arrendava mais umas herdades de algumas das referidas senhoras absentistas, tanto no concelho de Avis como em Cabeção.

“Dr. Eurico Pais – Era um veterinário que herdou um monte que lhe deixou o padrinho. Não tinha filhos e deixou-lhe a fortuna quando morreu. Mandou-o tirar o curso, ele tirou o curso de Veterinária, casou com uma médica, e um dia o padrinho morreu e ele foi tomar conta daquilo. E passou a dedicar-se integralmente à agricultura”.

“Cravidão – O Dr. João David Ferreira era um homem que tudo quanto ganhava na sua propriedade empatava na propriedade. Era dono de *S. Pedro* e era também rendeiro da *Quinta*

¹⁹⁷ Entrevista a Luísa Mesquita, *Monte do Ramalho*, Avis, 13/6/1998.

¹⁹⁸ “Quem falta aos seus deveres de cidadão e de homem útil não é quem se esfalfa a arrancar d’uma estreita courella de terra, á força de tenacidade e de cuidados, o parco sustento dos seus. Quem não cumpre o seu dever com a collectividade de que faz parte integrante, e que alias lhe vem tolerando e até garantindo o abuso, é o homem que possui leguas e leguas de terreno, e que, não podendo ou não sabendo valorisar toda essa massa de bens, se obstina todavia em repellir quem a poderia e saberia transformar em uberrima nascente de riqueza, para si, para os outros e para o proprio obcecado e arrogante *landlord*”, *op. cit.*, p. 102. Martínez Alier chama a este fenómeno a “legitimidade social da propriedade”, *op. cit.*, p. 2. Ver também Maria José Nogueira Pinto – *O Direito da Terra*, in António Barreto (dir.) – *op. cit.*, 3º vol., p. 76.

¹⁹⁹ Mas que aos fins-de-semana fazia questão de ver os olhos dos doentes de Avis de graça.

do Pinheiro. Esse senhor tinha um gosto extraordinário pela lavoura. Naquele tempo não havia furos artesianos, mas ele fazia minas, e tal. Investia na alimentação dos gados, tinha-os muito bem tratados. As propriedades melhor tratadas no concelho de Avis eram as desse senhor e as do Dr. Álvaro Varela, o *Ramalho*, que podiam considerar-se o expoente máximo das explorações aqui na região de Avis. Não só do ponto de vista agrícola, como pecuário, etc. Por exemplo, eu sei que o Dr. Álvaro importou vacas Turinas ou Sementais, para melhorar os seus gados. Tudo muito bem apetrechado, com máquinas próprias”.

Portanto, não se pode negar que a regra era a variedade de situações no que diz respeito ao comportamento dos proprietários do concelho de Avis. Tal como na primeira metade do século, a homogeneidade deste grupo era apenas exterior, pois entre os seus elementos verificavam-se, e eram acentuadas pelos próprios, grandes diferenças²⁰⁰. Já se viu como o Dr. Cunha e Sá Lopes da Silva distinguiu os proprietários dos lavradores, os que possuíam montados de sobro e azinho e os que de dedicavam à agricultura e à pecuária. Se os primeiros tinham de facto ligações mais estreitas à capital e praticamente não participavam na vida social e política local, os verdadeiros grandes agricultores de Avis passavam lá toda a sua vida e faziam questão de marcar a sua presença diária nas povoações e nas suas herdades. Mas entre os lavradores mais activos também havia separações, tanto políticas, como motivadas por simples inimizades pessoais, o que confirma a falta de união e de associativismo dos agricultores, motivo de grandes lamentos por parte da CAP no período da Reforma Agrária²⁰¹ ... Como exemplo disto ficou demonstrada no capítulo anterior a clivagem entre os cunhados Pimenta Presado e Luís Mendes Vieira Lopes, cuja explicação inicial se encontra no facto do primeiro ser um médico de origens sociais consideradas mais baixas que as da mulher.

Os locais públicos e de sociabilidade eram o espelho das hierarquias e das diferenças sociais e políticas. Fazendo um retrato “de baixo para cima”, podemos começar pelo comércio local, pelas *casas de pasto* e tabernas, frequentadas exclusivamente pelos trabalhadores rurais e por alguns artesãos ou funcionários do comércio ou administrativos. Alguns cafés começaram a ser frequentados pelas gerações mais novas de proprietários, mas era algo ainda excepcional²⁰². Nas próprias ruas a diferença era marcada pelo facto da maioria andar a pé, enquanto os *ricos* se deslocavam de carro, mesmo que as distâncias fossem

²⁰⁰ “a saída de alguns membros das famílias estudadas para os grandes centros urbanos, sobretudo para Lisboa, sempre existiu e continuou durante o período estudado; no entanto, nenhuma destas famílias abandonou por completo a actividade agrícola ou se tornou absentista, havendo sempre um ou mais membros lavradores e residentes no concelho”, Maria Antónia Pires de Almeida – *Família e Poder...*, p. 195.

²⁰¹ Ver, por exemplo, CAP. *Recortes...*

ridiculamente pequenas. Isto originava situações perversas: alguns meninos *ricos* olhavam com pena para os *rapazes* a jogarem à bola na rua, sabendo que nunca poderiam entrar na brincadeira. E até a inspeção militar, as “sortes”, eram separadas:

“Aço – Pois, esse é da minha idade, uma vez lembro-me de a gente ir às sortes, que era a inspeção, mas ele foi tirar as sortes a Évora, não tirou lá. Nem nunca o vi lá na escola em Avis (estudou com professora particular)”.

Depois havia os clubes, também com uma hierarquia rígida:

“Dr. Eurico Pais – Os bailaricos eram sempre separados nos 3 grupos distintos. O grupo mais fechado era a *Sociedade Artística*. Eu ia a todas. Mas os indivíduos da *Artística* tinham entrada na dos pobres, que era a da *Bola*, mas os da *Bola* não podiam entrar na *Artística*”.

Portanto, os trabalhadores frequentavam o Clube da Futebol *Os Avisenses*, os artesãos iam à *Sociedade Artística*, onde a música era uma componente fundamental, e os lavradores tinham o *Club Avisense*, mais habitualmente chamado “Clube dos Ricos” e de entrada muito seleccionada. Era aqui a sede da sociabilidade do concelho, onde os *senhores* bebiam, fumavam, conversavam, conspiravam e jogavam cartas ou bilhar. Nas outras freguesias também havia “clubes dos ricos” (por exemplo o de Benavila chamava-se “Sociedade”), mas de muito menor importância. E os proprietários das freguesias mais distantes, os tais que mantinham ligações mais fortes com a capital, esses nem entravam nestes locais... A rivalidade local entre os dois políticos mais importantes de Avis provocou uma divisão no *clube dos ricos* nos anos 50. Surgiu um novo clube, o *Cortiço*, e quem era convidado para um era automaticamente excluído do outro. O presidente da câmara de Avis até 1974 apercebeu-se desta situação logo que chegou à vila para exercer o cargo de professor do colégio:

“Dr. Belo – Aí me relacionei com parte da elite fundiária local. Paralelamente com o *Club dos Ricos*, funcionava também o *Cortiço* em casa do Sr. Luís Mendes, frequentado pelos filhos e alguns apaniguados. Nunca lá fui. Recordo que o Dr. Joaquim Mendes, com quem me encontrava frequentemente no tal café *Canudo*, me disse um dia que não me convidava para o *Cortiço* e para as caçadas para não me arranjar problemas com o *Club dos Ricos*”.

Naturalmente nenhuma *senhora* entrava no clube. Apenas uma *mulher* servia os cafés e as bebidas, tratava da limpeza e era considerada pelas primeiras como “pouco séria”.

O retrato da sociedade avisense não se esgota com estas pinceladas. Muitos outros temas foram abordados e podiam aqui ser desenvolvidos. Contudo, o conjunto das imagens

²⁰² José Manuel Sobral também refere que os ricos não frequentavam os mesmos locais de sociabilidade dos pobres, não iam aos cafés, a não ser excepcionalmente para comprar cigarros, *Trajectos: o Presente e o Passado...*, p. 137.

aqui exposto permite compreender pelo menos parte do funcionamento e das profundas clivagens que marcavam uma população que estava em mudança, mas que mantinha fortes traços de permanência e de tradição de séculos. Numa sociedade marcada pelo individualismo em todos os grupos analisados, quando surgiu a oportunidade de uma actuação colectiva por parte dos trabalhadores todas estas memórias foram activadas. E um grupo que nunca se tinha visto como tal (e nunca mais voltou a ver) sentiu pela primeira vez vontade de agir em comum para resolver problemas comuns. Reactivou memórias e ressentimentos profundos, tirou de vez o chapéu e levantou a cabeça, depois de várias gerações com os olhos baixos²⁰³.

²⁰³ José Cutileiro também salientou o “valor moral muito geral da verticalidade. Expressões como *andar direito, endireitar-se, levantar a cabeça e um homem às direitas* estabelecem uma relação entre a postura física e a firmeza moral do homem, na qual a verticalidade se converte numa imagem de integridade moral. A independência do homem é vertical, ao passo que a sua servidão o faz dobrar-se”, *op. cit.*, p. 80.

2ª Parte:

1974 – 1977.